

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TRIÂNGULO MINEIRO
CAMPUS AVANÇADO UBERABA PARQUE TECNOLÓGICO

LUCIANA APARECIDA SANTOS MORAIS

**EDUCAÇÃO E TRABALHO: UM ESTUDO ACERCA
DOS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM PRÓTESE
DENTÁRIA DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (ESTES/UFU)**

UBERABA – MG
2021

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO – *CAMPUS* UBERABA PARQUE TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

LUCIANA APARECIDA SANTOS MORAIS



PROFEPT

MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL
Triângulo Mineiro

**EDUCAÇÃO E TRABALHO: UM ESTUDO ACERCA DOS EGRESSOS DO
CURSO TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (ESTES/UFU)**

UBERABA-MG

2021

LUCIANA APARECIDA SANTOS MORAIS

**EDUCAÇÃO E TRABALHO: UM ESTUDO ACERCA DOS EGRESSOS DO
CURSO TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (ESTES/UFU)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, como requisito à obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins.

UBERABA-MG

2021

Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Referência do IFTM –
Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico

M792e Moraes, Luciana Aparecida Santos.
Educação e Trabalho: um estudo acerca dos egressos do Curso Técnico em Prótese Dentária da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia (ESTES/UFU) / Luciana Aparecida Santos Moraes. – 2021.
119f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Triângulo Mineiro – *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico, 2021.

1. Educação profissional. 2. Trabalho. 3. Formação profissional. 4. Competências essenciais. 5. ESTES/UFU. 6. Egressos. I. Martins, Adriano Eurípedes Medeiros. II. Título.

CDD- 370.113

LUCIANA APARECIDA SANTOS MORAIS

**EDUCAÇÃO E TRABALHO: UM ESTUDO ACERCA DOS EGRESSOS DO
CURSO TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (ESTES/UFU)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, como requisito à obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 10 de dezembro de 2021.

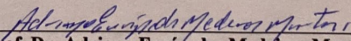
COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Marcos Curi

(Membro interno ao programa) - Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)

Prof. Dr. Gustavo Henrique Moraes

(Membro externo ao programa) - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP


Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins
Orientador
Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)

NOTA: Excepcionalmente por conta da pandemia do COVID-19 e seguindo as instruções normativas IN02, IN03 e IN04 do IFTM e o Ofício Circular nº 10/2020-DAV/CAPES, as defesas presenciais estão suspensas, podendo ser realizadas apenas virtualmente. Assim, esta ata foi lavrada pelo Presidente da Banca e apresentada aos demais membros durante a defesa virtual, tendo os mesmos dado ciência e concordado com o seu teor.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
em Rede Nacional - PROFEPT



LUCIANA APARECIDA SANTOS MORAIS

EVENTO:

“DIÁLOGO NECESSÁRIO: EPT FRENTE AOS DESAFIOS ATUAIS DO MUNDO DO TRABALHO”

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, como requisito à obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado e validado em 10 de dezembro de 2021.

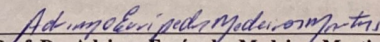
COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Marcos Curi

(Membro interno ao programa) - Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)

Prof. Dr. Gustavo Henrique Moraes

(Membro externo ao programa) - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP


Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins
Orientador
Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)

NOTA: Excepcionalmente por conta da pandemia do COVID-19 e seguindo as instruções normativas IN02, IN03 e IN04 do IFTM e o Ofício Circular nº 10/2020-DAV/CAPES, as defesas presenciais estão suspensas, podendo ser realizadas apenas virtualmente. Assim, esta ata foi lavrada pelo Presidente da Banca e apresentada aos demais membros durante a defesa virtual, tendo os mesmos dado ciência e concordado com o seu teor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me presentear com a vida, saúde e sabedoria, sempre sob a Sua Proteção. Sem Ele, eu não teria conseguido alcançar mais essa conquista.

A Nossa Mãe Santíssima que sempre intercedeu por mim a Deus protegendo meu caminho e a minha vida.

Aos meus pais, João e Ana, que sempre me ensinaram com seus exemplos de vida, com honestidade e humildade. Com eles aprendi o valor do trabalho e do esforço e, mesmo sem entender bem o que essa pesquisa significa, eles sempre me incentivaram em meus projetos de vida. A vocês, meus pais queridos, meu amor e gratidão!

Às minhas filhas, Letícia e Larissa, e ao meu esposo, Vergílio, pela paciência e compreensão nos momentos de ausência para me dedicar aos estudos. A vocês, minha família amada, eu dedico todo o meu esforço, amor e gratidão!

Ao meu orientador, Prof. Adriano Eurípedes Medeiros Martins, pela confiança durante a pesquisa, pelo apoio, atenção e pelos conhecimentos propiciados. A você, Professor Adriano, meu respeito e minha gratidão!

Ao Professor Gustavo Henrique de Moraes e Professor Luciano Marcos Curi por ter participado da banca de qualificação e contribuído com o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores/professoras e funcionários/as do ProfEPT, pela atenção e aprendizado durante essa caminhada, chamada Mestrado.

Aos meus colegas da turma do ProfEPT, principalmente Lianza e Tatiane, com as quais dividi tantos momentos. A vocês, todo meu carinho!

À professora Sheila Rodrigues de Sousa Porta, pelo carinho e dedicação que sempre conduziu seu trabalho e, por abrir as portas do CTPD para que eu pudesse realizar esse trabalho. Muito obrigada!

Aos egressos do Curso Técnico em Prótese Dentária da ESTES, que contribuíram respondendo ao questionário.

A todos que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Gratidão por tudo!

A todos, minha gratidão e meus agradecimentos.

Finalizo mais essa etapa graças a todos vocês.

Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda a sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação (KONDER, 2000, p. 112).

RESUMO

Esta dissertação trata do impacto da formação profissional na empregabilidade dos egressos do Curso Técnico em Prótese Dentária (CTPD) da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia (ESTES/UFU). Os objetivos foram: investigar os movimentos históricos da EPT no Brasil; conhecer os motivadores que influenciaram os egressos na busca pelo CTPD; identificar o grau de contribuição do CTPD na atuação profissional do egresso; averiguar as afinidades dos egressos com as disciplinas e conteúdos ofertados no CTPD; identificar quais disciplinas e conteúdos tiveram maior impacto na formação do egresso do CTPD; compreender a dimensão das competências essenciais no que tange à relação educação/trabalho; e analisar os impactos da formação profissional na empregabilidade destes egressos, a partir de suas concepções. Os pressupostos da pesquisa foram que os egressos do CTPD estão em busca de uma formação profissional para inserir-se e/ou manter-se no mundo do trabalho. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica e descritiva de natureza qualitativa, em que, apresentase a trajetória da educação profissional no Brasil, enfatizando, a partir do ano de 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices até a criação dos IF em 2008; criação da Escola Técnica de Saúde e do Curso Técnico em Prótese Dentária e alguns estudos sobre competências: interfaces entre educação e trabalho. Para a obtenção de resultados, foram analisados os dados obtidos por meio de questionário *online*, desenvolvido dentro da plataforma *Google Forms*, com a participação dos egressos do CTPD que concluíram o curso de 2016 a 2020. Após a análise dos resultados, foi verificado que o pressuposto da pesquisa se confirmou, revelando que o CTPD proporcionou desenvolvimento acadêmico e profissional, ampliando as oportunidades de trabalho e renda dos egressos, afirmando a articulação entre educação e trabalho no CTPD, objeto de nossa pesquisa. Apresentamos também o produto educacional desenvolvido como requisito do ProfEPT, o qual foi um evento que abordou a troca de experiências no que se refere ao Mundo do Trabalho, ou seja, como que a EPT impacta na empregabilidade dos egressos de cursos técnicos.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. Formação Profissional. Competências Essenciais. ESTES/UFU. Egressos.

ABSTRACT

This dissertation deals with the impact of professional training on the employability of graduates of the Technical Course in Dental Prosthesis (CTPD) of the Technical School of Health of the Federal University of Uberlândia (ESTES/UFU). The objectives were: to investigate the historical movements of the EPT in Brazil; know the motivators that influenced the graduates in their search for the CTPD; identify the degree of contribution of the CTPD in the professional performance of the graduate; to find out the affinities of the graduates with the subjects and contents offered in the CTPD; identify which subjects and contents had the greatest impact on the formation of CTPD graduates; understand the dimension of essential skills regarding the education/work relationship; and analyze the impacts of professional training on the employability of these graduates, based on their conceptions. The research assumptions were that CTPD graduates are in search of professional training to enter and/or remain in the world of work. For this, we carried out a bibliographical and descriptive research of a qualitative nature, in which the trajectory of professional education in Brazil is presented, emphasizing, from the year 1909, with the creation of the Apprentice and Craftsman Schools to the creation of the IF in 2008; creation of the Technical School of Health and the Technical Course in Dental Prosthesis and some studies on competences: interfaces between education and work. To obtain the results, the data obtained through an online questionnaire, developed within the Google Forms platform, with the participation of CTPD graduates who completed the course from 2016 to 2020, were analyzed. After analyzing the results, it was verified that the research assumption was confirmed, revealing that the CTPD provided academic and professional development, expanding the work and income opportunities of graduates, affirming the articulation between education and work in the CTPD, object of our research. We also present the educational product developed as a requirement of ProfEPT, which was an event that addressed the

exchange of experiences with regard to the World of Work, that is, how EPT impacts the employability of graduates from technical courses.

Keywords: Education. Work. Professional qualification. Essential Skills. ESTES/UFU. Graduates.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET - Centros Federais de Educação Tecnológica

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CPII – Colégio Pedro II

CTLPO - Curso Técnico em Laboratório de Prótese Odontológica

CTPD – Curso Técnico em Prótese Dentária

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

ESTES – Escola Técnica de Saúde

ETECC - Escola Técnica de Enfermagem Carlos Chagas

FEMECIU - Fundação da Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia

FIC – Formação Inicial e Continuada

IBJD - Censo da Indústria Brasileira de Jogos Digitais

IF – Instituto Federal

IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento econômico

OMS - Organização Mundial da Saúde

PNE - Plano Nacional de Educação

PNP - Plataforma Nilo Peçanha

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TPD – Técnico em Prótese Dentária

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: (Linha do tempo). Transformações institucionais das Escolas de Aprendizizes e Artífices – criadas em 1909 e do CEFET-RJ.....	33
Quadro 2: Fluxo Curricular do CTPD.....	43
Quadro 3: Descrições das competências essenciais pesquisadas por <i>Making the Match</i>	62
Quadro 4: Relação entre o cenário contemporâneo e as competências requeridas dos profissionais.....	65
Quadro 5: Estrutura do instrumento de pesquisa.....	69
Quadro 6: Identificação da contribuição do CTPD para a atuação profissional dos(as) participantes.....	81
Quadro 7: Avaliação do CTPD pelos(as) participantes.....	87
Quadro 8: Sugestões dadas pelos(as) participantes para melhorar o CTPD	88

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gráfico referente a idade dos(as) participantes da pesquisa.....	71
Figura 2: Gráfico referente à escolaridade dos(as) participantes da pesquisa.....	72
Figura 3: Gráfico referente às motivações dos(as) participantes em cursar o CTPD.....	73
Figura 4: Gráfico referente às contribuições que o CTPD trouxe para a vida dos(as) participantes.....	74
Figura 5: Gráfico referente à contribuição das disciplinas escolares para a atuação profissional dos(as) participantes.....	76
Figura 6: Gráfico referente às disciplinas que mais contribuiu para a formação dos(as) participantes.....	76
Figura 7: Gráfico referente ao domínio dos(as) participantes nas práticas do Técnico em Prótese Dentária.....	78
Figura 8: Gráfico referente ao domínio dos(as) participantes nos conteúdos ou saberes teóricos do CTPD.....	78
Figura 9: Gráfico referente a formação dos(as) participantes.....	80
Figura 10: Gráfico referente à contribuição do CTPD para a elevação da renda dos(as) participantes.....	81
Figura 11: Gráfico referente às competências essenciais indispensáveis na vida profissional dos(as) participantes.....	83
Figura 12: Gráfico referente a competência essencial aprendida no CTPD pelos(as) participantes.....	85
Figura 13: Gráfico referente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	110
Figura 14: Gráfico referente ao consentimento dos(as) participantes em participar da pesquisa	112

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Prédio da Escola Técnica de Saúde de 2º Grau da Universidade Federal de Uberlândia. Localizada no Bloco E (1986)	36
Imagem 2: Prédio do Bloco 4K no qual funcionam as instalações da ESTES/UFU.....	38
Imagem 3: Convite do evento.....	91
Imagem 4: Coordenadora Geral do Planejamento e Avaliação da EPT da SETEC-MEC, Joelma Kremer, apresentando a Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil.....	92
Imagem 5: Professor do Instituto Federal de Santa Catarina, Paulo Roberto Wollinger, apresentando a relação da Educação com o Mundo do Trabalho.....	94
Imagem 6: Coordenadora do CTPD, Sheila Rodrigues de Sousa Porta, apresentando os Itinerários Formativos e a Educação Profissional.....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA: APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	23
1.1 Discussão do problema e objetivos.....	23
1.2 Fundamentação teórica e metodológica.....	26
1.3 Os sujeitos e instrumento da pesquisa.....	27

CAPÍTULO II

2 O QUE DIZ A HISTÓRIA?	29
2.1 O contexto histórico-social: regulamentação da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	29
2.2 Criação da Escola Técnica de Saúde (ESTES) da Universidade Federal de Uberlândia	35
2.3 O Curso Técnico em Prótese Dentária: algumas considerações sobre sua história ...	39
2.4 O Curso Técnico em Prótese Dentária da Escola Técnica de Saúde.....	40

CAPÍTULO III

3 EDUCAÇÃO E TRABALHO	45
3.1 Preparação para o trabalho: formação profissional ou qualificação profissional?.....	45
3.1.1 Formação profissional X Qualificação profissional.....	45
3.1.2 Mundo do trabalho: trabalho manual e trabalho intelectual.....	47
3.1.3 Divisão social do trabalho e formação de trabalhadores unilaterais como forma estratégica do mercado de trabalho	49
3.2 Alguns estudos sobre competências: interfaces entre educação e trabalho.....	58
4 ANÁLISE DOS DADOS	69

CAPÍTULO IV

4.1 Seção 4 do instrumento: questões relacionadas à identificação e motivações dos(as) participantes do CTPD	70
4.1.1 Idade dos egressos.....	70
4.1.2 Escolaridade dos egressos.....	71
4.1.3 Motivações dos egressos para procurar o CTPD.....	72
4.2 Seção 5 do instrumento: questões relacionadas às percepções dos(as) participantes acerca das contribuições do CTPD aos seus projetos de vida e profissionais.....	73
4.2.1 Contribuições que o CTPD trouxe para a vida do participante.....	73
4.2.2 Percepções dos(as) participantes acerca das contribuições das disciplinas curriculares aos seus projetos profissionais.....	75
4.2.3 Disciplinas que mais contribuíram para a formação dos(as) participantes.....	76
4.2.4 Domínio dos(as) participantes nas práticas do Técnico em Prótese Dentária...	77
4.2.5 Domínio dos(as) participantes nos conteúdos ou saberes teóricos do CTPD...	78
4.3 Seção 6 do instrumento: questões relacionadas às percepções dos(as) participantes acerca das contribuições do ctpd para a atuação profissional e renda.....	79
4.3.1 Formação e atuação profissional.....	79
4.3.2 Contribuição do CTPD para a atuação profissional.....	80
4.3.3 Contribuição do CTPD para a renda do egressos.....	81
4.4 Seção 7 do instrumento: questões relacionadas às percepções dos(as) participantes acerca das contribuições das experiências apreendidas no CTPD no que tange às competências essenciais na relação educação/trabalho	82
4.4.1 Competências essenciais indispensáveis na vida profissional dos(as) participantes.....	83
4.4.2 Competência essencial aprendida no CTPD pelos(as) participantes.....	85
4.5 Seção 8 do instrumento – questões relacionadas quanto a avaliação do ctpd pelos(a) participantes.....	86
4.5.1 Avaliação do CTPD pelos(as) participantes.....	86
4.5.2 Sugestões dos(as) participantes da pesquisa para melhorar o CTPD.....	87
5 PRODUTO EDUCACIONAL.....	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICES	107
ANEXOS.....	113

INTRODUÇÃO

Este estudo foi realizado no período em que o Brasil e o Mundo estavam vivendo uma pandemia chamada COVID-19, uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), que se iniciou na cidade de Wuhan, no centro da China no final do ano de 2019 e se espalhou pelo mundo, a qual foi oficialmente declarada no dia 11 de março de 2020 pelo diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, em Genebra, na Suíça.

Essa informação colocada logo no início da Introdução foi com a intenção de deixar registrado que este estudo foi realizado neste período pandêmico, o qual trouxe impactos significativos para todos os campos da sociedade, como comércio, indústria, turismo, setor da saúde, educação, entre outros. Diante desse contexto de dificuldades e desafios realizou-se este estudo intitulado: “Educação e Trabalho: um estudo acerca dos egressos do Curso Técnico em Prótese Dentária da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia (ESTES/UFU)”.

Assim, iniciaremos esta seção esclarecendo as razões pelas quais propomos a construção de um instrumento para compreender a transição entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho para os egressos do Curso Técnico em Prótese Dentária (CTPD) da Escola Técnica de Saúde (ESTES) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Nesse sentido, algumas inquietações começaram a surgir para entender: a articulação existente entre educação e mundo do trabalho e se a formação profissional no CTPD contribuiu com a inserção dos egressos no mercado de trabalho.

A escolha desse tema: Educação e Trabalho: um estudo acerca dos egressos do Curso Técnico em Prótese Dentária da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia (ESTES/UFU), relaciona-se diretamente com minha atuação como técnica em administração. Em 2018 fui aprovada no concurso público de Técnico Administrativo em Educação e estou lotada na ESTES/UFU. E, desde então, rotineiramente eu acompanho estudantes e trabalhadores, buscando nos cursos técnicos oportunidades melhores de trabalho ou a inserção no mercado de trabalho. Portanto, compreender essa transição entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho para esses egressos, poderá constituir acepções sobre o CTPD da ESTES/UFU.

À primeira vista, o direito à educação pública e de qualidade está positivado em vários documentos normativos, inclusive no principal deles, a Constituição Federal de 1988; mas as

políticas públicas ainda são insuficientes para tornar esse direito, a todos, uma realidade. A educação é uma dimensão fundante da cidadania e indispensável para políticas que visam o acesso a todos ao ensino e ao trabalho e, também para inserção, reinserção e manutenção no mundo profissional.

A educação é a efetivação de práticas sociais para a redução das desigualdades, porque sinaliza a possibilidade de uma sociedade mais justa e humana. Neste contexto se situa a Educação Profissional que se apresenta como oportunidade de formação técnica profissional e, capaz de estimular os estudantes a permanecerem no sistema educacional em busca de uma profissionalização. Assim, a Educação Profissional pode ser uma das formas do Estado fazer garantir aos estudantes o direito a educação e ao trabalho.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o sujeito possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. A EPT prevê, ainda, integração com os diferentes níveis e modalidades da Educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Nessa exposição, propomos a discussão da articulação entre educação e trabalho. Para Ramos (2008), o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. Na sua existência, o ser humano produz por meio do trabalho, logo o ser humano produz conhecimento. O ser humano, é um ser do trabalho, logo, ambos são indissociáveis. O trabalho é a extensão do ser humano e nessa perspectiva é necessário que a formação profissional tome como base os fundamentos da formação humana integral e omnilateral, porque essa formação:

(...) expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo (...). A integração, no primeiro sentido, possibilita formação omnilateral dos sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (RAMOS, 2008, p. 3).

Nessa perspectiva da integração do trabalho, ciência e cultura, a formação profissional, em certa medida, se opõe a formar para o mercado de trabalho. Nesta linha, a formação profissional não deve preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, “mas, é proporcionar a compreensão das dinâmicas socio produtivas das sociedades modernas, com as

suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas” (RAMOS, 2008, p. 5).

Nessa linha de raciocínio, pode-se dizer que, no âmbito da Educação Profissional, vários pesquisadores da EPT têm lutado pela efetivação de uma educação integral do sujeito, comprometida com a classe trabalhadora. Dentre eles podemos citar: Barato (2002); Ciavatta (2014); Frigotto (2009); Moura (2007); Pacheco (2009); Ramos (2008) e Saviani (2007). No entanto, fica evidente afirmar de forma geral, que no mundo do trabalho, o capital afeta a totalidade dos processos sociais, visto que uma pequena parcela de trabalhadores consegue acessar melhores postos e condições de trabalho e conseqüentemente acumulando renda, e de outro lado está a grande maioria que tem acesso aos empregos precarizados e o mínimo de condições de trabalho, dificultando ainda mais sua promoção social.

Para Saviani (2007), educação e trabalho são atividades especificamente humanas e somente o ser humano trabalha, e, ao trabalhar educa-se. Não há como negar que a educação potencializa a força de trabalho para o capital e contribui decisivamente para um crescente aumento da sua riqueza. Assim, nesse cenário, uma educação de qualidade poderá transformar os jovens estudantes em trabalhadores mais conscientes e críticos dos cenários e seus impactos no mercado de trabalho.

Para definir os termos “conscientes e críticos” citados neste trabalho, é necessário colocar o indivíduo, jovens estudantes e trabalhadores, como agente com possibilidade de desenvolver as múltiplas possibilidades do ser humano, capaz de refletir sobre a realidade a qual está inserido, ultrapassando o âmbito espontâneo de apreensão da realidade, tendo a ciência e a técnica como desenvolvimento humano. Posto que, “trata-se de um esforço do pensamento para apreender o movimento, as determinações e mediações que constituem a realidade humana, a qual se coloca como desafio ou como problemática a ser compreendida” (FRIGOTTO, 2009, p. 70). Para isso, é necessário proporcionar a todos os estudantes uma educação capaz de lhes permitirem intervir e transformar a realidade ao seu redor, pois vivem e atuam em uma sociedade onde cada vez mais é preciso usar as capacidades do pensamento consciente e crítico para tomar decisões racionais.

Fica evidente que a relação entre educação e trabalho está presente na vida do indivíduo. Sendo que:

A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o homem e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. É, pois, uma formação que se dá no decorrer da vida humana, por meio

das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas (PACHECO, 2009, p. 22).

Além do exposto acima, as mutações no mundo do trabalho requerem cada vez mais qualificação profissional e “além e apesar de o trabalho ‘subordinar-se’ ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro pólo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 350). No mesmo tempo que o trabalho afirma a relação que submete o trabalhador, o trabalho também pode libertá-lo. Daí a importância de inserir trabalhadores conscientes e críticos das mutações desse mercado de trabalho.

É importante ressaltar que a escola que forma trabalhadores para esse mercado de trabalho e tem a compreensão do trabalho como princípio pedagógico e que a educação é um processo de formação humana, está no rumo certo para se tornar uma escola unitária, a qual compreende que todos os estudantes devem ter acessos aos conhecimentos sociais, científicos, tecnológicos e culturais, pois, assim, esses conhecimentos podem levar os estudantes a sua emancipação socioeconômica, proporcionando, inclusive, uma vida mais digna.

Dessa maneira, trabalho e educação se inter-relacionam por serem processos que mediam toda a vida humana, devido a importância da educação como instrumento de conhecimento, oportunidade de inserção e permanência no processo produtivo, e o trabalho como princípio educativo é o meio pelo qual as condições materiais são criadas para a existência e sobrevivência.

Diante das discussões e pesquisas apresentadas pelos autores, nota-se a importância para o trabalhador de articular a educação com o trabalho. Trata-se de uma necessidade posta pela sociedade enquanto condições de sobrevivência e melhores condições de vida. Desse modo, é fundamental que compreendamos a indissociabilidade entre educação e trabalho e seus impactos históricos e sociais para um país que demonstra, reiteradamente, dar pouco valor às políticas públicas educacionais. Por isso a necessidade de educação que valorize o indivíduo e o prepare de maneira ampla e qualificado para o mundo do trabalho.

Sendo assim, compreendemos que seja imprescindível que a Educação Profissional e Tecnológica se desenvolva em uma base sólida, em termos de valores humanos e formação técnica para o mundo do trabalho. Destaca-se que diante das mudanças no mundo do trabalho, cada vez mais há exigências de novas formas de mediação entre o ser humano e o conhecimento, sendo a Educação Profissional compreendida não só como forma de organizar o trabalho, mas de produção e de vida social do indivíduo.

Domingos Leite, em entrevista para a **Revista Poli** (Ano XII, nº 68), explica que no caso da sociedade brasileira, uma grande parcela da juventude, por necessidade absoluta de sobrevivência, ingressa na prática do trabalho. Por isso, uma educação com base em alguma especialidade profissional faz sentido ético e político. Por isso, nossa discussão e pesquisa tratou de investigar como aconteceu para os egressos a transição do ambiente escolar para o mercado de trabalho. Uma das diretrizes, de início, foi entender o que o egresso necessita em seu currículo para desenvolver de forma eficaz suas funções no trabalho, e que, poderia ser aprendido na formação técnica. Uma de nossas intenções foi descobrir se esses egressos aprenderam no CTPD competências que são essenciais tanto na vida profissional quanto pessoal, as quais podem ser complemento na formação técnica do(a) trabalhador(a).

Barato (2002) define competências como a capacidade pessoal de articular saberes com fazeres característicos de situações concretas de trabalho. A ideia de competências inclui, necessariamente, a dimensão de flexibilidade e dinamismo do conhecimento. Assim, a escola pode enriquecer o repertório de habilidades e competências de seus estudantes para serem capazes de guiarem desempenhos num mundo do trabalho em constante mutação e imposição de formações e qualificações.

No campo específico da relação educação e trabalho, deve haver a preocupação com capacidades humanas gerais e comuns em situações de uso do conhecimento, é trabalhar com os estudantes aspectos gerais da capacitação profissional. Jarbas Novelino Barato em seu livro: **Escritos sobre Tecnologia Educacional & Educação Profissional** cita que embora existam diferenças quanto a nomenclatura no que diz respeito a competências essenciais, fala-se também em habilidades básicas, habilidades essenciais, habilidades gerais, dentre outras. Mas todas são um conjunto de saberes e fazeres comuns a uma multiplicidade de trabalhos. Tanto que, “tais saberes e fazeres são necessários tanto para médicos como para advogados, tanto para gerentes quanto para engenheiros eletrônicos, tanto para professores quanto agrônomos, etc. (BARATO, 2002, p. 229).

Mediante o exposto, optamos neste estudo pela nomenclatura ‘competências essenciais’ e buscamos compreender a dimensão destas na relação educação e trabalho. Especificamente, se a ESTES trabalhou sistemática e efetivamente com a questão das competências essenciais com os egressos do CTPD.

Nesse sentido, faz-se necessário, reconhecer a importância da formação das pessoas, não importando as particularidades de carreiras e profissões. Até por que a educação profissional se encontra em meio a questões como: capital, trabalho e formação humana. Cabe

lembrar que a sociedade espera que a escola dê condições a seus formandos se desenvolverem em um mercado de trabalho mutante, flexível e que exige aprendizagem contínua.

Com o propósito de compreender como foi a transição entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho para os egressos do CTPD da ESTES/UFU, esta dissertação buscou identificar saberes e fazeres comuns a todas as ocupações, definidas operacionalmente como competências essenciais. A partir disso pudemos compreender a articulação entre educação e trabalho existente no CTPD ofertado pela ESTES/UFU.

Vale salientar também que a discussão neste trabalho não teve por objetivo dar conta de toda a história social da Educação Profissional no Brasil e nem de toda relação educação e trabalho, mas fazer um estudo com trabalhadores que possuem uma formação técnica e estão em busca de oportunidades ou já estão inseridos no mundo do trabalho. Assim, poderá em estudos futuros criar congruências entre instituições de ensino e as necessidades ou demandas do mercado de trabalho, cuja meta seja a efetivação do interesse social.

CAPÍTULO I:

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA: APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

1.1 Discussão do problema e objetivos

Como já abordamos na Introdução, o interesse pelo objeto de pesquisa decorreu da preocupação com a formação dos jovens para o mundo do trabalho e uma de nossas hipóteses foi que estes trabalhadores que retornaram para a escola em busca de uma formação profissional, não tiveram uma educação articulada com o mundo do trabalho, nem com a ciência e com a tecnologia. A educação deveria visar não apenas a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, mas também uma formação integral do ser humano, com possibilidade de construir uma sociedade mais justa com conhecimento, trabalho e cultura para todos os cidadãos.

Ademais, acredita-se que uma educação omnilateral e emancipatória seja uma característica singular da EPT. A emancipação e a liberdade são construções históricas, e, como tal, é no agir e transformando o mundo que o homem e a sociedade mudam (SAVIANI 2007; NOSELLA, 2007). Não é uma mera questão de identificar a provável falha no nosso sistema educacional em geral, mas sim propor uma educação omnilateral que leve a uma mudança qualitativa na relação ser humano, mundo, educação e trabalho. Nesse sentido, Saviani (2007) dá uma ênfase para a indissolubilidade do ser humano com o ser do trabalho; sendo ambos históricos, a educação e o trabalho, são especificamente atividades humanas e atributos essenciais do ser humano em que o trabalho é característica que o define em sua totalidade.

Para Ramos (2008) a concepção de educação unitária, politécnica e omnilateral são reivindicações de uma educação nacional no sentido de construir uma educação comprometida com a classe trabalhadora brasileira que visa superar a dualidade da formação para o trabalho manual e formação para o trabalho intelectual. Nos dias atuais, aliás, esse parece um dos poucos ‘consensos’ entre o capital e o trabalho; mas o problema é que, o trabalho segue servindo aos interesses do capital, por isso, a necessidade da formação comprometida com a classe trabalhadora.

Nessa situação, a EPT demonstra ser um importante canal de debates e discussões na área da educação. Especialmente da educação que busca a transformação da nossa realidade

com vista à criação efetiva de uma sociedade mais justa¹. Diante desse cenário, o objetivo geral deste trabalho propõe-se: compreender a transição entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho² para os Egressos do CTPD da ESTES/UFU no período de 2016 a 2020.

Pensando nestes trabalhadores e estudantes, os quais estão em busca de uma profissionalização, as práticas educacionais não podem ter impasses entre formação humana e capacitação profissional, sendo que é, principalmente, na escola que encontra-se um ambiente organizado dos processos educativos e formativos, pois o direito à educação pública e de qualidade é direito de todos e está positivado em vários documentos normativos, inclusive na Constituição Brasileira, mas as políticas públicas têm sido insuficientes para tornar esse direito uma realidade. Assim, pretende-se entender o que acontece entre o direito e a prática.

A realidade posta desses estudantes enquanto condição para sobreviver ou melhorar a condição de vida, sendo que muitos deles enfrentam uma dupla jornada porque buscam no trabalho a sobrevivência e nos estudos uma melhor condição de vida. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 2015, mais da metade da juventude³ brasileira estava inserida no mercado de trabalho e essa inserção é marcada por vários desafios, como informalidade, baixa remuneração, alto índice de rotatividade, precarização da relação de trabalho e dificuldade de conciliação entre estudos, além de, responsabilidades familiares e trabalho. Ainda, de acordo com a OIT, o desemprego entre os jovens brasileiros é de duas a três vezes maior do que o desemprego entre os adultos.

¹ A educação se constitui em instrumento essencial e decisivo para a formação da consciência cidadã e para a capacitação ao trabalho. A educação é um direito social indispensável, já positivado em vários documentos normativos, como a LDB e a Constituição Federal de 1988. No artigo 205 da Constituição Federal está escrito que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Já a Lei 9.394/96, estabelece as diretrizes que regulamentam o sistema educacional: a igualdade de condições de acesso, liberdade de aprender, gratuidade do ensino, valorização do profissional, a inclusão, a flexibilidade, a diversidade, a qualidade e a autonomia, assim como, a competência para o trabalho e a cidadania. Por isso que, fica nítida a importância da efetivação desses direitos de forma eficiente em favor da sociedade brasileira.

² Para Roseli Figaro (2008), mundo do trabalho é o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade. O mundo do trabalho é uma categorização ampla, porque possibilita congrega conceitos como trabalho, relações de trabalho, vínculo empregatício, mercado de trabalho, salário, tecnologia, troca, lucro, capital, organizações, controle, poder, sociabilidades, cultura e relações de comunicação. Já o mercado de trabalho, segundo Carvalho (2008), diz respeito às ofertas de trabalho ou emprego oferecidas pelas organizações, em determinada época ou lugar, e sofre instabilidade decorrente do número de empresas existentes em certa região e sua demanda, o que gera oferta de vagas e, portanto, oportunidades de emprego e na falta desta disponibilidade de vagas, o desemprego.

³ Não há uma definição universal quanto a faixa etária de idade deste grupo. Para fins estatísticos, as Nações Unidas definem a “juventude” pelo grupo etário composto por pessoas entre 15 e os 24 anos.

Aí, não é incomum o trabalho ‘atrapalhar’ os estudos ou vice-versa. O que implicará numa formação limitada hoje e com efeitos deletérios para o amanhã. Além de enfrentar a dupla jornada, ainda precisam enfrentar as mutações no mundo do trabalho e suas relações, tais como: avanços da tecnologia e alterações nas características das profissões devido a novos métodos produtivos e isso acaba influenciando a inserção do jovem no mercado de trabalho, sendo este cada vez mais competitivo e complexo. O descompasso fica evidente.

Ainda tem a dificuldade de empregabilidade, cada dia mais exige-se uma educação de qualidade e qualificada, pois sem esta formação, se torna quase impossível a inserção e permanência no mercado de trabalho. Diante desta realidade, os cursos técnicos podem ser a possibilidade desses estudantes de escolas públicas se inserirem e atuarem no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

Com isso, este estudo buscou desvelar a importância da educação profissional para a inserção e permanência no mundo do trabalho e desenvolveu um estudo abrangente e crítico face à realidade da EPT, especificamente com egressos do Curso Técnico em Prótese Dentária da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia e verificou o compromisso da Educação Profissional com processos de transformação social desses egressos, articulando Educação e Trabalho.

Como objetivos específicos foi realizado uma contextualização e revisão da literatura científica acerca da Educação Profissional e Tecnológica relacionada à temática do trabalho e educação; pesquisou se, na realidade do mundo do trabalho, existe a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual, investigou a situação dos egressos no que se refere ao mundo do trabalho e, assim verificou-se a contribuição do CTPD com a formação destes egressos. Esta pesquisa foi desenvolvida no sentido de colaborar com futuras melhorias em relação ao CTPD da ESTES/UFU. E essa é a finalidade/justificativa maior desta pesquisa.

Os objetivos específicos, considerando-os como etapas para alcançar o objetivo geral, foram os seguintes:

- (a) Investigar os movimentos históricos da EPT no Brasil;
- (b) Conhecer os motivadores que influenciaram os egressos na busca pelo CTPD;
- (c) Identificar o grau de contribuição do CTPD na atuação profissional do egresso;
- (d) Averiguar as afinidades dos egressos com as disciplinas e conteúdos ofertados no CTPD;
- (e) Identificar quais disciplinas e conteúdos tiveram maior impacto na formação do egresso do CTPD;

(f) Compreender a dimensão das competências essenciais no que tange à relação educação/trabalho.

1.2 Fundamentação teórica e metodológica

A fundamentação teórica deste trabalho compôs uma pesquisa bibliográfica do processo histórico-político-social da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, privilegiando o recorte desde 1909 até a criação dos IFs, em 2008. Para continuidade do trabalho teórico foram utilizadas legislações brasileiras e textos dos autores: Ciavatta, Ramos, Barato, Saviani, dentre outros decorrentes do constante esforço dedicado ao levantamento e pesquisa bibliográfica.

Acreditamos que, para melhor compreensão da fundamentação teórica, foi importante considerar esses aspectos históricos da Educação Profissional no Brasil, posto que nos permitiu compreender de forma mais ampla a trajetória desses estudantes na educação profissional. Por essa razão, foi tratado também dos aspectos contemporâneos em que a educação se insere e, nestas condições, compreendemos questões sobre a formação desses estudantes na Educação Profissional. Isto nos deu indícios importantes para a compreensão de situações, conflitos e propostas apresentadas no âmbito da história da Educação Profissional. Portanto, alguns traços da história dessa formação no Brasil proporcionaram melhor compreensão dos aspectos históricos da Educação Profissional e da relação destes com o mercado/mundo de trabalho.

No que diz respeito ao procedimento, o estudo classificou-se como pesquisa bibliográfica, por meio do levantamento exploratório utilizando leis, documentos normativos, bem como revisão em livros associados ao histórico da EPT. De acordo com Gil (2002, p. 44) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e que em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, principalmente para melhor compreensão do tema de pesquisa.

Para melhor contextualizar, citamos Lima e Miotto (2007), que afirmam que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório, importante nos estudos exploratórios, possibilitando um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações. Também de acordo com as autoras a pesquisa bibliográfica é um procedimento importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servem de ponto de partida para outras pesquisas.

Para alcançar os objetivos geral e específicos, adotamos a pesquisa descritiva, que é a utilização de técnicas padronizadas para a coleta dos dados junto a uma determinada população, neste caso, os egressos do CTPD da ESTES. Para pesquisa descritiva, Gil (2008) corrobora:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. (GIL, 2002, p. 42).

Assim, para alcançar os objetivos propostos foram enviados formulários *online*, os quais foram respondidos por egressos do CTPD da ESTES/UFU, com entrevistas semiestruturadas por meio do *Google Forms* (Apêndice A) e as respostas foram coletadas de forma anônima e sem identificação.

Quanto a abordagem, esta foi classificada como qualitativa. Assim, esta pesquisa foi bibliográfica, descritiva e qualitativa. Para Gil (2002, p. 133) o cunho da pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser uma discussão específica dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que balizaram a investigação, envolvendo a redação do presente relatório.

1.3 Os sujeitos e instrumento da pesquisa

O questionário foi enviado para um grupo composto por 62 egressos, os quais iniciaram o curso no ano de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 e concluíram o curso nos anos 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 respectivamente. O critério para seleção dos egressos participantes na pesquisa foi a conclusão do curso, optamos por inserir na pesquisa apenas os concluintes de 2016 a 2020, excluindo os estudantes que abandonaram e os que trancaram o curso.

Após o envio do questionário por e-mail para os(as) participantes da pesquisa, foi feito o envio também por *WhatsApp*, na intenção de facilitar o acesso ao questionário. Conseguimos que 13 egressos respondessem o questionário, sendo que 01 destes não consentiu em participar da pesquisa, assim obtivemos 12 questionários respondidos válidos. É um número pequeno de respostas válidas diante da quantidade de questionários enviados, mas apesar de uma amostra pequena, conseguimos obter resultados relevantes.

Já o instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário composto por 15 questões, sendo que 03 delas se destinaram à caracterização dos participantes, 05 questões foram referentes à percepção dos egressos sobre o CTPD da Escola Técnica de Saúde, 03 questões se referiram à atuação profissional dos egressos, 02 questões foram sobre competências essenciais e 02 questões se referiram à avaliação do CTPD pelos egressos. O instrumento de pesquisa (questionário) encontra-se no Apêndice “A” deste trabalho. Cabe acrescentar que o mesmo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, conforme Parecer nº 4.547.349 de 2021, disponível no Anexo “B”.

CAPÍTULO II

2 O QUE DIZ A HISTÓRIA?

2.1 O contexto histórico-social: regulamentação da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

Percebe-se que, para alguns historiadores, a Educação Profissional surgiu no Brasil Imperial. Em 1808, D. João VI cria o Colégio das Fábricas, destinado à educação profissional e, a partir de então e ao longo do século XIX, foram criadas várias instituições voltadas para o ensino das letras e ofícios, destinados às crianças pobres, abandonados e órfãos. Com isso, acrescenta Fonseca (1961, p. 68), “[...] habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”.

É notado ao longo dos anos que a Educação Profissional no Brasil tem um percurso marcado por diferentes denominações e transformações, evidenciando seus diversos estágios. Pode-se dizer que o início do século XX trouxe uma nova organização para educação profissional no Brasil.

Assim, neste trabalho propomos iniciar o contexto histórico da EPT em 1909 com a criação de dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”. Mas iremos anteceder um pouco para melhor contextualizar esta trajetória. Vamos iniciar em 1906, quando o governador Nilo Peçanha, chamado de Presidente do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto n. 787 de 11 de setembro de 1906, fundou três escolas de ofício em Campos, Petrópolis e Niterói e uma escola de aprendizagem agrícola em Paraíba do Sul. Contudo, em 1906, houve um marco histórico inicial no que se refere à consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil com a

[...] realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho. A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: ‘A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando lhes mestres e operários instruídos e hábeis’ (BRASIL/MEC/SETEC, 2017).

Em 1909, inicia-se a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, por meio do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, quando Nilo Peçanha, já como

Presidente da República instaurou inicialmente uma rede com 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices, sendo um marco inicial da Rede Federal destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Quando se fala de políticas públicas, o Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909 foi um marco na Educação Profissional, pois, a criação das Escolas de Aprendizizes e Artífices tinha o objetivo de

habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos úteis à Nação (BRASIL, 1909).

Estas Escolas de Aprendizizes e Artífices eram custeadas pela União e foram as precursoras da rede federal de ensino técnico no Brasil, destinadas a “formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício (BRASIL, 1909, art. 2º).

As escolas de aprendizizes e artífices trouxe, segundo Cunha (2005. p. 8), “uma grande novidade em relação à estrutura de ensino, por constituir, provavelmente, o primeiro sistema educacional de abrangência nacional”, pois eram estabelecimentos de ensino de propósitos comuns e regulamentado por uma mesma legislação.

Entretanto desde o ano de 1909 houve várias mudanças de nomenclaturas. Em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei 378 que transformava as Escolas de Aprendizizes e Artífices em Liceus Profissionais, os quais eram destinados ao ensino profissional de todos os graus e a educação técnica passou a ser vista como um elemento estratégico para o desenvolvimento social e econômico da classe trabalhadora.

Com o Decreto n. 4.127 de 25 de fevereiro de 1942, os Liceus Profissionais são transformados em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer formação profissional equivalente ao nível do ensino secundário. Sendo que a partir desse ano, os estudantes formados nos cursos técnicos podiam ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação, não sendo possível ingressar no ensino superior em área diferente da formação técnica. No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em Escolas Técnicas Federais, ganhando autonomia didática e administrativa.

Em 20 de dezembro de 1961 foi promulgada a Lei nº 4.024, conhecida como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual passou a permitir que concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino

Profissional, podiam continuar os estudos no ensino superior, ou seja, uma vez concluído o ensino secundário ou curso técnico, podiam candidatar-se em qualquer curso superior.

Seguindo-se as décadas, em 1971 foi promulgada a Lei 5.692/71, Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, que instaurava a profissionalização compulsória em todo o Brasil, fazendo com que todos os cursos de 2º grau passassem a ter caráter profissionalizante em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional.

Com esta obrigatoriedade imposta pela lei, houve uma sobrecarga sobre as Escolas Técnicas, em especial as da rede federal. Assim como afirma Marise Ramos, no livro **História e Política da Educação Profissional**:

Com a obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau, o fato de as escolas técnicas federais serem referência na oferta do ensino profissionalizante fez com que essas fossem procuradas para estabelecer convênios com outras instituições, visando à oferta da parte especial do currículo das habilitações técnicas. Com isto, além do aumento de sua clientela, vários descontentamentos advieram das relações com outros sistemas de ensino impostos por essa política, que restringia a autonomia dessas escolas e colocava para elas novas responsabilidades que podiam comprometer a qualidade de seus serviços (RAMOS, 2014, p. 33).

Contudo, essa obrigatoriedade, fez com que a formação oferecida pelas Escolas Técnicas fosse valorizada, consolidando-as como instituições adequadas para oferecer o 2º grau em caráter profissionalizante, voltado para a formação em habilitações profissionais específicas.

No ano de 1978, com a Lei n. 6.545 de 30 de junho, as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais - com sede na cidade de Belo Horizonte, Paraná e Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet's), que tinham como objetivo formar engenheiros industriais e tecnólogos. Depois, em 1994, a Lei n. 8.948 de 08 de dezembro transforma, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Dois anos mais tarde, a segunda Lei da LDB, Lei 9.394/96, reconheceu dois níveis de ensino. No seu art. 21, Capítulo I, está positivado que “a educação escolar se compõe de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e II - educação superior” (BRASIL, 1996). A Educação Profissional aparece como um capítulo à parte da LDB, no capítulo II, seção IV, §4º: “a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional” (BRASIL, 1996).

A Educação Profissional, da qual trata a LDB 9.394/96, reforça a dualidade estrutural entre educação geral e formação profissional, oferecendo a educação profissional de nível técnico articulado com o ensino médio ou separadamente em instituições especializadas em educação profissional, a qual não integra a educação geral e educação profissional a todos os concluintes desta etapa. Essa proposta para a educação profissional tem como objetivo um treinamento profissional, não caracterizado por formação integral do indivíduo. A promulgação desta lei, por sua vez, favoreceu a publicação do Decreto Lei n. 2.208/96, que reformula o ensino técnico separando o ensino médio da educação profissional, e os níveis para a educação profissional foram definidos como básico, técnico e tecnológico.

Mas, em 2004, a Educação Profissional é novamente alterada com a publicação do Decreto 5.154, que revogou o Decreto Lei n. 2.208/96, oferecendo uma articulação com o ensino médio, a qual foi proposta pela LDB 9.394/96; mesmo assim permanece a fragmentação da educação profissional e não possibilita uma proposta efetiva de escola unitária e integral para todos os estudantes do ensino médio da educação básica.

O Decreto nº 5.154/04, na visão de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), pode ser considerado como um ganho político e visto como um sinalizador de mudanças para a educação profissional e tecnológica. E,

(...) que a Lei não é a realidade, mas a expressão de uma correlação de forças no plano estrutural e conjuntural da sociedade. Ou interpretamos o decreto como um ganho político e, também, como sinalização de mudanças pelos que não querem se identificar com o *status quo*, ou será apropriado pelo conservadorismo, pelos interesses definidos pelo mercado (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS. 2005, p. 27).

O Decreto nº 5.154/04 trouxe a possibilidade da integração da educação profissional ao ensino médio, assegurando a formação geral e as condições de preparação para o trabalho, com base em uma proposta curricular única.

Posteriormente, em 2008, tais possibilidades de integração são estabelecidas na Lei 11.892/2008 que cria os Institutos Federais de Educação, com finalidades voltadas para ensino, pesquisa e extensão. Foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), com o objetivo de ofertar Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades.

Assim, pode-se perceber que em 110 (cento e dez) anos de história, a Educação Profissional no Brasil teve diversas mudanças nas suas nomenclaturas: de Escolas de Aprendizes Artífices em 1909 passaram a ser denominadas Liceus Industriais em 1937, depois Escolas Industriais e Técnicas em 1942, Escolas Técnicas Federais em 1959, criação dos

primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs em 1978 até o ano de 2008 com a Educação Profissional oferecida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essas mudanças de nomenclaturas ocorreram gradativamente, por isso necessitam ser detalhadas para uma melhor compreensão do movimento histórico e social da EPT no Brasil. Contudo, ressalta-se que essas datas não são lineares, pois as mudanças nas nomenclaturas ocorreram progressivamente ao longo do tempo.

Quadro 1: (Linha do tempo). Transformações institucionais das Escolas de Aprendizes e Artífices – criadas em 1909 e do CEFET-RJ

Linha do Tempo das transformações institucionais ocorridas nas escolas da REDE (originadas em 1909 e CEFET-RJ)								
	Escolas de Aprendizes Artífices	Liceus Industriais	Escolas Industriais	Escolas Técnicas	Escolas Técnicas Federais	Centros Federais de Educação Tecnológica	Universidade Tecnológica Federal	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
	Decreto 7.566 23/09/1909	Lei 378 13/01/1937	Decreto-Lei 4.073 30/01/1942		Lei 3.552 16/02/1959 Decreto 47.038 16/10/1959	Lei 6.545 30/06/1978	Lei 11.184 07/10/2005	Lei 11.892 29/12/2008
			Decreto-Lei 4.127 25/02/1942		Lei 4.759 20/08/1965	Lei 8.948 08/12/1994		
Alagoas	21/01/1910	1937	25/02/42		1968	1999	-	29/12/08
Amazonas	01/10/1910	1937	-	25/02/42	1965	Decreto 26/03/2001	-	29/12/08
Bahia	02/06/1910	1937	-	25/02/42	1965	Lei 8.711 28/09/1993	-	29/12/08
Ceará	24/05/1910	1941	25/02/42	-	1968	22/05/1999	-	29/12/08
Espirito Santo	24/02/1910	1937	-	25/02/42	03/09/65	Mar/99	-	29/12/08
Goiás	01/01/1910	1937	-	25/02/42	20/08/65	Decreto 22/03/1999	-	29/12/08
Maranhão	16/01/1910	1937	-	25/02/42	Portaria 239/65 03/09/1965	Lei 7863 31/10/1989	-	29/12/08
Minas Gerais	08/09/1910	18/08/41	-	25/02/42	16/02/59	30/06/78	-	-
Mato Grosso	01/01/1910	Circular 1971 05/09/1941	25/02/42	-	20/08/65	Decreto 16/08/2002	-	29/12/08
Pará	01/08/1910	1937	25/02/42	-	1968	18/01/99	-	29/12/08
Paraíba	06/02/1910	1937	25/02/42	-	1959	1999	-	29/12/08
Pernambuco	16/02/1910	1937	-	25/02/42	1959	1999	-	29/12/08
Piauí	01/01/1910	1937	25/02/42	-	1967	22/03/1999	-	29/12/08
Paraná	16/01/1910	1937	-	25/02/42	1959	30/06/78	7/10/2005	-
Rio de Janeiro (Campos)	23/01/1910	1937	-	25/02/42	1967	1999	-	29/12/08
Rio Grande do Norte	03/01/1910	1937	25/02/42	-	1968	18/01/99	-	29/12/08

Santa Catarina	01/09/1910	1937	25/02/42	-	Portaria 331 17/06/1968	27/03/2002	-	29/12/08
Sergipe	01/05/1910	1937	25/02/42	-	1965	2002	-	29/12/08
São Paulo	24/02/1910	1937	-	25/02/42	1959	18/01/99	-	29/12/08
Rio de Janeiro (Capital)	27/11/1919	1937	-	25/02/42	1965	30/06/78	-	-

Fonte: Moraes (2016)

Este quadro foi retirado da tese de doutorado intitulada: **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade** do Pesquisador e Professor Dr. Gustavo Henrique de Moraes. Ele traz a linha do tempo referente as transformações institucionais das Escolas de Aprendizizes e Artífices que foram criadas em 1909 e do CEFET-RJ.

Devido à grande dificuldade de informações, as quais muitas vezes incompletas e contraditórias no que se refere ao conjunto de transformações históricas da Rede Federal, constatamos que este quadro permite compreender com mais clareza as datas de transformações e de alterações das denominações das 19 primeiras escolas da Rede Federal, favorecendo a compreensão da linha do tempo da história da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica.

Neste breve histórico da política da Educação Profissional no Brasil, foram exploradas algumas leis, decretos e constituições que vieram a lume ao longo do século XX e primeira década do século XXI. Houve também tentativas de buscar informações sobre o quantitativo de unidades de ensino que ofertam a EPT e quantidade de estudantes que já foram e que estão sendo atendidos desde sua criação, mas infelizmente, ainda, existem muitas lacunas estatísticas quando se fala em EPT no Brasil.

Em um país marcado pela desvalorização do trabalho e da educação, pode-se perceber que a EPT tem poucas estatísticas oficiais que quantificam quantos estudantes foram e são atendidos, o que seria necessário para avaliar políticas educacionais públicas e o impacto da EPT no mundo do trabalho. A ausência dos números revela o desinteresse pela formação de trabalhadores, a falta de uma concepção do que seja a EPT para os gestores educacionais e do quão estratégica ela é para o desenvolvimento do País (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 30).

Uma possibilidade parcial para quantificar essas estatísticas pode ser encontrada na Plataforma Nilo Peçanha. Esta Plataforma é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Mesmo assim, não é possível encontrar determinadas estatísticas da EPT, principalmente referente a rede estadual, rede particular e cursos de Formação de Iniciação

Continuada. Portanto, é preciso admitir que não é possível responder quantos estudantes estudam na EPT, incluindo Cursos Técnicos públicos ou privados e Cursos de Formação de Iniciação Continuada no ano de 2020 e quantos já estudaram desde sua criação. Esta lacuna existente nos dados da Educação Profissional coloca-se como um desafio que ainda precisa ser superado, e isto requer o envolvimento da macroestrutura do sistema educativo. Sobre esses dados da Educação Profissional, entretanto, não vamos tecer comentários aprofundados, porque não é o objetivo principal da pesquisa, mas é um assunto relevante para pesquisas futuras.

Mesmo assim, queríamos levantar o número de instituições que oferecem ensino técnico no país. Nesse sentido, foi feita uma pesquisa na Plataforma Nilo Peçanha, referente ao ano base 2019, ano mais recente disponível, e foram encontradas 23 Escola Técnicas Vinculadas à Universidades⁴ que ofertam 189 cursos de Ensino Técnico, isto corresponde a 1,94% das Instituições Federais de Ensino no Brasil, sendo que, 92,82% são Institutos Federais que oferecem o Ensino Médio Integrado, 3,59% refere-se aos CEFET e 1,66% ao CPII (Colégio Pedro II). Vale ressaltar que os dados apresentados são referentes a Instituições Federais. Esses dados foram possíveis, pois a Plataforma Nilo Peçanha oferece estatísticas do ensino da rede federal a partir do ano de 2017.

2.2 Criação da Escola Técnica de Saúde (ESTES) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Em 1972, um grupo de médicos da Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia, criou a Escola Técnica de Enfermagem Carlos Chagas (ETECC). Uma escola privada de nível médio, com objetivo atender as necessidades do município e região por profissionais na área da enfermagem. Esta necessidade advinha do Hospital de Clínicas da Fundação da Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia (FEMECIU), quanto por instituições privadas da cidade. Assim, a ETECC iniciou suas atividades em 1973, à época, agregada à Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia, a qual era mantida pela FEMECIU, pelo Ministério da Educação e Cultura, ajuda da comunidade e estudantes.

Em 1981, após a federalização⁵ da Universidade de Uberlândia, a ETECC se consolida como uma escola vinculada à universidade como órgão suplementar agregado a Pró-Reitoria

⁴ As Escolas Técnicas Vinculadas constituem-se em unidades de ensino pertencentes à estrutura organizacional das Universidades Federais. Elas ofertam cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), em suas respectivas áreas de atuação.

⁵ A federalização da Universidade de Uberlândia ocorreu em 1978 mediante o Decreto nº 6.532.

Acadêmica. Este vínculo e integração da Escola à Universidade trouxe transformações positivas para a sociedade uberlandense. Trazendo, assim, perspectivas para abertura de novos cursos conforme demandas da sociedade e do mercado de trabalho. Em 1983, criou-se o Curso Técnico em Laboratório de Prótese Odontológica, hoje Curso Técnico em Prótese Dentária, o qual foi aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e reconhecido pelo MEC/SESG, em março de 1987 por meio da Portaria nº 5/87. Com a abertura do curso na área de odontologia, a ETECC passou a receber uma nova denominação: Escola Técnica de Segundo Grau da Universidade Federal de Uberlândia.

A imagem a seguir foi retirada da tese de doutorado apresentada em 2009 por Beatriz Lemos Stutz ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, intitulada: **Técnico em Enfermagem no Município de Uberlândia: a construção histórica de uma profissão e a primeira instituição escolar** (p. 153).

Imagem 1- Prédio da Escola Técnica de Saúde de 2º Grau da Universidade Federal de Uberlândia. Localizada no Bloco E (1986).



Fonte: STUTZ (2009)

Posteriormente, em 1988, foram criados outros dois novos cursos: Curso Técnico de Patologia e o Curso Técnico em Higiene Dental, hoje, Curso Técnico em Análises Clínicas e Curso Técnico em Saúde Bucal respectivamente, os quais foram aprovados pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia em 14/10/1988 e reconhecidos pelo MEC/SENETE em maio de 1991, por meio da Portaria nº 26/91.

Em 30 de setembro de 1991, a nomenclatura é novamente modificada para o nome de Escola Técnica de Saúde (ESTES) por meio da Resolução Nº 09/91 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia, consolidando-se assim, como uma escola formadora de profissionais na área de Saúde.

Conforme Stutz (2009), o fato da integração da ESTES a uma universidade e a necessidade de profissionais da saúde, podem ter contribuído para sua permanência ao longo do tempo:

Nascida em tempos de governo militar no Brasil, a Escola Técnica de Saúde tem sua trajetória marcada por uma série de eventos sociais, políticos e econômicos, no interior dos quais foram pensados e criados projetos educacionais e leis, os quais influenciaram e definiram suas práticas no cotidiano escolar. Consequências disso foram, por exemplo, as influências da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional nº 5692/71, na implantação dessa escola, não como instituição formadora de auxiliares em enfermagem, dada a ideia inicialmente projetada por seus articuladores, mas para formação de técnicos [...] (STUTZ, 2009, pp. 4-5).

Pode-se dizer que a ESTES permaneceu no cenário da educação brasileira, trilhando os caminhos propostos por esta lei, a qual foi modificada pela Lei 7.044/1982, eliminando a obrigatoriedade da profissionalização no ensino médio. A autora chama a atenção para fatores que parecem ter possibilitado a sobrevivência da Escola Técnica:

Se, diante da obrigatoriedade em oferecer cursos profissionalizantes, as escolas já enfrentavam sérias dificuldades de recursos financeiros para sua manutenção, após a modificação da Lei, tornou-se impraticável mantê-los. Então, o que garantiu a sobrevivência da Instituição I⁶, aqui objeto de análise? Parece que o tipo de curso por ela oferecido e o atendimento às necessidades no meio no qual estava inserida foram determinantes para isto. Outro fator que parece ter sido também determinante foi seu nascimento ter ocorrido dentro de uma instituição educacional de nível superior que, possuidora de um hospital escola, necessitava de profissionais qualificados de nível técnico para seu bom funcionamento (STUTZ, 2009, p. 212).

Em 2010, a ESTES/UFU em parceria com a Secretaria Estadual de Educação por meio da Escola Estadual de Uberlândia firmou convênio e passou a oferecer o Curso Técnico em Meio Ambiente integrado com o ensino médio na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos. Já em 2011, a ESTES/UFU por meio da Resolução Nº 18 de 2011 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia, cria o Curso Técnico em Controle Ambiental, com início das turmas no primeiro semestre de 2012.

⁶ Em 1972: Escola Técnica de Enfermagem Carlos Chagas (ETECC) e a partir de 1991 nova nomenclatura: Escola Técnica de Saúde – ESTES.

No ano de 2019, a ESTES/UFU implantou o Curso Técnico em Segurança do Trabalho com início das turmas no primeiro semestre de 2020. Assim, a ESTES/UFU oferece cursos de educação profissional técnica de nível médio nos eixos tecnológicos de meio ambiente, saúde e segurança do trabalho. Além do ensino, é oferecido aos estudantes atividades de extensão e pesquisa, destacando-se por meio de programas e projetos científicos.

Vale ressaltar que em 2021, a ESTES está oferecendo a 300 mulheres o Curso FIC (Formação Iniciada e Continuada) de Higienista em Serviços de Saúde. O curso é destinado para mulheres imigrantes em situação de vulnerabilidade social, que residem na microrregião de Uberlândia/MG por meio do Projeto UAI: UFU Acolhe Imigrantes. Esse curso tem caráter interinstitucional e multidisciplinar para a inclusão social, por meio de uma formação profissional e inserção no mundo do trabalho de mulheres em condições de vulnerabilidade social e econômica.

Percebe-se que a ESTES/UFU tem cumprido a finalidade de oferecer educação pública, gratuita e de qualidade, visando atender a demanda local e regional, considerando o trabalho como um fator de redução de vulnerabilidade sociais, na medida em que viabiliza condições para que os sujeitos sejam inseridos no mundo do trabalho, com vistas ao desenvolvimento cultural e socioeconômico.

Imagem 2 - Prédio do bloco 4k no qual funcionam as instalações da ESTES/UFU – Inaugurado em 1996.



Fonte: STUTZ (2009)

Ressalta-se também que a ESTES/UFU tem uma história de importantes conquistas, as quais refletiram na sua ampliação de espaço físico, qualificação de seus profissionais e aquisição de equipamentos para os laboratórios dos cursos. Além disso, busca atender a demanda social por meio da formação técnica para que os egressos se insiram e permaneçam no mercado de trabalho⁷.

2.3 O Curso Técnico em Prótese dentária: algumas considerações sobre sua história

Para melhor contextualizar a história da Prótese Dentária, faz-se necessário analisar alguns elementos do percurso histórico da odontologia. Resumidamente, conforme a história da odontologia, no século XVI, para extrair dentes, não era necessário nenhum tipo de estudo específico na área, por isso, chamavam os profissionais desta área de “barbeiro” e “sangrador” como afirma Pereira (2012, p. 150): “A Odontologia era considerada uma arte, sendo realizados verdadeiros espetáculos em praça pública por pessoas sem o conhecimento técnico-científico, o que contribuía para o descrédito da profissão. Na época, os profissionais eram denominados cirurgião-barbeiro”. Este termo foi empregado por falta de profissionais habilitados.

Pereira também cita datas que iniciaram a anestesia e outros utensílios usados na prática da odontologia no Brasil:

No Brasil, iniciou-se o uso da anestesia em 1847 primeiramente, por meio da inalação do éter e, em 1848, valendo-se do clorofórmio. A escova de dentes feita de plástico e náilon foi criada em 1953 nos Estados Unidos, antes dela, existiam apenas escovas de cabo de osso e cerdas de pelo de porco e palitos feitos de madeira, de pena ou de chifre. (PEREIRA, 2012, p. 150).

Durante o século XVIII, percebe-se um desenvolvimento do estudo odontológico no Brasil, proporcionando um aperfeiçoamento das técnicas de tratamento dentário, capaz de torná-lo cada vez menos doloroso. De acordo com (PEREIRA 2012, p.152), “a odontologia conseguiu sua autonomia como campo do conhecimento a partir de 1950, uma vez que, no período colonial, a atividade era considerada pouco nobre, por ser uma profissão praticada com as mãos”.

A partir do século XX, observa-se um rápido crescimento da profissão, houve abertura de inúmeros cursos de graduação e pós-graduação, obtendo assim um salto científico e

⁷ Para maiores informações sobre a Instituição e os Cursos Técnicos ofertados pela ESTES/UFU, acesse: www.estes.ufu.br

tecnológico. Assim, percebe-se que a Odontologia é uma ciência antiga, de origem milenar, que evoluiu ao longo do tempo, desde as técnicas rudimentares até ao conhecimento científico e tecnológico.

Assim como a história da odontologia, a profissão de protético vem desde a antiguidade, existindo registros de próteses dentárias realizadas por povos como os egípcios, fenícios, romanos, maias e japoneses. Como relata Cunha (1952), a trajetória da Odontologia fez-se como um grande rio: nasceu na Mesopotâmia, ganhou o velho Egito e correu até o Mediterrâneo, atravessou-o chegando à Grécia, inflectiu-se depois até Roma de onde seguiu para a Península Ibérica, chegou à França, Alemanha e Inglaterra e transpôs o Oceano Atlântico, espalhando-se pela América, sendo que nesse longo curso de alguns milênios, foi recebendo, em seu demorado percurso, afluentes importantes, lançando braços nas mais variadas direções. Sendo que durante séculos, essa atividade não tinha nenhum tipo de conhecimento científico para a execução de procedimentos técnicos, baseada apenas em conhecimentos empíricos. Conforme Cunha (1952), é interessante lembrar que o termo dentista não era presente, havendo alusão, na época, apenas ao termo barbeiro ou tira-dentes.

Portanto, percebe-se que a odontologia passou por longa evolução até chegar a sua fase científica capaz de propiciar a população atendimento responsável e de qualidade. Novamente evidenciamos a dualidade que perpassa a educação brasileira, principalmente quando se fala em Educação Profissional, aí esta dualidade fica mais nítida. Por isso, a necessidade de construir um projeto educacional que integre a ciência, o trabalho, a tecnologia, a cultura e também a inclusão social emancipatória, capaz de garantir a inserção no mundo do trabalho com qualidade e autonomia para os estudantes.

2.4 O Curso Técnico em Prótese Dentária da Escola Técnica de Saúde

Durante a pesquisa sobre os dados da história da Prótese Dentária, foi percebido a necessidade de apresentar especificamente o CTPD da ESTES. Assim, algumas informações a seguir foram retiradas do Projeto Pedagógico do Curso.

Em 1983, foi implantado o Curso Técnico em Laboratório de Prótese Odontológica (CTLPO), por meio do Parecer nº 078/83, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFU, em 16 de agosto de 1983. Assim, os primeiros docentes a ministrar aulas no CTLPO eram professores da Faculdade de Odontologia da UFU. Apenas em 1987, houve o reconhecimento

do curso por meio da Portaria nº 05/87 – SESG/MEC, de 30 de março de 1987 e a primeira turma a ter aulas com professores específicos do curso iniciou em 1988.

Em março de 1997, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFU aprovou a modificação da nomenclatura do Curso Técnico em Laboratório de Prótese Odontológica para Curso Técnico em Prótese Dentária (CTPD), Processo nº 41/97.

Em 2020, o CTPD possuía dois laboratórios de ensino, uma equipe de docentes pós-graduada em nível de doutorado e pós-doutorado e desenvolvia, além das atividades de ensino, diferentes projetos de extensão e pesquisa. Isto tem impacto diretamente no perfil do egresso, que sai da Instituição com uma vivência de situações efetivas do mundo do trabalho.

O CTPD da ESTES/UFU busca formar técnicos e auxiliares em Prótese Dentária com competência e habilidade para a confecção dos diferentes tipos de prótese, desempenhando sua função com ética e respeito à saúde do paciente. Trabalha em conjunto com o cirurgião-dentista, pelo planejamento e execução dos trabalhos técnicos odontológicos que visam restabelecer a capacidade funcional e estética do paciente por meio de próteses dentárias.

Também de acordo com o Projeto Pedagógico do curso, os egressos do CTPD deverão:

- Reconhecer-se como profissional de Saúde, baseando o planejamento de sua ação na perspectiva do ser humano integral e considerando os condicionantes e determinantes do processo de saúde e doença, a qualidade no atendimento, a preservação do meio ambiente e o compromisso social com a população.
- Identificar e participar das formas de organização e relação de trabalho de suas atividades de forma produtiva e ética, caracterizando espaço e limites de atuação do profissional, pautados na legislação e recomendações do Conselho Profissional.
- Planejar e confeccionar aparelhos ortodônticos, ortopédicos e os diversos tipos de próteses dentárias, articulando conhecimentos e habilidades no uso de materiais, equipamentos, instrumentais e técnicas específicas, a fim de contribuir para a integridade do indivíduo.
- Gerir um negócio com visão sistêmica, mobilizando conceitos e princípios de empreendedorismo e habilidades na definição de estratégias que contribuem para a sustentabilidade do empreendimento.

Inclusive, a estrutura curricular do curso Técnico em Prótese Dentária da ESTES/UFU segue os seguintes critérios:

- Atender às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, definidas pela RESOLUÇÃO CNE/CEB 06/2012. É importante salientar que não há DCN específicas para o CTPD.

- Atender às orientações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, 3ª ed., 2016. O CTPD é um curso do eixo Ambiente e Saúde.
- Atender ao perfil profissional exigido pelo mercado de trabalho.

O Curso Técnico em Prótese Dentária é oferecido em período integral e está organizado em quatro períodos com carga horária total de 1200h sendo 280 horas teóricas, 875 horas práticas e 45 horas de atividades complementares.

No primeiro período (390 horas), o estudante adquirirá noções de anatomia da cabeça e pescoço, escultura, oclusão dental, bem como noções básicas de segurança no trabalho e biossegurança nas ações de saúde, identificando e avaliando os riscos operacionais e sua prevenção. Neste período ainda, o estudante já desenvolve atividades que o situarão no contexto da área específica de recuperação e reabilitação oral por meio de próteses removíveis.

O segundo período (345 horas), reúne noções de prestação de primeiros socorros e atividades que situam o estudante no contexto da área específica de recuperação e reabilitação oral, dando continuidade aos conhecimentos que dão suporte à recuperação das funções do sistema mastigatório. Após este período, o discente conclui a qualificação de Auxiliar em Prótese Dentária.

No terceiro período (240 horas) há a continuidade das atividades que situam o estudante no contexto da área específica.

O quarto período (225 horas) compreende atividades necessárias para a integralização de créditos, caso o aluno não tenha conseguido cumprir o estágio mínimo exigido nas disciplinas de Práticas Integradas e o desenvolvimento de Atividades Complementares.

Até ao final do quarto período o estudante deve desenvolver atividade(s) complementar(es) concernente(s) à área com a supervisão de professores (45 horas). Esta(s) atividade(s) poderá(ão) ser desenvolvida(s) no decorrer dos quatro períodos, objetivando manter o discente integrado com as demais profissões da área de saúde e consciente da necessidade de estar permanentemente atualizado, através do processo de educação continuada. A carga horária, período e componentes curriculares estão sintetizados no quadro 2:

Quadro 2 – Fluxo Curricular do CTPD

CH	PERÍODO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA		
			TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
390	1º	Escultura, Anatomia e Oclusão	50	100	150
		Prótese Removível	90	150	240
345	2º	Prótese Fixa I	45	105	150
		Aparelhos Ortodônticos	30	90	120
		Práticas Integradas I		60	60
		Primeiros Socorros	5	10	15
240	3º	Prótese Fixa II	45	105	150
		Gestão e Empreendedorismo	15	15	30
		Práticas Integradas II		60	60
225	4º	Práticas Integradas III		180	180
		Atividades Complementares			45
TOTAL			280	875	1200

Fonte: elaborado pela autora.

O Curso Técnico em Prótese Dentária é estruturado para ser desenvolvido em período integral, com regime de estudos semestral, matrícula em disciplinas e oferecimento de 30 (trinta) vagas a cada semestre. O currículo proposto atende às recomendações das DCN e CNCT e busca uma abordagem sequencial e crescente dos conteúdos, provocando uma integração natural e essencial entre as disciplinas.

O ingresso no CTPD da Escola ESTES/UFU dar-se-á por meio de Processo Seletivo, realizado semestralmente de acordo com o edital vigente, publicado em jornal da cidade e via *online*, tendo como órgão responsável a Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS/UFU). Para matrícula no curso, o estudante deve ter concluído o ensino médio, conforme proposta da ESTES/UFU na oferta de seus cursos técnicos de nível médio, que são oferecidos de forma subsequente ao ensino médio – Decreto 5.154 de 23/07/2004.

É importante ressaltar a integração dos estudantes do CTPD com professores e estudantes de outras unidades acadêmicas, especialmente a Odontologia. Como parte da formação do Técnico em Prótese Dentária, o desenvolvimento de práticas integradas permite a atuação nas mais diversas áreas da prótese, dentro da própria universidade e sob a supervisão dos professores, todos com doutorado, e do técnico em prótese dentária do curso. Nessa perspectiva, percebe-se a tentativa de romper a dualidade marcada historicamente na educação brasileira e essa integração com outras unidades acadêmicas tem como base a práxis humana e a ligação da teoria com a prática.

É por meio dessa prática em situações reais de trabalho que o estudante, futuro profissional, adquire a segurança necessária ao exercício de suas funções. Portanto, oferecer possibilidades de acesso em níveis cada vez mais ampliados (integração dos estudantes de outras unidades acadêmicas) tem consequências positivas na concepção da omnilateralidade, como um dos fundamentos dos processos de formação humana.

A exposição constante a situações complexas exige do discente que coloque em prática todo o conhecimento teórico adquirido nas disciplinas. Nessa proposta, a carga horária prática é extensa e um leque de opções é oferecido aos estudantes, permitindo a atuação nas áreas de prótese fixa sobre dentes e sobre implantes, prótese removível e dispositivos ortodônticos e ortopédicos.

O CTPD da ESTES/UFU, oferece aos estudantes atividades de ensino e a oportunidade de atuação em projetos de pesquisa e extensão. Assim, o CTPD busca formar profissionais legalmente habilitados para a prática laboratorial da prótese odontológica.

CAPÍTULO III

3 EDUCAÇÃO E TRABALHO

3.1 Preparação para o trabalho: formação profissional ou qualificação profissional?

Diante da diversidade dos termos e conceitos utilizados nesta pesquisa no campo da Educação, é necessário discutir os termos ‘formação profissional’ e ‘qualificação profissional’ aliado ao complexo universo da Educação Profissional. Também por verificarmos que os egressos do CTPD passaram por um processo de formação e qualificação profissional durante a realização do curso e adquiriram determinadas competências para o ingresso e permanência no mundo do trabalho.

3.1.1 Formação profissional X Qualificação profissional

Deluiz (1995) considera que a formação profissional deve ser orientada para um processo de emancipação pessoal e coletiva, constituindo uma formação cultural ampla e superando a dicotomia entre o mundo da educação e mundo do trabalho. A formação para o trabalho integra o processo “que se constitui em todo articulado e inter-relacionado entre si, tendo como objetivo final a formação multilateral do indivíduo: a educação científica, moral, física, estética, tecnológica e política” (DELUIZ, 1995, p. 178). Para a autora a formação profissional não deve ser uma estratégia de adaptação às novas exigências do sistema produtivo e sim uma formação orientada para o trabalho abrangendo dimensão profissional e política, possibilitando ao trabalhador a compreensão crítica das relações sociais.

Diante desse contexto, segundo Manfredi e Bastos (1997), a formação profissional é patrimônio social, a qual deve estar na luta por uma escola pública, gratuita, laica e unitária, em contraposição à histórica dualidade escolar do sistema educacional, e que

A formação profissional deve estar submetida ao controle direto do Estado e os trabalhadores devem intervir nesse processo, participando, através de suas organizações, da definição, da gestão, do acompanhamento e da avaliação das políticas e dos programas de formação profissional (MANFREDI; BASTOS, 1997, p. 131).

A defesa das autoras é de uma formação profissional mais participativa por parte dos trabalhadores, isto porque “os trabalhadores, através de suas organizações, têm enfatizado que tanto a educação escolar quanto a formação profissional constituem condições necessárias para sua inserção no mundo do trabalho e para o exercício da cidadania” (MANFREDI; BASTOS, 1997, p. 138).

Segundo Cattani (1997), a “formação profissional, na sua acepção mais ampla, designa todos os processos educativos que permitam, ao indivíduo, adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços quer esses processos sejam desenvolvidos nas escolas ou nas empresas” (CATTANI, 1997, p. 94). Neste contexto, é necessário que a formação profissional seja uma Educação para além do domínio técnico e científico, ou seja, deve estar alinhada às novas exigências do mundo do trabalho e às mudanças dos perfis profissionais dos trabalhadores.

Logo, observa-se que o conceito de formação profissional apresentado pelos autores enfatiza a formação integral dos trabalhadores no sentido social e político. Isto se faz necessário frente as transformações sociais e transformações nos processos produtivos.

Já para discutir o conceito de qualificação profissional, utilizaremos as proposições de Ribas (2005) e Bastos (2006). Em seu estudo sobre Qualificação Profissional e a dicotomia Emprego-Desemprego, Ribas enfatiza que a qualificação profissional se refere subjetivamente ao trabalhador que, inserido no mercado de trabalho, vai ocupar uma posição de interesse do capital, e que essa qualificação interessa economicamente ao capital. Assim:

(...) pode-se definir a qualificação profissional como o estudo e o preparo, intelectual, técnico e prático do ser humano para o trabalho produtivo assalariado. Qualificar-se profissionalmente é estudar para o capital, de forma a estar buscando sempre um conhecimento novo que contribua para a produção, mantendo o indivíduo no mercado de trabalho ou que o insira nele (RIBAS, 2005, p. 35).

Bastos (2006) sintetiza que a qualificação não é uma “coisa” ou um atributo que possa ser descrito em sua essência, não se pode tomar a qualidade do trabalho como determinante da qualificação. Deste modo, o autor a resume em três concepções:

- como um conjunto de características das rotinas de trabalho, expressa empiricamente como tempo de aprendizagem no trabalho ou por capacidades adquiríveis por treinamento; deste modo, qualificação do posto de trabalho e do trabalhador se equivalem;
- como uma decorrência do grau de autonomia do trabalhador e por isso mesmo oposta ao controle gerencial;
- como construção social, complexa, contraditória e multideterminada (BASTOS, 2006, p. 31).

Nessa linha de raciocínio, sintetiza-se que o conceito de qualificação profissional pode estar associado à ação de qualificar o trabalhador para atender ao mercado de trabalho ou a especificidade de uma função. Mas em um contexto mais amplo, qualificação profissional pode ser um processo que extrapola as competências técnicas. Assim, a

qualificação humana diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico. Está, pois, no plano dos direitos que não podem ser mercantilizados e, quando isso ocorre, agride-se elementarmente a própria condição humana (FRIGOTTO, 2010, p. 34).

Com vistas a contribuir com a discussão, é interessante destacar que o mundo do trabalho está em constante e profundas mudanças e, atualmente, estão ocorrendo de maneira bastante rápida e os trabalhadores não conseguem uma efetiva adaptação ou intervenção sobre as mesmas. Assim, fica evidente a necessidade destes trabalhadores acompanhar essas mudanças e isso seria menos impactante se houvesse uma base educacional conjugando formação humana e preparação para o mundo do trabalho. Tal situação torna imprescindível possuir uma qualificação ou uma formação profissional que os auxiliem num constante conhecimento para que possam permanecer ou se inserir no mercado de trabalho, possibilitando assim ocupar um trabalho menos precarizado.

3.1.2 Mundo do trabalho: trabalho manual e trabalho intelectual

Apesar da divisão estrutural no mundo do trabalho, é pelo trabalho que o ser humano busca atender suas necessidades modificando a natureza, por isso, mais do que histórica, a relação do ser humano com o trabalho é, em síntese, tanto ontológica como antropológica.

A origem do trabalho, conforme pesquisadores e estudiosos da área, se confunde com o surgimento do próprio homem que buscava meios para satisfazer suas necessidades, principalmente na busca de alimentos, abrigo e segurança. Com o passar do tempo, essa relação continua, porque o homem torna-se ser humano justamente pelo trabalho, ele cria e recria a sua existência, diferentemente do animal, que se adapta ao meio.

Diferentemente dos animais, na sua dimensão onto-antropológica, o ser humano precisa produzir os meios necessários à sua existência, pelo qual produzem sua vida material por meio do trabalho. Tanto que,

Diferentemente do animal, que vem regulado, programado por sua natureza, e por isso não projeta sua existência, não a modifica, mas se adapta e reponde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam pela ação consciente do trabalho, a sua própria existência (FRIGOTTO, 2005. p. 58).

Deste modo, a condição de existência dos seres humanos se torna garantida por meio do trabalho e sua intervenção na natureza, o que torna o trabalho humano um produto do homem, porque, “o trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo” (BRAVERMAN, 1980, p. 50).

Com o propósito de melhor entender essa discussão, também, é necessário trazer um pouco sobre os aspectos históricos da dimensão trabalho. Desde a antiguidade o conceito de trabalho esteve aliado a uma visão negativa. Tanto que, a palavra ‘trabalho’, que vem do termo latino *tripalium*, refere-se a um aparelho de tortura destinado aos presos condenados da época. Daí sua ligação ao conceito de trabalho significando sofrimento e castigo. Já para os gregos o trabalho feito pelas mãos era tarefa dos escravos. Para os gregos, as atividades humanas eram divididas em trabalho manual e intelectual, o manual era trabalho dos escravos e o intelectual uma atividade mais digna e nobre destinada aos seres ditos racionais e livres. Sendo assim, o trabalho era dividido em manual, o qual competia aos escravos o esforço físico, e ao homem livre e racional, ao qual cabiam tarefas associadas ao aprendizado intelectual e ao ócio.

Percebe-se, então, que o trabalho, desde a antiguidade, vem sendo (des)valorizado de diversas formas, e uma delas é a divisão social do trabalho que fragmenta o processo produtivo dividindo o trabalho em manual e intelectual. Sendo assim, a maioria das vezes, o trabalhador que exerce um trabalho intelectual terá frequentemente melhores salários, acesso ao lazer, arte e aos que exercem o trabalho físico, manual, este está destinado a salários menores. Esta divisão social do trabalho encontra forte amparo no processo capitalista. Nesse processo, o trabalhador é a maior vítima desse modo de produção, porque

constitui o ponto de partida para a teoria do valor do trabalho, que os economistas burgueses acham poder seguramente desprezar, porque estão interessados não nas relações sociais, mas nas relações dos preços; não no trabalho, mas na produção, não no ponto de vista humano, mas no ponto de vista burguês (BRAVERMAN, 1980, p. 54).

No próximo tópico, abordaremos esse assunto da divisão social do trabalho com mais profundidade. Mas, percebe-se que o principal objetivo de fragmentar tarefas impostas pela divisão social do trabalho é o aumento da produtividade. Assim, o trabalhador ao fazer uma mesma tarefa várias vezes, passa a fazê-la com maior rapidez e, desse modo, produz mais em menos tempo. O prejuízo disso, é que o trabalhador perde a dimensão de todo o processo no qual está inserido, tendo consciência apenas da tarefa que executa, e isto é uma das dimensões da alienação do trabalhador. Não há dúvidas, portanto, que a divisão social do trabalho (trabalho manual e trabalho intelectual) serve para atribuir tarefas distintas com objetivo de potencializar a produção gerando riquezas para o capital e distinguir salários dentro da organização. Contudo, essa divisão, na prática do trabalho, se torna uma ideologia⁸, porque nenhuma tarefa é feita totalmente manual ou totalmente intelectual.

3.1.3 Divisão social do trabalho e formação de trabalhadores unilaterais como forma estratégica do mercado de trabalho

Para prosseguir na análise sobre o mundo do trabalho, como se apresenta na sociedade capitalista, para compreender a categoria trabalho abordando sua forma contraditória (omnilateral e unilateral), sua divisão estrutural e necessidade de inserção no mundo do trabalho, necessitamos de um breve resgate histórico acerca das transformações sociais ocorridas no Brasil principalmente a partir de 1930 com a passagem da sociedade agrária para a urbana e industrial, a qual exigia mão de obra específica e qualificada, consoante a tal necessidade exigia-se, também, uma educação profissional mais adequada ao mercado de trabalho.

É na produção capitalista que a força de trabalho é negociada e explorada como uma mercadoria. Como dito anteriormente é uma característica determinante da acumulação do capital. Assim, a lógica do sistema capitalista causa impactos e transformações econômicas e sociais, atingindo o mundo do trabalho e da educação, introduzindo complexas relações entre trabalho e educação, capital e trabalho. Nesse aspecto, Antunes afirma:

Particularmente nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da

⁸ Segundo Marilena Chauí (2016), a ideologia é a forma de exercício da dominação de classe, produzindo um imaginário coletivo no interior dos indivíduos, os quais possam identificar-se e, pelo autorreconhecimento assim obtido, legitimam involuntariamente a divisão social, servindo para ocultar a realidade e manter a desigualdade e a exploração no intuito de difundir os ideais dominantes e torná-los gerais.

subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser e existir da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital (ANTUNES, 2009, p. 17).

Dessa forma, o sistema capitalista determina por meio do mercado como deve conduzir o mundo do trabalho. Entre as diversas transformações ocorridas no mundo do trabalho, há as mudanças ocorridas também nos direitos trabalhistas dos trabalhadores com enfraquecimento dos sindicatos ou instituições que protegem as conquistas sociais dos trabalhadores⁹.

No percurso histórico, em 1948, foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que traz em seu 23º artigo:

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. 3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. 4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses (ONU - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Contudo, o que se vivencia é praticamente a degradação dos Direitos Humanos, quando se fala em educação e trabalho para todos, sendo que as condições não são as mesmas para todos e isto influencia principalmente na efetivação do princípio da dignidade humana, porque é através do trabalho que o ser humano mantém a si e sua família, isso sem mensurar os efeitos para a sociedade em geral. Logo, negar o acesso igualitário a educação e ao trabalho equivale a negar, também, o ‘sonho’ desses estudantes de uma vida digna, a qual é buscada por meio da educação e do trabalho. Assim,

⁹ A Lei 13.467, conhecida como reforma trabalhista, entrou em vigor em 13 de novembro de 2017, trazendo importantes e substanciais mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, causando implicações nas relações individuais e coletivas de trabalho. A reforma trabalhista altera, cria e revoga mais de cem artigos e parágrafos da CLT afetando de forma considerável o funcionamento do mercado de trabalho no Brasil. Dentre as principais mudanças estão: extinção da contribuição sindical obrigatória; prática do contrato intermitente; criação e regulamentação do teletrabalho/*home office*; férias fracionadas; jornada de trabalho e banco de horas; alteração no processo de demissão; rescisão contratual; local de trabalho para gestantes; extinção das horas *in itinere*; trabalho em tempo parcial; intervalo para repouso e alimentação; alteração da Lei 6.019/74 (trabalho temporário e terceirização), dentre outras mudanças.

Algumas das repercussões dessas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil... (ANTUNES, 2009, p. 55).

Outro aspecto importante nas mutações do mundo do trabalho é reconhecer que não adianta introduzir tecnologias avançadas, sem a equivalente formação e preparação da força de trabalho: “As transformações humanas e organizacionais devem caminhar passo a passo com as mutações tecnológicas” (ANTUNES, 2009, p. 61).

O mundo do trabalho, realmente, vem sofrendo mutações, decorrentes do desenvolvimento do capital. São inúmeras as formas de precarização do trabalho, como a expansão do trabalho temporário, terceirizado e informal. Além disso, tem a competitividade que se torna uma exploração da força de trabalho, fazendo com que uma grande maioria de trabalhadores¹⁰ se adeque às necessidades do mercado. Assim, “vive-se hoje a globalização do desemprego, da exclusão social, do empobrecimento, da precarização das condições de vida e de trabalho” (DRUCK, 1996, pp. 26-27). A partir daí

A reestruturação produtiva concretiza - no âmbito da produção e do trabalho - as necessidades da globalização. Assim, a redefinição da estrutura produtiva das economias na redivisão internacional do trabalho, as novas tecnologias de automação e os novos padrões de gestão e organização do trabalho que se universalizam, preparam e reforçam as condições objetivas para a atuação desmesurada e “sem fronteiras” do capital. Um dos principais objetivos da reestruturação é a flexibilização do trabalho, a fim de obter altos ganhos de produtividade para competir num mercado globalizado, controlado por grandes conglomerados/empresas transnacionais. Os efeitos perversos desses processos se expressam, no mundo inteiro, pelo: desemprego estrutural, precarização do trabalho e do emprego; fragmentação dos coletivos de trabalhadores com um processo crescente de individualização/informalização do trabalho e precarização da ação coletiva/sindical (DRUCK, 1996, pp. 31-32).

Com a precarização do trabalho e conseqüentemente a fragmentação de trabalhadores num mercado cada vez mais competitivo, há o enfraquecimento dessa classe, o que contribui ainda mais para a concorrência no mercado do trabalho.

¹⁰ Além de se adequar às necessidades do mercado de trabalho, os trabalhadores se encontram no centro das repercussões sociais em período de pandemia (Covid-19). A precarização do trabalho acentua-se neste período em todas as suas dimensões, tanto nas relações contratuais quanto aos vínculos de trabalho. Além disso há a falta de medidas consistentes de proteção à saúde tanto pela questão da exposição ao vírus, quanto por impactos psicológicos e sociais.

Acima, foi citado que não adianta introduzir tecnologias avançadas, sem a equivalente formação e preparação da força de trabalho. Pensando nesta formação e preparação da força de trabalho que o mercado tanto exige, fica uma questão: uma educação de qualidade para todos, especificamente da escola pública, poderia entrar em contradição com a sociedade capitalista? É essa educação emancipatória que deveria ser oferecida à classe trabalhadora, o que por sua vez, implicaria a superação dessa sociedade capitalista, pois, o acesso a todos de forma igualitária a educação de qualidade traz para a classe trabalhadora a apropriação do saber. E na visão capitalista, cabe apenas a apropriação da força de produção para a classe trabalhadora, deixando a apropriação do saber para a sociedade capitalista. Portanto, educação unitária ou unilateral para toda a classe trabalhadora com acesso igualitário para todos ainda é uma utopia a ser conquistada. Essa é uma realidade a favor da classe dominante, pois,

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança (MÉSZAROS, 2005, p. 25).

Percebe-se que as relações entre trabalho e educação são afetadas pelo capital. Cada vez mais o empregador tem que explorar o trabalhador e a educação muitas vezes serve para manter tal ciranda. Assim, argumentamos que tudo se transforma em mercadoria para atender aos interesses do capital. E “apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital” (MÉSZAROS, 2005, p. 48).

Para tentar opor-se à manutenção desse sistema capitalista, a educação e a formação profissional podem apresentar uma proposta que contempla efetivamente a formação humana. Esta compreensão considera a Educação Profissional e Tecnológica estratégica não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros (PACHECO, 2009, p. 12).

Ainda nesse contexto, Pacheco (2009), afirma que a educação precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto de construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social. Assim, surge outra questão: a divisão social do trabalho e formação de trabalhadores unilaterais são formas estratégicas do mercado

de trabalho para continuar separando trabalho manual do trabalho intelectual ou trabalho simples do trabalho complexo? Para entender e responder esta questão foi necessário analisar o trabalho em seu processo de desenvolvimento histórico que possibilitou o homem tornar-se humano e no qual, a divisão social desse mesmo trabalho, aliena esse ser humano.

Pode-se perceber que a divisão social do trabalho é tanto onto-antropológica como histórica. Tal situação evidencia-se “a começar pela sociedade primitiva, (...) podemos observar a seleção de várias funções espirituais e organizativas em espécies e subespécies determinadas, em função do desenvolvimento da divisão social do trabalho” (VYGOTSKI, 2004 s/p). Vale ressaltar que o trabalho possibilita o homem tornar-se humano, mas a divisão social do trabalho existente na sociedade capitalista acaba alienando-o.

Vygotski explica que o capital está no centro das relações humanas e isto instiga a competição e limita o potencial humano de construir sua própria liberdade. Assim, no trabalho está tanto a possibilidade de o ser humano tornar-se unilateral ou omnilateral, sendo o primeiro tido como dotado de perspectivas negativas e o segundo capaz de transformação da pessoa humana por inteiro num sentido positivo.

Em suma, o trabalho ao mesmo tempo que humaniza, também degrada, aliena e subordina o ser humano. Antunes destaca este caráter duplo e contraditório do trabalho na sociedade. Segundo ele,

Contrariamente à unilateralização presente tanto nas teses que desconstruem o trabalho, quanto naquelas que fazem seu culto acrítico, sabemos que na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital. Foi por meio do ato laborativo, que Marx denominou atividade vital, que os indivíduos, homens e mulheres, distinguem-se dos animais. Mas, em contraposição, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela frequentemente se converte num esforço penoso, alienante, aprisionando os indivíduos de modo unilateral. Se por um lado, necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Essa dimensão dúplice e dialética presente no trabalho é central quando se pretende compreender o labor humano (ANTUNES, 2005, p. 13).

Apesar do trabalho se apresentar como elemento central da formação humana, ele também tem seu caráter alienante, desumanizador sob o modo de produção capitalista. Mas quando se fala em formação omnilateral, o trabalho é destacado como princípio educativo, isto porque propõe a união de ensino e trabalho. É neste sentido, que a formação omnilateral é elemento de superação não apenas da formação unilateral dos homens, mas, sobretudo, oportuniza aos homens a formação na perspectiva da emancipação humana.

Contudo, o trabalho é uma atividade puramente humana, na qual o ser humano age sobre a natureza. Nesse processo, o ser humano expressa e conforma o seu ser social. Sendo assim, o trabalho é o mediador entre o reino da necessidade e da liberdade. De forma simplificada, pode-se dizer que, no primeiro reino, é a reprodução da atividade humana cotidianamente, manutenção das necessidades básicas e, portanto, dependente permanente das necessidades de sobrevivência. No segundo, reino da liberdade, está a possibilidade de emancipação e realização humana. Vê-se que “a busca de uma vida dotada de sentido a partir do trabalho permite explorar as conexões decisivas existentes entre trabalho e liberdade” (ANTUNES, 2009, p. 142). O trabalho é uma necessidade humana e a liberdade está além das determinações da atividade material, ou seja, além do reino da necessidade, “e a própria busca de uma vida cheia de sentido é socialmente empreendida pelos seres sociais para sua autorrealização individual e coletiva” (ANTUNES, 2009, p. 143). E essa busca, segundo o autor, encontra no trabalho seu *locus* primeiro de realização:

Se o trabalho se torna autodeterminado, autônomo e livre, e por isso dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo (ANTUNES, 2009, p. 143).

O trabalho, categoria inerente e estrita ao ser humano, proporciona renda e sustento e pode exercer realização profissional, pois possibilita atingir metas e objetivos de vida. Seguindo, percebe-se que na relação trabalho/capital, o trabalho é um elemento vivo e está em constante medição de forças e “que a vida cotidiana não se mostra meramente como o espaço por excelência da vida alienada, mas, ao contrário, como um campo de disputa entre a alienação e a desalienação” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 350). Pode-se observar que,

nas relações trabalho/capital, além e apesar de o trabalho “subordinar-se” ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro pólo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 350).

O trabalho é vital - ontogénico - para todo ser humano e para a sociedade, e, na divisão social do trabalho percebe-se que existe uma relação além de oposição, ou seja, uma relação de superioridade do trabalho intelectual para o trabalho manual, prático. Assim, conclui-se que esta superioridade que o trabalho intelectual desempenha na sociedade permite a criação de

ideologias sobre a divisão social do trabalho permitindo sua manutenção, separando trabalho manual do trabalho intelectual ou trabalho simples do trabalho complexo.

Para explicar esta ideologia existente do trabalho intelectual sobre o trabalho manual, primeiramente, é necessário compreender que o conceito de “intelectual” é inerente a espécie humana, pois como já dito anteriormente, o ser humano não tem sua sobrevivência garantida pela natureza como os animais, e, por isso é obrigado a agir sobre ela e transformá-la por meio do trabalho. Deste modo,

esse ato de antecipar na mente o que será realizado, de imprimir à matéria o projeto de ação conscientemente formulado põe em evidência que o trabalho, isto é, a atividade propriamente humana, articula corpo e mente, a ação prática com a teórica, o ato manual com sua expressão ideal. Eis aí como se manifesta o conceito de intelectual (SAVIANI, 2016, p. 142).

Percebe-se que, todo trabalhador antes de executar qualquer tarefa, primeiramente a executa em sua mente para depois executá-la definitivamente, intelectualmente e manualmente. Por isso, durante o exercício do trabalho, corpo e mente articulam juntos para colocar em ação o que será construído e é “essa unidade da atividade especificamente humana que nos permite considerar que não existe trabalho puramente manual” (SAVIANI, 2016, p. 142). Assim, a formação profissional para o mundo do trabalho se confronta com esta problemática que está posta nas relações de poder e de exploração humana. Mas, é importante analisar que essa divisão social do trabalho foi historicamente construída, e o trabalho manual, braçal, era próprio dos escravos e inapropriado para os homens que possuíam bens, propriedade.

Considerando que no mundo do trabalho “não existe atividade humana da qual se possa excluir absolutamente alguma participação intelectual. Não é possível separar o *homo faber* do *homo sapiens*” (GRAMSCI, 2010, p. 21). Considerar a divisão social do trabalho é desumanizar o ser humano, pois ainda de acordo com Gramsci pode se dizer que todos os homens são intelectuais, porém, nem todos exercem a função de intelectuais na sociedade. Assim, “essa distinção é ideológica, na medida em que desvia a atenção das funções reais, no interior da vida social e produtiva, para os “aspectos técnicos” do trabalho. Em qualquer trabalho físico, até mesmo no mais degradante e mecânico, existe um mínimo de atividade intelectual” (GRAMSCI, 2010, p. 21). Gramsci também afirma que

É necessário denunciar o caráter ideológico da dualidade entre o ensino clássico e o ensino técnico que reflete a divisão social entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; essa separação oculta a divisão real que existe entre as funções “diretivas” e “subalternas” da sociedade, independentemente do fato de que o trabalho realizado

por um grupo de pessoas, e que o caracteriza, se chame intelectual ou manual (GRAMSCI, 2010, p. 22).

Percebe-se que essa separação entre trabalho manual e intelectual se formou historicamente expressando um caráter ideológico, sendo que na realidade, são indissociáveis. Mas, quando se fala em trabalho humano, existiria, efetivamente, essa dualidade no mundo do trabalho?

Jarbas Novelino Barato, em seu artigo intitulado **Saber do Trabalho, Aprendizagem situada e Ensino Técnico** relata um episódio sobre o trabalho de pedreiro de seu pai. Seu pai, Neca Barato, foi convidado a construir uma plataforma de concreto para instalar uma máquina comprada pelo Curtume Della Torre, na cidade de Franca. Dias depois, um homem com apenas três anos de escola executou o trabalho com competência e a máquina vinda da Itália começou a funcionar. Ressalta-se que a máquina foi montada por um trabalhador que não dominava o idioma do manual de instalação e não havia estudado sistematicamente plantas e desenhos. Então,

Tradicionalmente, analistas do trabalho diriam que o caso aqui contado tem duas dimensões, uma intelectual, outra manual. A primeira retrataria a compreensão do que fazer, com base em princípios técnico-científicos. A segunda retrataria a execução mecânica do serviço a partir de padrões definidos pela primeira (BARATO, 2011, p. 20).

Percebe-se nessa situação que um profissional com grande experiência na execução de serviços como pedreiro foi capaz de articular seus saberes para planejar e executar um trabalho novo. Assim, esse episódio ilustra e confirma um percurso que vai do saber prático à elaboração de concepções necessárias a uma execução que ainda não foi experimentada. Tanto que, “Ao contrário de trabalhadores intelectuais, que veriam o desafio em termos abstratos, os trabalhadores manuais imaginam a solução a partir das demandas concretas do que fazer” (BARATO, 2011, p. 20).

Contudo, realizar esse trabalho de assentar uma máquina, como a do caso citado, não é uma execução mecânica, envolve técnicas que demandam compreensão intelectual. Nesse caso, “não basta compreensão do manual; é preciso entender princípios que estão latentes na ação” (BARATO, 2011, p. 20). Percebe-se que esta situação concreta narrada por Barato não houve a separação do trabalho manual do trabalho intelectual. Isto porque trabalho manual e intelectual são indissociáveis, apenas possuem objetos distintos, visto que juntos possuem uma totalidade necessária para a efetivação do objeto almejado ou o trabalho em si. É necessário

compreender que é impossível separá-los na sua totalidade, pois a realização do trabalho material necessita do trabalho intelectual para que seja efetivado. Assim,

No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, e que constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (BRAVERMAN, 1980, pp. 49-50).

O ser humano ao colocar em ação a sua força de trabalho utiliza as suas capacidades físicas e intelectuais, sendo que todo trabalhador antes de iniciar o processo de execução de uma tarefa, concebe com antecedência o processo de execução em sua mente para assim executá-lo.

A divisão social do trabalho é estudada sob diversos pontos de vista. Mas, mesmo sendo um tema relativamente comum de pesquisas, percebe-se lacunas que podem ser apreendidas sobre sua importância para o trabalho. E, no entendimento de vários autores, enquanto o trabalhador manual “trabalha mais com as mãos”, outros trabalham “mais com a cabeça” e essa luta pela superação da divisão social do trabalho se dá historicamente, não sendo apenas um problema organizacional.

Interessante destacar que a divisão social do trabalho se ampara numa estruturação valorativa do trabalho, para distinguir aqueles que realizam trabalho intelectual, os quais recebem mais e são considerados mais importantes e os que realizam o trabalho manual (braçal) que recebem menores salários e são considerados menos importantes. Mas, como já posto, essa divisão serve apenas para potencializar a produtividade gerando riqueza para o capital. Ademais, com a divisão social do trabalho, o trabalhador ao realizar uma tarefa específica, perde a dimensão de todo o processo no qual está inserido, porque tem consciência apenas da tarefa executada causando a alienação do trabalhador, o qual passa a ser parte do processo de produção, do mesmo modo que uma máquina.

Assim, pode-se perceber que a divisão social do trabalho é uma ideologia existente no mundo do trabalho, pois nenhum trabalho é feito totalmente manual ou intelectual, mas essa dualidade está presente no mundo do trabalho, por exemplo, no sentido de potencializar a produção gerando mais lucros para o capital.

Essa efetiva divisão do trabalho alicerça a ideologia existente no mundo do trabalho, a qual serve para beneficiar o capital, gerando mais lucros. Portanto, o trabalhador necessita ter consciência do trabalho que executa, para que este não o aliene e sim o liberte. Como já foi

posto anteriormente, no mundo do trabalho não há separação do trabalho manual do trabalho intelectual, são indissociáveis, apenas possuem objetos distintos.

No próximo item, dissertaremos sobre competências essenciais, tomando como referência sua necessidade no mundo do trabalho e, assim discutir sobre a possibilidade de os trabalhadores de diversos perfis desenvolverem competências necessárias não somente para o mercado de trabalho, mas para a vida. Esse estudo poderá permitir que trabalhadores, educadores e empresários ingressem neste debate sobre as competências essenciais.

3.2 Alguns estudos sobre competências: interfaces entre educação e trabalho

Os estudos sobre competências remetem a conceitos polissêmicos no campo educacional, principalmente meados da década de 80 e 90, os quais, ainda, são acompanhados por controvérsias e polêmicas. Apesar disso, há certo suporte às mudanças de paradigma que podem ser verificados, atualmente, na educação e no mundo do trabalho.

Para entender e conhecer esse importante conceito, preferencialmente, utilizaremos as definições introduzidas por Philippe Perrenoud (1999), sociólogo que ganhou reconhecimento internacional por seus estudos sobre as competências, Jarbas Novelino Barato (2002) e, uma abordagem diversa da autora brasileira Marise Nogueira Ramos (2006), dentre outros estudiosos do tema.

Pode-se compreender as competências como algo a ser potencialmente estimulado no ser humano a partir de estratégias de ensino-aprendizagem, “como sendo uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles” (PERRENOUD, 1999, p. 7). Segundo essa visão, as competências significam ações que mobilizam conhecimentos no momento certo em situações concretas, a qual não estaria presente em livros. Isso não significa apenas um saber fazer, mas também um saber quando fazer, isto é, trata-se de uma capacidade de responder a demandas complexas de maneira exitosa. Essa conceituação proposta por Perrenoud (1999), derrubaria a dicotomia entre saberes e competências, pois, não são termos concorrentes e sim complementares no processo ensino e aprendizagem, colocando os saberes como importante elemento na consolidação das competências.

Já para Deluiz (2001), o modelo de competências para o mundo do trabalho trouxe para o trabalhador implicações contraditórias, com aspectos positivos e negativos. Para os aspectos positivos, a autora aponta

(...) a valorização do trabalho, que assume um caráter mais intelectualizado, menos prescritivo, exigindo a mobilização de competências que envolvem domínios cognitivos mais complexos e que vão além da dimensão técnica, demandando novas exigências de qualificação do trabalhador e a elevação dos níveis de escolaridade (DELUIZ, 2001, p. 15).

A autora também apresenta como aspectos positivos para a obtenção de competências: a valorização dos saberes em ação, da inteligência prática dos trabalhadores, possibilidade de construir competências coletivas a partir do trabalho em equipe, maior comunicação, participação e autonomia para planejar, executar e controlar processos produtivos.

Como aspectos negativos a autora aponta “a intensificação do trabalho e a desprofissionalização, que são consequências de uma polivalência estreita e espúria, decorrente do reagrupamento das tarefas pela supressão de postos de trabalho, ou pelo enxugamento dos quadros das empresas com demissões” (DELUIZ, 2001, p. 13). Mas a autora corrobora que “a discussão sobre o enfoque das competências invade o mundo da educação no quadro de questionamentos feitos ao sistema educacional diante das exigências de competitividade, produtividade e de inovação do sistema produtivo” (DELUIZ, 2001, p.13).

Por outro lado, Marise Ramos (2006) tem pontos de vista discordantes acerca do assunto competência, relatando um caráter individualista e desagregador do modelo ancorado na noção de competência. Tal ensino, com base em competências, é entendido pela autora como aquele no qual,

em vez de se partir de um corpo de conteúdos disciplinares existentes, com base no qual se efetuam escolhas para cobrir os conhecimentos considerados mais importantes, parte-se de situações concretas, recorrendo-se às disciplinas na medida das necessidades requeridas por essas situações (RAMOS, 2006, p. 221).

Diante disto, a autora questiona se esse tipo de pedagogia conduz a uma autonomia dos sujeitos ou a mera adaptação às mudanças no mundo do trabalho ou na vida social. Para Ramos, tal situação tem mais a ver com os interesses do capital do que com a autonomia dos estudantes. Entretanto, esta pedagogia pode ser um dos caminhos pelos quais os estudantes desenvolveriam competências necessárias à sua condição de futuros trabalhadores contribuindo para se tornar cidadãos. Assim o paradigma da competência poderia ser “um modelo de gestão capaz de organizar a tensão entre conhecimentos e competências, permitindo, assim, ultrapassar o falso dilema entre qualificação do emprego e qualificação do indivíduo” (RAMOS, 2006, p. 12).

Ramos defende que nenhuma lista de tarefas, nenhum retrato da complexidade de um processo de trabalho, pode traduzir tudo o que acontece no real enfrentamento do sujeito com a materialidade concreta do trabalho. Assim, a noção de competência, surge para dar destaque à imprevisibilidade no processo de trabalho do ser humano, porque o trabalho não se orienta somente por normas prescritas: “Se assim fosse, pouco precisaríamos pensar a respeito de conhecimentos, valores e mediações próprias da relação do homem com o mundo material e social” (RAMOS, 2001, p. 27).

A construção de saberes efetivamente significativos para o ser humano implica pensar a competência numa dimensão humana e social, pensar na formação de sujeitos críticos, capazes de compreender os fundamentos e as contradições do processo produtivo. Para a autora:

Uma questão que ainda nos parece pouco debatida no âmbito das políticas educacionais implantadas com base na noção de competência diz respeito às mediações presentes na relação entre o processo de trabalho, o ensinar e o aprender. (...) o desafio de se buscar novas estratégias de ensino, do ponto de vista formativo, deve ser um problema posto não necessariamente pela noção de competência, mas sim pela necessidade de se discutir o papel da escola e os propósitos dos processos de profissionalização (RAMOS, 2001, p. 27).

Percebe-se que ao estudante/trabalhador pode ser oferecido a possibilidade de aperfeiçoamento das competências, juntamente com uma educação integral e omnilateral, permitindo a ele a compreensão da realidade a qual está inserido. Para colaborar com a discussão, Barato (2002) traz algumas considerações para entender competência como um saber que:

Resulta num conhecimento que mantém contínua interação com as dimensões informação & desempenho; nasce tanto da experiência (desempenho) quanto do ensino (informação); interpreta a informação e o desempenho a partir das estruturas de conhecimento constituídas pelo sujeito; tem uma estrutura dinâmica de conhecimento continuamente modificada pelas instâncias de desempenho; opera, desde o conhecimento, com hipóteses que são confirmadas ou negadas por desempenhos concretos; constitui tanto a informação como o desempenho a partir das estruturas de conhecimento do sujeito; em outras palavras: os conhecimentos prévios do sujeito interpretam informação e ação (desempenho); deve ser entendido sempre como uma relação entre seus três elementos constitutivos: informação, conhecimento e desempenho (BARATO, 2002, p. 237).

A partir dessas considerações é possível dizer que “competências são saberes que compreendem um conhecimento capaz de produzir determinados desempenhos, assim como de assimilar e produzir informações pertinentes” (BARATO, 2002, p. 238). O autor destaca que a

competência envolve a capacidade de buscar, interpretar e transformar informações sobre determinada tarefa, assim como de produzir informações sobre esse campo do saber.

Ao trazer a discussão para o contexto das competências essenciais, faz-se necessário relatar uma experiência canadense realizada pela Universidade de Guelph. Este relato se encontra no livro **Tecnologia Educacional & Educação Profissional** de Jarbas Novelino Barato. A apresentação dessa experiência aqui é no sentido de exemplificar melhor a relação educação e trabalho e principalmente mostrar na realidade como utilizar o conceito de competências essenciais.

A Universidade de Guelph em seu curso de agronomia vinha perdendo muitos alunos na década de 1980. Não havia nenhum problema com o currículo do curso, nem qualidade do ensino e muito menos quanto as oportunidades de mercado para o profissional agrônomo. Assim, investigaram o impacto das mudanças socioeconômicas no perfil do profissional de agronomia. Então, a universidade aplicou ao curso em questão a abordagem do projeto *Making the Match*¹¹, uma pesquisa sobre habilidades essenciais, tais como criatividade, comunicação oral e escrita, capacidade de tomar decisões e liderança.

O resultado dos estudos realizados pela universidade mostrou que os alunos de agronomia não desenvolviam competências essenciais necessárias num mercado em constantes mutações. A Universidade de Guelph mudou o currículo do curso de agronomia, utilizando as indicações do projeto *Making the Match*, desenvolvendo, além das competências específicas, competências essenciais demandadas pelo mercado de trabalho. Com essa mudança, o curso voltou a ser o mais procurado na universidade e as chances de trabalho dos egressos de Universidade de Guelph cresceram consideravelmente. Este projeto tem o objetivo de qualificar adequadamente os estudantes para um trabalho produtivo, que é a finalidade social da educação. E, o projeto se preocupa exclusivamente com as competências comuns a todos os cursos, neste caso específico aqui, os cursos universitários. O Quadro 3 reproduz as competências essenciais pesquisadas por *Making the Match*.

¹¹ *Making the Match* nasceu com o objetivo de estudar as mudanças necessárias no ensino universitário, tendo em vista as novas mutações do mercado de trabalho. É um projeto que envolve dezesseis universidades do Canadá.

Quadro 3: Descrições de competências essenciais pesquisadas por *Making the Match*.

1. Capacidade de inovar e mudar	
Compreendendo a conceituação assim como a colocação em prática de formas de iniciar e gerenciar mudança que envolva alterações significativas se comparadas com a situação encontrada.	
Habilidade de conceituar	Envolve a capacidade de combinar informações relevantes vindas de diversas fontes, para integrá-las a contextos mais gerais, e para aplica-las a contextos novos e mais amplos.
Criatividade/Inovação/Mudança	Envolve a capacidade de se adaptar a situações de mudança, às vezes envolve a capacidade de iniciar mudanças, e de apresentar novas soluções para os problemas. Envolve também a capacidade de reconceituar papéis em resposta às demandas de mudança relacionadas com o sucesso da organização.
Assumir riscos	Envolve assumir riscos razoáveis relacionados com o trabalho, reconhecendo caminhos alternativos ou diferentes para se atingir objetivos, reconhecendo, ao mesmo tempo, o potencial negativo dos resultados e monitorando o progresso na direção de um conjunto de metas.
Ter visão	Envolve a capacidade de conceituar o futuro da organização e apontar caminhos inovadores que a mesma organização possa seguir.
2. Capacidade de gerenciar pessoas e tarefas	
Compreendendo a capacidade de cumprir as tarefas que aparecem pela frente com planejamento, organização, coordenação e controle tanto de recursos como de pessoas.	
Coordenar	Envolvendo a capacidade de coordenar o trabalho de pares e subordinados, e de encorajar relações grupais positivas.
Tomar decisões	Envolvendo a capacidade de tomar decisões com base em cuidadosas avaliações dos efeitos de curto e longo prazo, reconhecendo as implicações políticas e éticas que resultarão das decisões tomadas.
Liderar/Influenciar	Envolvendo a capacidade de direcionar e guiar outros, e de delegar tarefas de trabalho a pares e subordinados, de uma maneira que seja efetiva e motive as pessoas a fazer o melhor.
Administrar conflitos	Envolvendo a capacidade de identificar fontes de conflito entre as pessoas, e tomando providências para superar a desarmonia.
Planejar e organizar	Envolvendo a capacidade de determinar as tarefas desenvolvidas para atingir objetivos (táticos e estratégicos), talvez atribuindo algumas das tarefas a outros, monitorando o progresso desde o plano de trabalho e revisando tal plano para incluir novas informações.
3. Capacidade de comunicar	
Compreendendo interação efetiva com uma variedade de indivíduos e grupos, para facilitar a busca, integração e distribuição de informações de diversas maneiras (verbal, escrita, etc.).	
Comunicar-se interpessoalmente	Envolve a capacidade de trabalhar bem com outros (superiores, subordinados ou pares), entendendo suas necessidades e sendo compreensivo.

Ouvir	Envolve a capacidade de ouvir atentamente o que os outros falam e de responder efetivamente os comentários de outros durante a conversação.
Comunicar-se oralmente	Envolve a capacidade de apresentar informações orais para os outros, seja numa relação de díade, seja em grupo.
Comunicar-se por escrito	Envolve a capacidade de transferir informação escrita, seja de modo formal (relatórios, correspondência comercial, etc.), seja de modo informal.
4. Capacidade de gerenciar a si mesmo	
Compreendendo o desenvolvimento constante de práticas e a internalização de rotinas para maximizar a capacidade pessoal de lidar com a incerteza e com um ambiente em mudança constante.	
Aprender	Envolve a capacidade de elaborar conhecimento desde as experiências diárias de manter-se atualizado na área de competência.
Possuir qualidades de auto-organização e de gerenciamento do tempo	Envolve a capacidade de administrar várias tarefas simultaneamente, de ser capaz de determinar prioridades e alocar tempo eficientemente para cumprir prazos.
Possuir força pessoal	Envolve uma variedade de traços pessoais que servem de apoio para os indivíduos enfrentarem as situações de trabalho do dia-a-dia. Alguns exemplos incluem: manter um alto nível de energia; motivar-se a si mesmo para atuar num nível de energia; motivar-se a si mesmo para atuar num nível ótimo de desempenho; agir de modo equilibrado em situações de estresse; manter uma atividade positiva; ter capacidade para trabalhar de modo independente; responder de modo produtivo a críticas construtivas.
Resolver/Possuir capacidade de análise	Envolve a capacidade de identificar, priorizar e resolver problemas, individualmente e em grupos. Envolve a capacidade de fazer as perguntas certas, selecionar as diferentes faces de um problema e contribuir com ideias assim como com respostas para o problema.

Fonte: Elaborado pela autora, referendados por Barato (2002, pp.243-245).

Estas competências são capacidades humanas gerais e comuns a todas as áreas profissionais e na vida cotidiana das pessoas e estão ganhando importância em um mundo e num mercado marcado por mudanças nas formas de organização do trabalho.

Diante do exposto, as exigências e mudanças no mundo do trabalho têm obrigado os gestores a definirem novas formas de selecionar e desenvolver os trabalhadores. Nesse contexto, ganham espaço as discussões sobre identificação de competências e formação profissional e novas formas de mediação entre o ser humano e o conhecimento. Segundo Barato (2002), as discussões sobre competências têm sido frequente nos meios de formação profissional, abrangendo a capacitação para o trabalho nos níveis médio, pós-secundário e tecnológico. Nesse sentido,

Há uma discussão crescente sobre as competências essenciais que devem ser asseguradas pela educação. O tema envolve, sobretudo, relações entre ensino e configurações de uma organização do trabalho, que vem sofrendo mudanças significativas nos últimos anos. (...) quase todos os autores concordam que há um conjunto de saberes e fazeres comuns a uma multiplicidade de trabalhos (BARATO 2002, p. 229).

Ressalta-se também, além das discussões sobre o tema, que a definição de competência não é consensual. O termo é utilizado em diferentes contextos e existe, também, diferenças quanto a nomenclatura: competências essenciais, habilidades básicas, habilidades gerais, habilidades gerenciais etc.

Diante do reconhecimento de que as competências estão relacionadas com a vida profissional e com o mundo do trabalho contemporâneo, “evidencia um movimento que passa a considerar as competências como um diferencial competitivo” (BARBOSA E CINTRA, 2012, p. 39). Além da necessidade de capacitação profissional, funções e capacidades mais complexas dos trabalhadores passam a ser valorizadas, como: resolver problemas, saber comunicar-se, relacionamento interpessoal, levantar alternativas, criatividade, liderança etc.

Vieira e Ribeiro da Luz (2005) apontam na conclusão de um estudo feito com o objetivo de distinguir o conceito de qualificação, que tem raízes na Sociologia e na Economia, e a noção de competência, que se funda na Educação e na Psicologia:

a melhoria do desempenho tem levado as empresas a modernizarem sua gestão e a apostarem na elevação das competências de seus funcionários, como forma de aumentar sua produtividade e aprimorar a qualidade de seus serviços. Cada vez mais elas têm dependido da participação e do envolvimento de seus funcionários, que são constantemente desafiados a pensar em alternativas para ampliar a produção e os serviços, projetando formas de superar as expectativas da clientela. Por esse motivo, a dimensão experimental das competências assume tão grande importância (VIEIRA E RIBEIRO DA LUZ, 2005, p. 106).

Essa dimensão experimental citada pelas autoras refere-se à ênfase atribuída aos saberes (saber-fazer e saber-ser), ter atitudes, saber integrar saberes múltiplos e complexos, saber aprender, assumir responsabilidades, ter visão estratégica, saber comunicar etc.

Barato (2002), no livro: **Tecnologia Educacional & Educação Profissional**, relata uma palestra realizada por volta de 1986, feita pelo sociólogo especializado em educação e trabalho, Henry Levin, a qual exemplifica a relação entre educação/trabalho e questões importantes com relação às funções da escola. Diz ele,

Nos anos 1970 e 1980, a matéria foi muito discutida, pois já configurava o problema da falta de congruência entre as instituições de ensino e as demandas do setor

produtivo. (...) Todo esse panorama parece estar merecendo um tratamento específico em termos de políticas públicas da educação e de indicações de ferramentas técnicas que possam ser utilizadas para aferir os resultados capacitantes do ensino (BARATO, 2002, p. 233).

Uma vez que os alunos, ao ingressarem numa escola, certamente alimentam certas expectativas com relação ao mercado de trabalho, principalmente em cursos técnicos, os quais já tem uma especialização técnica mais específica. Desta maneira, há de se considerar o objetivo de “identificar saberes e fazeres comuns a todas ou a um grupo significativo de ocupações, definindo operacionalmente competências essenciais” (BARATO, 2002, p. 233).

Com o propósito de ressaltar a identificação das competências relevantes para o mercado de trabalho, no Quadro 4, foi relacionado as características do cenário contemporâneo¹² que influenciam o mundo do trabalho com as competências apresentadas por estudiosos do tema como necessárias para lidar com tal cenário e realidade. Vale ressaltar que esse quadro é uma apresentação da temática e não uma defesa irrestrita do que está posto.

Quadro 4: Relação entre o cenário contemporâneo e as competências requeridas dos profissionais

Cenário contemporâneo	Competências requeridas
1- Mudanças constantes no cenário socioeconômico, globalização, evolução tecnológica, sociedade do conhecimento, caracterizando imprevisibilidade e incerteza.	Adaptabilidade, flexibilidade para lidar com a instabilidade e a vulnerabilidade. Capacidade de enfrentar novos desafios, manter o acesso à informação e ao entendimento do mundo.
2- Modificação na noção de tempo e espaço, que passam a ter novas configurações para além dos espaços físicos determinados. Com a disponibilidade de acesso aos recursos virtuais e digitais cada vez maior, à mão e a qualquer tempo, foram rompidos os limites de tempo, espaço e idioma.	Capacidade de gerir à distância e de armazenar informações de maneira cada vez mais compacta, interatividade, iniciativa. Comprometimento das pessoas para resultados: agilidade, conexão com o mundo virtual, disposição para aprendizagem permanente, dedicação.
3- Migração do conceito de emprego formal para trabalho, com o crescimento dos trabalhos descontínuos, informais, autônomos. Aumento de empreendedores e carreira em espiral.	Desenvolvimento de competências individuais como autonomia, empreendedorismo, criatividade, iniciativa, análise e crítica. Capacidade do trabalhador de se manter atualizado com as necessidades do mercado de trabalho. Resiliência, capacidade de reinventar-se a si mesmo.
4- Novos modelos de gestão e novas configurações organizacionais que mudam seu enfoque da estrutura organizacional tradicional para o conjunto de competências que a organização precisa para executar a estratégia, valorização do capital humano. Suavização das relações hierárquicas.	Proatividade, inovação. Capacidade dos profissionais de guiar-se por objetivos, de resolver problemas, discordar, analisar, criar e levantar alternativas. Escolha de um trabalho que faça sentido, escolhas baseadas em valores e prioridades.
5- Novas gerações, suas expectativas de trabalho e carreira que provocarão mudanças no ambiente interno das empresas.	Produtividade, remuneração variável por resultados, ambiente informal.

¹² Segundo Malvezzi (1999), o modelo emergente de carreira implica uma mobilidade irregular e imprevisível na qual os indivíduos trilham seu caminho guiados a partir das próprias competências. A carreira está em constante mudança e desafios, a qual apresenta-se como aspecto que impacta o desenvolvimento profissional, pois a ascensão não está mais ligada apenas a uma área de conhecimento ou ao “tempo de casa”. Assim, o destino do trabalhador é se apropriar do seu próprio desenvolvimento e competir no mercado de trabalho.

	Constante reciclagem dos conhecimentos, colocar em prática o que aprendem, se tornarem cada vez mais hábeis e não terem medo de ter atitude.
6- Novas formas de atuação das lideranças.	Líderes capazes de tomarem decisões complexas em situações de pressão e grande responsabilidade, de vislumbrarem possibilidades de solução. Devem ser capazes de promover a instrução, o aconselhamento, despertar o entusiasmo e manter um clima saudável no ambiente de trabalho, dar autonomia e voz aos liderados, estimular um sentimento de pertença. Líderes devem ainda constituir o elo entre a missão da empresa e a linha de frente.
7. Comunicação.	Refere-se a um entendimento mútuo, cuja qualidade das interações é fundamental para melhorar o desempenho das funções. Comunicação é essencial no ambiente de trabalho, especialmente na hora de enviar comunicados, e-mail e ou mesmo na transmissão de forma oral, delegar tarefas, coordenadas, repassar instruções, treinamentos.

Fonte: Assunção e Goulart (2016), adaptado pela autora.

Conforme o exposto no quadro, entende-se que a formação profissional deve acompanhar as exigências do Mundo do Trabalho às novas formas de produção. Haja vista que,

Essas mudanças exercem uma influência relevante sobre o que passa a ser esperado do trabalhador e surge a noção de competências exigidas do trabalhador, construto que sugere que se devam identificar conhecimentos, habilidades e atitudes que favoreçam o desempenho dos profissionais que estão atuando e virão a atuar no mercado de trabalho (ASSUNÇÃO E GOULART, 2016, p. 202).

O conceito de competência contempla a importância do conhecimento e da formação, envolvendo o conhecimento formal sistêmico exigido na formação que cumula com o conhecimento tácito, que é o conhecimento adquirido pela experiência, o qual “mobiliza estratégias e raciocínios complexos capazes de gerar a ação necessária em um contexto específico” (ASSUNÇÃO E GOULART, 2016, p. 202). Portanto, segundo as autoras a noção de competência surge além dos conhecimentos e remete a uma mistura de saber e agir mediante a aquisição de novas experiências, possibilitando a aprendizagem e o acúmulo da experiência profissional. Portanto, infere-se que,

quanto mais desafios um profissional se propusera enfrentar, mais situações se permitirá vivenciar, mais competências poderá desenvolver e mais recursos terá para lidar com situações futuras. Logo, o conceito de competência veio a crescer um novo sentido às exigências advindas da mudança do cenário contemporâneo e sua influência sobre o trabalho (ASSUNÇÃO E GOULART, 2016, p. 203).

Cada vez mais as empresas têm dependido da participação e envolvimento dos trabalhadores, e a escola deveria cumprir o papel formativo de preparar os estudantes para o mundo do trabalho. De acordo com Barato (2012) esse papel da escola tem duas faces: a especialização e a preparação básica para o mercado de trabalho, não importando o campo específico estudado pelos estudantes. Nesse contexto, as competências essenciais estão relacionadas com a preparação básica, pois o mercado de trabalho está à procura de profissionais que “além de dominar saberes e fazeres de uma profissão específica, sejam capazes de acompanhar as mudanças contínuas que estão ocorrendo na organização do trabalho” (BARATO, 2002, pp. 273-274). Esta é uma perspectiva que busca formar sujeitos para o mundo do trabalho, isto é, trabalhadores capazes de acompanhar as mudanças contínuas, o que poderia ser alcançado com a superação da concepção de educação voltada somente para a técnica. Posto que, educação e trabalho podem ser ensinados juntos para uma formação omnilateral do ser humano, compreendendo que os seres humanos estão em constante aprendizagem, em constantes mudanças.

Para atender ao perfil profissional exigido pelo mercado de trabalho, a Educação Profissional terá de formar jovens e adultos com competências utilizáveis em qualquer tarefa, setores ou empresas, isto é, busca-se uma formação integral. É importante pensar a educação profissional para além das necessidades do mercado de trabalho, ou seja, buscar um meio para uma sociedade melhor e compreender o trabalho como conteúdo significativo a ser considerado na educação. Diante disso, a Educação Profissional pode ser uma garantia do direito à educação e ao trabalho para jovens e adultos que estão buscando se inserir e permanecer no mundo do trabalho.

Embora os estudos sobre competências essenciais, ainda, sejam poucos e controversos, esses aspectos das competências são indispensáveis a serem observados, principalmente em um mercado de trabalho que se destaca pela flexibilidade e pela mudança. Tanto que, o conceito de competências essenciais não está restrito à questão de preparação para o trabalho, mas de “qualidades indispensáveis para o exercício da cidadania” (BARATO, 2002, p. 274). Para exemplificar melhor competências essenciais, pode-se citar:

(...) duas competências listadas pelo Ministério do Desenvolvimento de Recursos Humanos: trabalhar com os outros e utilizar habilidades de pensamento que compreendam resolver problemas, tomar decisões, organizar e planejar tarefas de trabalho, fazer usos especiais de memória, encontrar informação. Essas duas competências não são apenas requisitos para o sucesso no mundo do trabalho, são qualidades exigíveis pelos fazeres cotidianos das pessoas. Trabalhar com os outros não é exclusivamente uma habilidade necessária em lojas, fábricas ..., trabalhar com

os outros é uma parte indispensável de como construir a cidadania (BARATO, 2002, p. 274).

O exemplo acima explica melhor que as competências essenciais não são apenas capacidade para o trabalho e sim “são modos de usar a inteligência que pode tornar o cotidiano mais significativo” (BARATO, 2002, p. 274).

Percebe-se que este conceito de competências não é consensual, mas, acredita-se que está dentro da perspectiva benéfica tanto para o trabalhador quanto para o mercado de trabalho, permitindo melhorias na atuação profissional desse trabalhador em um mercado de trabalho em constantes mudanças. Perrenoud no artigo intitulado **Construir competências é virar as costas aos saberes?** esclarece que desenvolver competências desde a escola é relacionar saberes e destaca que:

A escola sempre almejou que seus ensinamentos fossem úteis, mas frequentemente acontece-lhe de perder de vista essa ambição global, de se deixar levar por uma lógica de adição de saberes, levantando a hipótese otimista de que elas acabarão por servir para alguma coisa. Desenvolver competências desde a escola não é uma nova moda, mas um retorno às origens, às razões de ser da instituição escolar (PERRENOUD, 1999, s/p).

Para Perrenoud, as competências reforçam a integração e a mobilização de recursos cognitivos, entre eles o conhecimento, com a finalidade de resolver situação-problema com discernimento e disso poder-se-ia inferir certos contextos com possíveis soluções e elaboração de hipóteses. Perrenoud (1999) alerta que não se ensina diretamente competências, mas cria-se condições para o seu desenvolvimento, sendo que sua aquisição é fundamental à realização da autonomia do indivíduo e de seu reconhecimento como sujeito transformador de seu meio.

Competências essenciais seriam aquelas competências comuns a todos os cursos, ou seja, não se cinge exclusivamente a uma dimensão utilitária. A escola pode trabalhar aspectos gerais da formação profissional, formando pessoas capazes de atuar de modo eficiente no mundo do trabalho, articulando informação, conhecimento e desempenho. Isto não é formar para o mercado e sim formar para a vida, independente da colocação profissional, e com isso, o trabalhador saberá desenvolver competências essenciais para a conquista de realizações na vida pessoal e profissional.

Fundamentado neste novo cenário do mundo do trabalho, onde irão atuar os profissionais formados pelo CTPD, esta pesquisa, considera que as competências essenciais possibilitam um nível avançado de flexibilidade para o cumprimento de diversas tarefas em diferentes ambientes de trabalho, por isso, a importância do seu estudo.

CAPÍTULO IV

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa sobre o impacto da formação profissional na empregabilidade dos egressos do CTPD da ESTES/UFU, segundo suas percepções. O presente capítulo está dividido em sessões, a constar: Seção 4 do instrumento: questões relacionadas à identificação e motivações dos(as) participantes do CTPD; Seção 5 do instrumento: questões relacionadas às percepções dos(as) participantes acerca das contribuições do CTPD aos seus projetos de vida e profissionais; Seção 6 do instrumento: questões relacionadas às percepções dos(as) participantes acerca das contribuições do CTPD para a atuação profissional e renda; Seção 7 do instrumento: questões relacionadas às percepções dos(as) participantes acerca das contribuições das experiências apreendidas no CTPD no que tange às competências essenciais na relação educação/trabalho e, por fim, Seção 8 do instrumento – questões relacionadas quanto a avaliação do CTPD pelos(a) participantes. As demais Seções 1, 2 e 3 do questionário podem ser vistas no Apêndice “B”.

No Quadro 5 é apresentado de forma mais detalhada a estrutura do instrumento da pesquisa:

Quadro 5: Estrutura do instrumento de pesquisa.

Estrutura do Instrumento de Pesquisa	
Seções 1, 2 e 3 – apresentação da pesquisa e termos de Consentimento Livre e Esclarecido e Consentimento Livre, após esclarecimento.	*Informações sobre a pesquisa; *Direitos dos(as) participantes; *Concordância do(a) participante;
Seção 4 – Identificação e motivações e dos(as) participantes do CTPD	Questões 1 a 3 Questão 1: Idade Questão 2: Escolaridade Questão 3: Motivações
Seção 5 – Percepções dos(as) participantes acerca das contribuições do CTPD aos seus projetos de vida	Questão 4 – Contribuições que o CTPD trouxe para a vida do participante; Questões 5 e 6 – Identificação da contribuição das

	disciplinas escolares do CTPD; Questões 7 e 8 – Identificação da contribuição dos conteúdos, práticas e teorias do CTPD.
Seção 6 – Percepções dos(as) participantes quanto a atuação profissional e renda	Questões 9 a 11 – Identificação da contribuição do CTPD para a atuação profissional e renda dos(as) participantes;
Seção 7 - Percepções dos(as) participantes quanto às competências essenciais	Questões 12 e 13 – Identificação das competências essenciais indispensáveis na vida profissional dos(as) participantes.
Seção 8 – Avaliação do CTPD pelos(a) participantes	Questões 14 e 15 – Levantamento da percepção dos(as) participantes quanto a avaliação do CTPD.

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir apresentaremos de maneira mais detalhada as Seções 4, 5, 6, 7 e 8 do questionário que são compostas pelas questões relacionadas às percepções quanto à contribuição da escola na vida profissional do(a)s participantes e avaliação do CTPD pelos(as) participantes.

4.1 Seção 4 do instrumento: questões relacionadas à identificação e motivações dos(as) participantes do CTPD

Nesta Seção, por meio das Questões 1, 2 e 3, buscamos a identificação e motivações dos(as) participantes do CTPD, no que se refere à idade, escolaridade e motivações.

4.1.1 Idade dos egressos

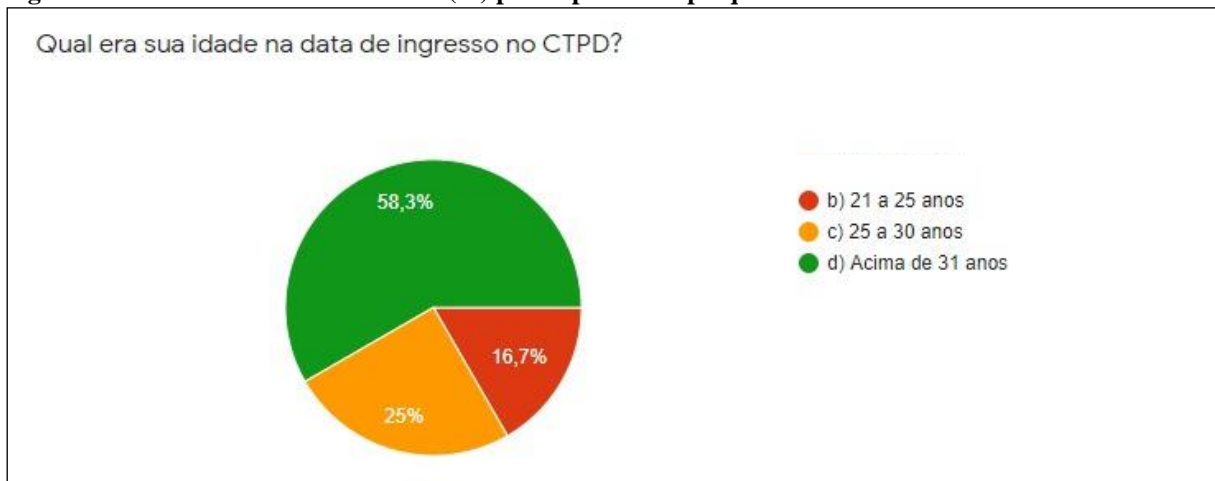
A Questão 1 do questionário é destinada a conhecer a faixa etária dos estudantes que procuram o CTPD. Pode-se perceber que 58,3% das pessoas que buscaram ingressar no curso técnico tinham mais de 31 anos. Diante disto percebe-se que a educação profissional não é somente uma formação de técnicos em nível médio, mas uma formação para o mercado, ou até mesmo uma requalificação para trabalhadores com qualquer idade. A Coordenadora do CTPD, Dra. Sheila Rodrigues de Sousa Porta¹³ reforça os dados da pesquisa: “Gostaria de ressaltar que

¹³ Foi enviado um e-mail para a Profa. Dra. Sheila, o qual pode ser acessado juntamente com sua resposta no Anexo C deste trabalho.

o corpo discente do CTPD é composto por alunos de diferentes faixas etárias, que vão desde o jovem recém-saído do ensino médio até o aposentado que quer desenvolver algo diferente profissionalmente”.

Percebe-se que o mercado de trabalho exige cada vez mais trabalhadores com formação profissional, principalmente para exercer funções específicas, como um profissional na área odontológica, exigindo que o trabalhador volte para a sala de aula em busca de formação. Assim, além dos 58,3% que tinham mais de 31 anos, 25% tinham entre 25 e 30 anos e apenas 16,7% tinham entre 21 e 25 anos de idade na data de ingresso no curso. Percebe-se que os(as) participantes da pesquisa tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas, no que se refere a faixa etária da idade escolar. Isto pode ser melhor identificado na Figura 1.

Figura 1: Gráfico referente à idade dos(as) participantes da pesquisa



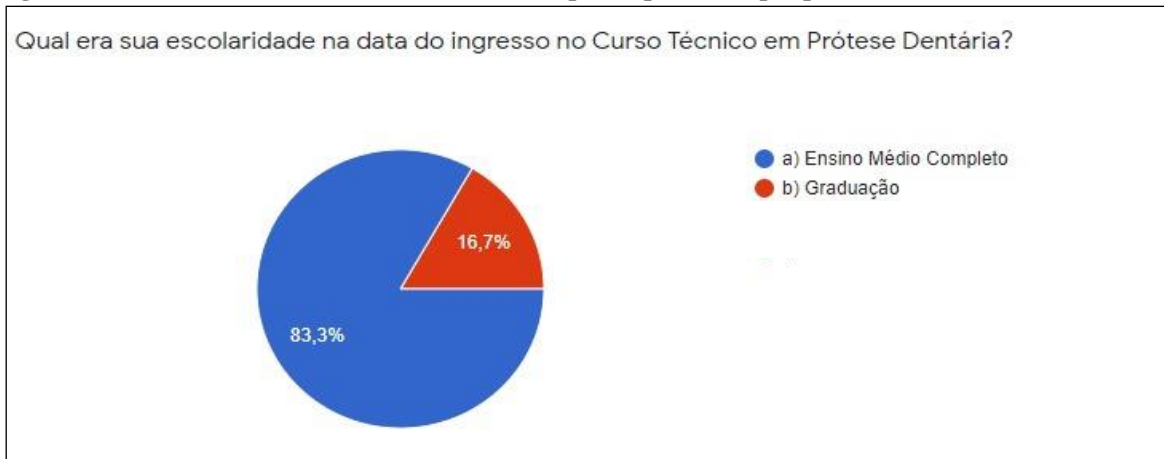
Fonte: Dados da pesquisa – retirado do *Google Forms*.

4.1.2 Escolaridade dos egressos

Além da identificação da idade na data de ingresso no curso, queríamos saber sobre a escolaridade quando procuraram um curso técnico (Questão 2). Percebemos que 83,3% dos egressos participantes da pesquisa concluíram o ensino médio (mínimo para ingressar no CTPD), e apenas 16,7% possuíam algum curso superior, afirmando assim que os(as) participantes da pesquisa procuraram no curso técnico a oportunidade de voltar aos estudos e conseguirem uma vaga no mercado de trabalho. Quanto aos(as) participantes que já possuíam algum curso superior, entende-se que a formação técnica pode trazer para o trabalhador a

oportunidade para qualificar-se em determinada área e ingressar no mercado de trabalho. Pode-se perceber que os cursos técnicos recebem uma grande quantidade de jovens e adultos com necessidade de associar educação e trabalho, os quais veem na profissionalização a oportunidade de melhorar salários e condições de vida para si e para a família. A Figura 2 apresenta a proporção citada.

Figura 2: Gráfico referente à escolaridade dos(as) participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa – retirado do *Google Forms*.

4.1.3 Motivações dos egressos para cursar o CTPD

Propusemos aos(as) participantes a (Questão 3) desta Seção, a qual apresenta uma relação de motivações que os(as) levaram a cursar o CTPD: ampliar as oportunidades de trabalho, melhorar a qualidade no trabalho, exigência do local de trabalho e ampliar a prática no trabalho. Vale ressaltar que no questionário, os egressos puderam assinalar mais de uma opção na (Questão 3). Assim, de acordo com as motivações dos egressos, constatamos que, 83,3% das respostas se referem a ampliar as oportunidades de trabalho, 8,3% disseram que a motivação foi qualidade no trabalho e 16,7% disseram que a motivação em cursar o CTPD foram outras.

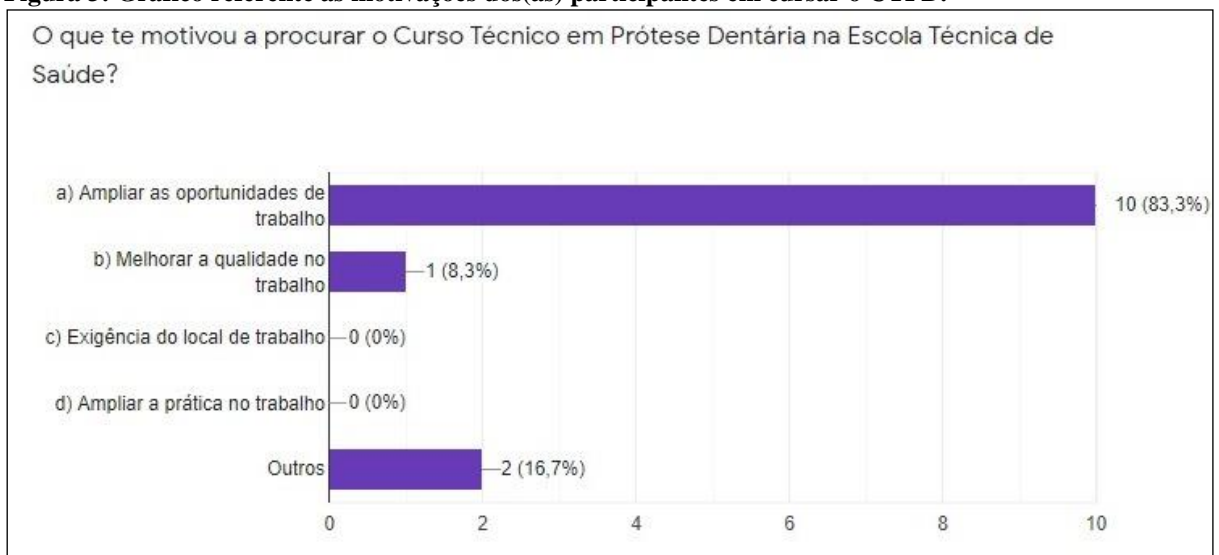
Percebe-se que para superar os desafios da empregabilidade, muitos jovens e adultos buscam no curso técnico a oportunidade de um novo emprego ou continuar aprimorando-se para garantir o emprego. Segundo Marciel (2006) a educação profissional tem contribuído para tornar pessoas empregáveis:

A educação profissional surge como uma possível alternativa para a produção de uma maior igualdade de oportunidades, contribuindo com a formação de um conjunto de

trabalhadores qualificados para a execução de tarefas no setor urbano- industrial (MARCIEL, 2006, p. 101).

Ainda segundo Marciel (2006), o desemprego atinge mais os jovens, pelo fato que nesta fase eles buscam uma vida adulta com independência financeira, e como muitos deles ainda não estão inseridos no mercado de trabalho, encontram dificuldades por não terem experiência profissional. Assim a educação profissional surge como uma alternativa para inserção no mercado de trabalho. Isto vai ao encontro com as respostas dos participantes, conforme a Figura 3.

Figura 3: Gráfico referente às motivações dos(as) participantes em cursar o CTPD.



Fonte: Dados da pesquisa – retirado do *Google Forms*.

4.2 Seção 5 do instrumento: questões relacionadas às percepções dos(as) participantes acerca das contribuições do CTPD aos seus projetos de vida e profissionais

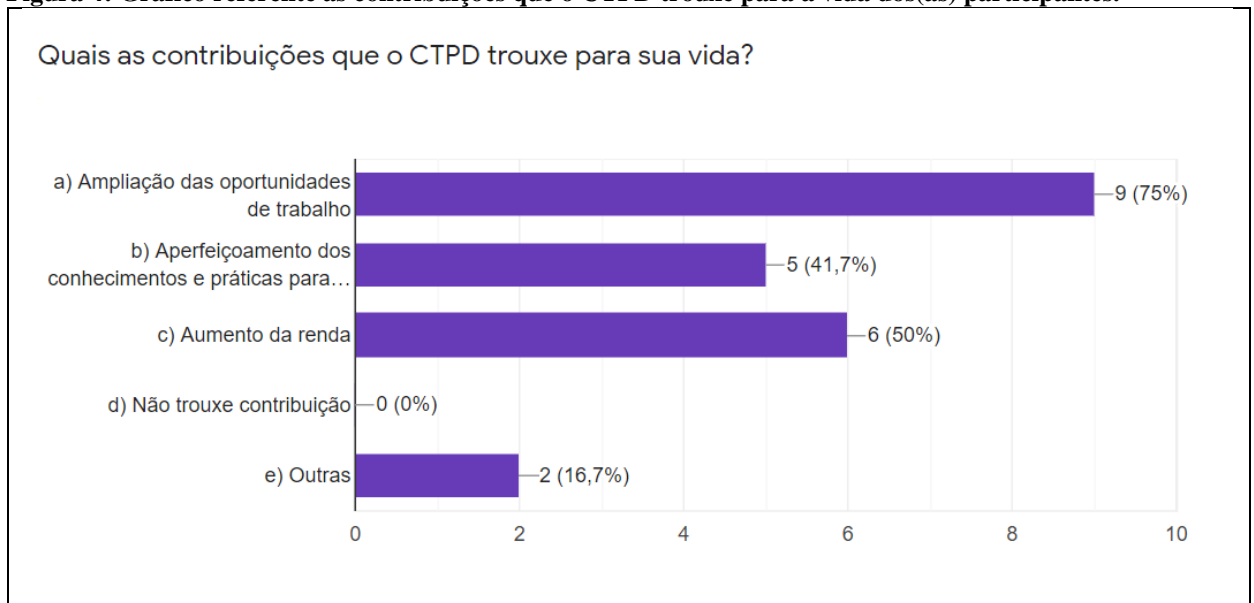
Neste conjunto de questões do questionário - 4, 5, 6, 7 e 8 -, os egressos responderam acerca das contribuições que o CTPD trouxe para seus projetos de vida, quanto a contribuição das disciplinas escolares, dos conteúdos, práticas e teorias do CTPD para sua formação profissional.

4.2.1 Contribuições que o CTPD trouxe para a vida do participante

Na Questão 4 da Seção 5, as variáveis investigadas referem-se às contribuições que o CTPD teve na vida dos egressos. No tocante às contribuições citadas pelos egressos, 75% das respostas afirmaram que o CTPD ampliou as oportunidades de trabalho. Os egressos também

atribuíram importância ao aumento da renda como contribuição positiva aos projetos profissionais (50%). O aperfeiçoamento dos conhecimentos e práticas para formação técnica também foi considerada uma contribuição importante para os egressos (41,7%) e 16,7% responderam outras contribuições, as quais não foram especificadas pelos egressos. A seguir, a Figura 4 oferece uma ideia da distribuição dessas respostas. Nesta Questão, os egressos puderam escolher mais de uma opção de resposta.

Figura 4: Gráfico referente às contribuições que o CTPD trouxe para a vida dos(as) participantes.



Fonte: Dados da pesquisa – retirado do *Google Forms*.

Diante das respostas dos egressos, percebe-se que os trabalhadores estão constantemente em busca de melhores oportunidades de trabalho e condições de vida. Do outro lado está o mercado de trabalho com uma quantidade considerável de profissionais em busca de uma vaga, oferecendo às empresas a oportunidade de escolher aqueles com melhor formação e maior experiência na profissão. Diante disso, o grande desafio para os egressos/trabalhadores é tentar responder à essas demandas complexas e se manter inserido em um mercado de trabalho competitivo.

Por isso, observando os resultados encontrados nesta pesquisa, percebe-se que os egressos se preocupam em ampliar as oportunidades de trabalho e ao mesmo tempo aperfeiçoar os conhecimentos para se manterem atualizados diante das transformações no mundo do trabalho, pois “com o advento de novas tecnologias e dos novos dispositivos organizacionais e gerenciais, engendraram a necessidade de uma força de trabalho mais escolarizada e mais qualificada” (BATISTA 2011, p. 65).

Esta questão também revelou a contribuição do CTPD para o aumento da renda do egresso, o que comprova a afirmação de Oliveira (2001, p. 28): “uma maior escolarização contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, em função de um aumento de renda que decorre, diretamente, da sua melhor qualificação para o desempenho no mercado de trabalho”.

Realidade parecida foi encontrada na pesquisa feita pelo professor Gustavo Gonzaga, do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, no ano de 2017. Ele comparou os rendimentos de trabalhadores que fizeram cursos de educação profissional com trabalhadores sem esse tipo de formação educacional. A conclusão da pesquisa foi o aumento da renda para quem fez um curso técnico. O aumento médio na renda foi de 17,7%, independente da instituição escolar.

Portanto, dentro deste contexto, a formação profissional, é benéfica tanto para o trabalhador quanto para o mercado de trabalho, para o trabalhador essa formação permite melhores condições de vida para si e para sua família, mas essa formação não deve ser apenas para a entrada e permanência no mercado de trabalho, e sim, formar sujeitos com autonomia e com capacidade de transformar a realidade ao seu redor; quanto ao mercado de trabalho, este se apropria do conhecimento desse trabalhador para aumentar sua produtividade.

4.2.2 Percepções dos(as) participantes acerca das contribuições das disciplinas curriculares aos seus projetos profissionais

Quanto às contribuições das disciplinas curriculares para os egressos do CTPD, propusemos três questões, sendo duas para resposta fechada e uma para resposta aberta. Para 91,7% dos egressos respondentes, as disciplinas aprendidas no CTPD foram satisfatórias para a atuação profissional e 8,3% não soube responder. As respostas desta Questão foram de caráter geral, sem especificar disciplinas (obrigatórias e/ou eletivas). As respostas obtidas podem ser observadas na Figura 5.

Figura 5: Gráfico referente à contribuição das disciplinas escolares para a atuação profissional dos(as) participantes

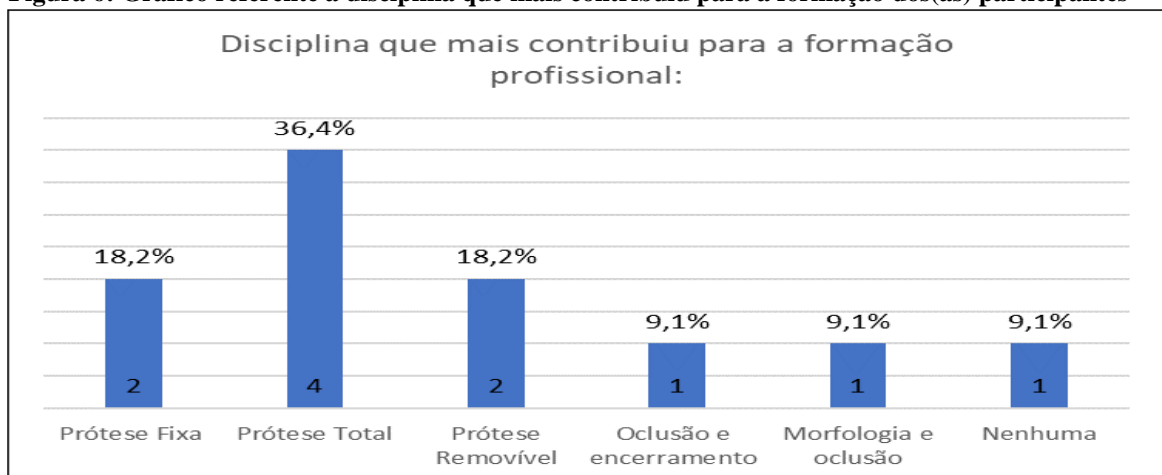


Fonte: Dados da pesquisa – retirado do *Google Forms*.

4.2.3 Disciplinas que mais contribuíram para a formação dos(as) participantes

Perguntamos aos(as) participantes qual disciplina teve mais impacto em sua formação profissional e que, posteriormente, justificassem as respostas. Na tentativa de melhor compreender as respostas dos(as) participantes, elaboramos um gráfico para a disciplina que mais contribuiu para a formação dos(as) participantes e expomos abaixo as justificativas. Na Figura 6 podemos verificar as respostas dos(as) participantes.

Figura 6: Gráfico referente à disciplina que mais contribuiu para a formação dos(as) participantes



Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pela autora.

Esta categoria diz respeito às questões direcionadas às disciplinas cursadas pelos(as) participantes. Quanto às contribuições dessas disciplinas para a própria formação e atuação profissional, uma parte das respostas não teve justificativas, apenas informaram a disciplina que mais contribuiu. Assim, em relação às justificativas gerais referente às disciplinas, destacamos:

“As matérias que englobam próteses removíveis de resina! Onde eu trabalho, nós só trabalhamos com estes tipos de prótese!”, justificou um(a) egresso(a). Percebe-se que para esse(a) egresso(a) esta disciplina foi fundamental para a sua formação profissional. No mesmo sentido, outro(a) egresso(a): “Morfologia e oclusão. Porque são as principais que devo observar durante o trabalho de restauração”.

Os recortes acima ilustram aspectos fundamentais presentes nos objetivos da formação em prótese dentária e, sobretudo, no nosso trabalho de pesquisa. São contribuições positivas das disciplinas para a formação durante o curso, destacando a importância da pertinência da disciplina e coerência com a formação técnica.

Vale ressaltar que estas disciplinas de acordo com a grade curricular do CTPD possuem carga horária teórica e prática e, a indissociabilidade desses dois campos do saber e do fazer proporciona conhecimentos essenciais para a formação profissional e humana, preparando-o para além do fazer profissional, também, maior compreensão e transformação das relações no mundo do trabalho. É importante informar que o CTPD possui laboratório, no qual os estudantes desenvolvem projetos e oficinas, permitindo-os colocar em prática o que aprendeu na teoria e “se envolvem concretamente com os objetos que integram o trabalho que supostamente estão aprendendo” (BARATO 2015, p. 40).

4.2.4 Domínio dos(as) participantes nas práticas do Técnico em Prótese Dentária

As próximas Questões (7 e 8) que propusemos aos(às) participantes percebe-se a importância do par teoria-prática na formação de um profissional. Propusemos na Questão 7 a seguinte pergunta: Como você considera seu domínio nas práticas do Técnico em Prótese Dentária? Como mostra a Figura 7, 100% consideram satisfatório o domínio nas práticas aprendidas no CTPD.

Figura 7: Gráfico referente ao domínio dos(as) participantes nas práticas do Técnico em Prótese Dentária



Fonte: Dados da pesquisa – retirado do *Google Forms*.

Constatou-se nesta análise, sobre o domínio dos(as) egressos(as) nas práticas do Técnico em Prótese Dentária, que a formação profissional contribuiu e impactou positivamente na vida profissional dos(as) participantes, indicando que a ESTES, tem cumprido o seu papel na oferta de Educação Profissional de qualidade, formando e qualificando pessoas para atuarem no mundo do trabalho.

4.2.5 Domínio dos(as) participantes nos conteúdos ou saberes teóricos do CTPD

Na Questão 8, pesquisamos a satisfação dos egressos no que se refere aos conteúdos e saberes teóricos aprendidos no CTPD e 91,7% consideraram satisfatório e 8,3% não soube responder. A Figura 8 representa a proporção citada:

Figura 8: Gráfico referente ao domínio dos(as) participantes nos conteúdos ou saberes teóricos do CTPD



Fonte: Dados da pesquisa – retirado do *Google Forms*.

Deduzimos que para formar trabalhadores emancipados e capacitados implica em uma educação integrada com processos produtivos e educativos, preparando-os para o trabalho e cidadania.

A Educação Profissional e Tecnológica é defendida por vários autores como uma formação integral (omnilateral) para os estudantes, garantindo a igualdade de oportunidades, sendo o trabalho e a educação uma força de transformação social. Uma educação que contribua para formar sujeitos emancipados, independente de classe social, articulada com o mundo do trabalho, com a ciência e com a tecnologia, visando não apenas a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, mas também uma formação total do ser humano, capaz de refletir sobre a realidade ao seu redor.

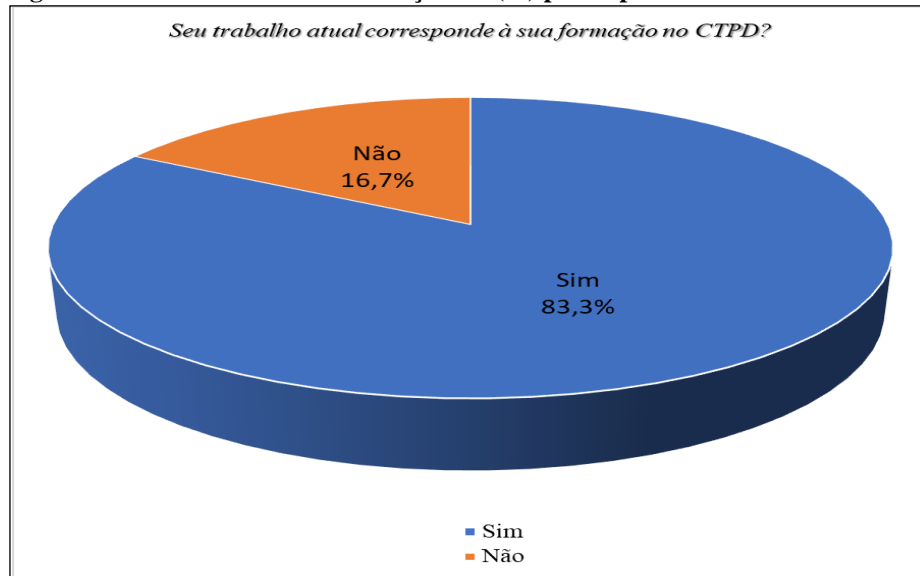
Na próxima Seção, trataremos das questões relacionadas às percepções dos (as) participantes acerca das contribuições do CTPD para a atuação profissional.

4.3 Seção 6 do instrumento: questões relacionadas às percepções dos(as) participantes acerca das contribuições do CTPD para a atuação profissional e renda

Nesta Seção, questionamos os(as) participantes sobre a atuação profissional deles e a elevação de suas rendas. As Questões 9, 10 e 11 tratam dos seguintes elementos, respectivamente: Formação e atuação profissional, contribuição do CTPD para a atuação profissional na visão do egresso e renda.

4.3.1 Formação e atuação profissional

Na Questão 9 perguntamos se a atuação profissional do egresso corresponde a sua formação no CTPD. 83,3% afirmaram que o trabalho atual corresponde a formação como Técnico em Prótese Dentária e 16,7% disseram que não trabalham na área do curso técnico.

Figura 9: Gráfico referente a formação dos(as) participantes

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pela autora.

Analisando-se os dados obtidos com esse questionamento, constata-se que, a influência do curso na formação e atuação profissional do técnico em Prótese Dentária proporcionou inserção no mercado de trabalho, já que a maioria afirmou trabalhar na área da formação técnica. Esses dados conferem a importância da educação profissional para acesso ao emprego.

É indiscutível a relevância que a Educação Profissional tem para acesso ou permanência no mercado de trabalho, contribuindo com a diminuição das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, os trabalhadores veem na educação profissional a possibilidade de se tornarem competentes no trabalho, obter uma formação e conseguir manter a si mesmo e sua família, lutando e reivindicando seus direitos a uma vida melhor.

4.3.2 Contribuição do CTPD para a atuação profissional

Os egressos também foram questionados se durante a atuação como técnico em prótese dentária teve alguma dificuldade que poderia ter sido aprendida durante a trajetória no CTPD. O interesse em conhecer as dificuldades dos egressos tem o objetivo de verificar os efeitos pessoais que o curso gerou em cada um, por meio das atividades formativas. As respostas apresentadas pelos egressos tiveram impressões individuais e, provavelmente, autoanálise da própria prática vivenciada no curso, como mostra o Quadro 6.

Quadro 6: Identificação da contribuição do CTPD para a atuação profissional dos(as) participantes

Durante sua atuação profissional como Técnico em Prótese Dentária você tem (teve) alguma dificuldade que poderia ter sido aprendida durante sua trajetória estudantil no CTPD? Qual?

Sim.

Não.

Sim, as aulas poderiam ter uma didática melhor para o aprendizado.

Não.

Com certeza a área que eu mais senti falta foi da porcelana. Desde conceitos sobre efeitos ópticos na porcelana e variações de massas à maquiagem.

Sempre terá algo pra aprender q talvez não tenha visto no curso.

Nenhuma.

Sim, mais cursos práticos para reforçar o aprendizado.

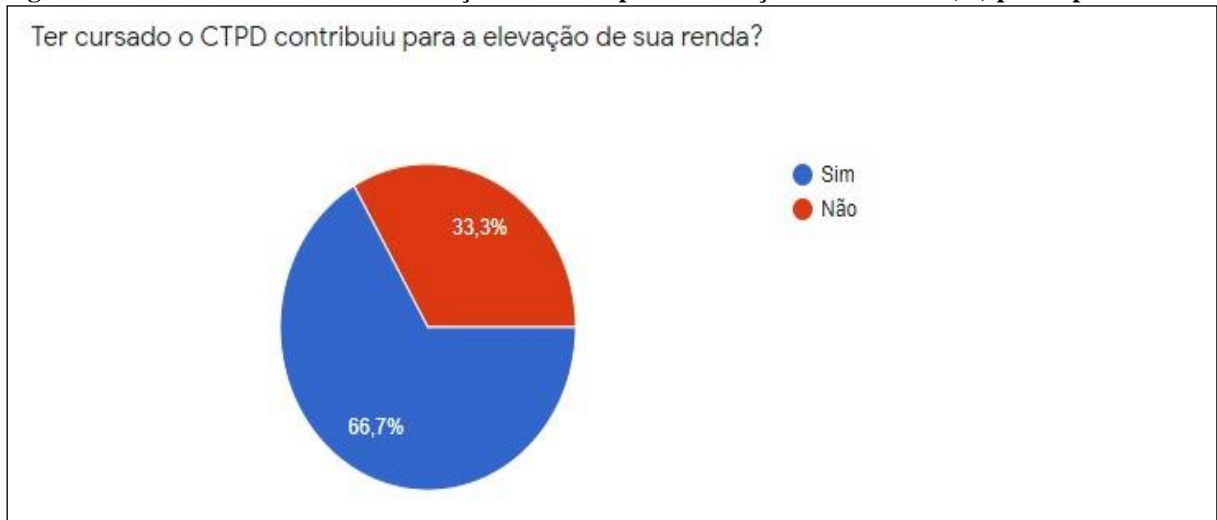
Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pela autora.

Com base nas respostas dos egressos do CTPD, percebe-se que as respostas são variadas, mas alguns aspectos podem contribuir para melhorias como foram citados pelos(as) participantes: melhorar didática em aulas e mais aulas práticas para reforçar o aprendizado.

4.3.3 Contribuição do CTPD para a renda do egresso

Procedemos, ainda, a investigação sobre a renda do egresso. Perguntamos a eles se o CTPD contribuiu para o aumento da renda. Os dados podem ser observados na Figura 10.

Figura 10: Gráfico referente à contribuição do CTPD para a elevação da renda dos(as) participantes



Fonte: Dados da pesquisa – retirado do *Google Forms*.

Os dados da Figura 10 mostram que, para 66,7% dos(as) participantes, o CTPD contribuiu para elevar sua renda e 33,3% afirmaram que não houve aumento da renda. Assim, os dados nos revelam que o CTPD contribuiu para aumentar a renda dos(as) participantes da pesquisa e consequentemente se manterem no mercado de trabalho.

Esse dado também foi reforçado na Questão 4, onde perguntamos qual contribuição o CTPD trouxe para a vida dos(as) participantes e 50% das respostas afirmaram o aumento da renda. Como afirmamos anteriormente, a partir da pesquisa de Gonzala (2017), ao comparar indivíduos na mesma faixa etária e com a mesma escolaridade, aquele que tem educação profissional tem renda de 17,7% maior.

Na próxima Seção trataremos das questões relacionadas às percepções dos (as) participantes acerca das contribuições das experiências apreendidas no CTPD no que tange às competências essenciais na relação educação/trabalho.

4.4 Seção 7 do instrumento: questões relacionadas às percepções dos(as) participantes acerca das contribuições das experiências apreendidas no CTPD no que tange às competências essenciais na relação educação/trabalho

Segundo Barato (2002) as discussões sobre competências têm sido muito frequentes nos meios de formação profissional, abrangendo a capacitação para o trabalho dos níveis médio, pós-secundário e tecnológico. No livro **Tecnologia Educacional & Educação Profissional**, o autor cita que no Brasil os estudos/pesquisas sobre competências essenciais ainda estão em fase inicial, um exemplo é o projeto da Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo, iniciado em 1997, chamado “habilidades básicas”. O projeto procura determinar o que os trabalhadores precisam saber e fazer em qualquer ramo das atividades produtivas.

Tendo por objetivo identificarmos a percepção dos(as) participantes acerca das contribuições das experiências apreendidas no CTPD no que tange a algumas competências essenciais na relação educação/trabalho (comunicação oral e escrita, administração de conflitos, capacidade de tomar decisões, liderança e outras) propusemos aos (as) participantes duas Questões (12 e 13) compostas por diferentes afirmações. A primeira é uma Questão fechada e refere-se à competência essencial indispensável para exercer com eficiência as tarefas na profissão. A segunda, uma Questão aberta, a qual questiona se o(a) participante da pesquisa aprendeu alguma competência essencial durante sua trajetória no CTPD.

Cabe lembrar o conceito geral de competências essenciais, que se caracterizam em saberes e fazeres comuns a todas as profissões, as quais deveriam ser aprendidas nos cursos e nas instituições de ensino.

4.4.1 Competências essenciais indispensáveis na vida profissional dos(as) participantes

Em relação à identificação das competências essenciais necessárias para o exercício da profissão, os resultados indicaram que 50% dos(as) participantes, indicaram que a comunicação escrita e oral é indispensável para desenvolver as atividades profissionais com eficiência.

Em segundo lugar, com 25%, temos os(as) egressos que entendem que a capacidade de tomar decisões é indispensável para o exercício da profissão; 8,3% afirmaram que administração de conflitos juntamente com liderança são indispensáveis; e, 8,3% responderam a opção ‘outros’ - não especificando qual competência essencial seria indispensável em sua vida profissional, conforme mostra a Figura 11.

Figura 11: Gráfico referente às competências essenciais indispensáveis na vida profissional dos(as) participantes



Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pela autora.

Esses dados vão ao encontro das descrições de competências essenciais pesquisadas pelo projeto *Making the Match* da Universidade de Guelph no curso de agronomia. Os egressos descrevem as competências essenciais indispensáveis na vida profissional como: comunicação oral e escrita, saber administrar conflitos, capacidade de tomar decisões e saber liderar. Por isso, “Ao que tudo indica, elas estão ganhando importância cada vez maior num mercado caracterizado por mudanças aceleradas na organização do trabalho” (BARATO, 2002, pp. 270-271).

Diante disto, as instituições escolares assumem um papel importante na formação do estudante, a fim de que ele se torne apto a assumir e encarar os desafios do futuro. Os estudantes precisam desenvolver competências como: criatividade, pensamento crítico, comunicação, capacidade de tomar decisões, liderança, dentre outras competências exigidas pelo mercado de trabalho. Com isso é necessário propor uma formação que vá além do desenvolvimento cognitivo e que permitirá uma formação mais ampla de modo a preparar o estudante para os desafios da vida e do mercado de trabalho.

Contudo, os estudantes esperam das instituições escolares uma formação ampla, com capacidade de solucionar problemas e desafios, por meio do desenvolvimento de competências essenciais como: conhecimento para compreensão, pensamento crítico e criativo, criar soluções para os problemas, expressar e comunicar, compartilhar informações, utilizar as tecnologias digitais de informações, capacidade de escolhas, boa argumentação diante de fatos, promover cuidados com a saúde física e mental, respeito com o outro, empatia e cooperação e, por fim, autonomia para tomar decisões embasadas em princípios éticos.

Portanto, diante de um mercado tão competitivo, dinâmico e exigente, o desenvolvimento das competências geraria um conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e atitudes que permitem ao estudante desempenhar com eficácia determinadas situações do seu cotidiano.

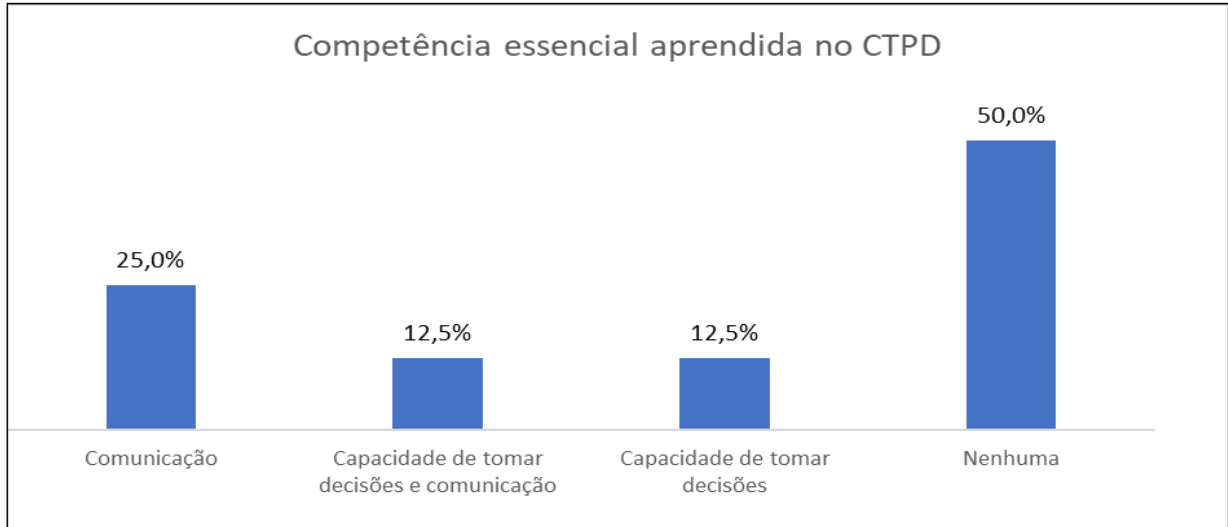
Diante desta pesquisa, ficou evidenciado que metade dos(as) participantes possuem dificuldade com a comunicação oral e escrita, especialmente no ambiente de trabalho, visto que a comunicação é uma das principais competências essenciais necessárias a todo ser humano que vive em sociedade. Deste modo, uma boa comunicação é elemento fundamental para o ambiente de trabalho, pois as falhas na comunicação trazem consequências, conflitos e desentendimentos, que impactam na produtividade e no desempenho profissional.

É necessário destacar que os(as) participantes da pesquisa entendem que a escola pode proporcionar uma educação ampla, formando para a cidadania e mercado de trabalho. Assim, pode-se entender que a instituição escolar tem uma concepção acerca da sua função ampliada, isto é, além da função formativa acrescenta-se a de fazer com que os estudantes compreendam a realidade e a habilidade de lidar com pessoas, tendo a capacidade de enfrentarem problemas na vida pessoal e profissional.

4.4.2 Competência essencial aprendida no CTPD pelos(as) participantes

Após responderem qual competência essencial era indispensável para o exercício de sua profissão, perguntamos aos(as) participantes se durante a trajetória no CTPD foi aprendida alguma competência essencial (Questão 13). As respostas obtidas podem ser observadas na Figura 12.

Figura 12: Gráfico referente à competência essencial aprendida no CTPD pelos(as) participantes



Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pela autora.

Os dados da Figura 12 mostram que 50% dos (as) participantes disseram que não aprenderam nenhuma competência essencial durante a trajetória no CTPD, 25% disseram que aprenderam ou tiveram conhecimento sobre comunicação, 12,5% disseram terem aprendido capacidade de tomar decisões e comunicação juntas e na mesma proporção, 12,5%, disseram que aprenderam capacidade de tomar decisões. A partir dos dados do gráfico percebe-se que metade dos(as) respondentes na pesquisa não aprenderam nenhuma competência essencial durante o CTPD. Diante disto, uma hipótese poderia ser o desconhecimento do que seja competência essencial por parte dos(as) participantes. Já, os(as) respondentes que disseram terem aprendido alguma competência essencial durante o CTPD, não podemos afirmar se essas competências foram aprendidas na carga horária obrigatória da grade curricular ou se aprenderam em cursos/eventos para obterem horas complementares, o que justificaria que nem todos aprenderam alguma competência essencial. Em contato por e-mail com a Coordenadora do CTPD, Dra. Sheila Rodrigues de Sousa Porta, foi esclarecido que

O CTPD desenvolve, desde 2020, um novo Projeto Pedagógico. No entanto, em nenhum dos currículos, as competências essenciais citadas foram desenvolvidas em

componentes curriculares específicos, mas como atividades didáticas no desenvolvimento dos conteúdos das disciplinas.

A Coordenadora do CTPD disse que as competências essenciais são trabalhadas de acordo com o conteúdo técnico como: trabalhos em grupos, seminários, projetos de pesquisa, trabalhos em eventos científicos e que os discentes, também, são envolvidos em situações reais do mundo do trabalho. Dra. Sheila enfatizou que “enquanto coordenadora do CTPD afirmo meu interesse em discutir a inserção dessa temática no Projeto Pedagógico no sentido de tornar sua importância mais evidente para os discentes”.

4.5 Seção 8 do instrumento – Questões relacionadas quanto a avaliação do CTPD pelos(a) participantes

Nesta seção questionamos como os(as) egressos avaliam o CTPD. Os objetivos que guiaram essa seção da pesquisa foram: identificar e analisar a importância que os(as) participantes atribuem às experiências escolares; se o indicariam para amigos e parentes e investigar as sugestões dos(as) participantes para melhorar o CTPD.

4.5.1 Avaliação do CTPD pelos(as) participantes

Em relação à identificação da importância que os(as) participantes trazem das experiências escolares no que tange a indicação do curso para amigos e parentes, os resultados indicaram satisfação com a experiência no CTPD e todos indicariam o curso para terceiros. Pedimos também que os(as) participantes justificassem sua resposta. Um(a) participante afirmou que indicaria o curso para amigos ou parentes e justificou: “se mostrou um curso que prepara o profissional para o mercado, os professores são excelentes e possuem uma ótima didática, que colabora muito para o desenvolvimento dos alunos”.

Outra justificativa dada por outro participante na indicação do curso foi: “Sim pois além de ser um excelente curso, ele também proporciona colocação no mercado de trabalho com muita facilidade!”. As demais justificativas estão elencadas no Quadro 7.

Quadro 7: Avaliação do CTPD pelos(as) participantes

Você indicaria o curso de CTPD ofertado pela Escola Técnica de Saúde para parentes e amigos?	Justifique sua resposta.
<i>Sim</i>	<i>Excelente curso e mercado de trabalho promissor.</i>
<i>Sim</i>	<i>Pois é um curso que dá a oportunidade de trabalhar como autonomia, mas pra isso exige alguns anos de trabalho para adquirir experiência pra abrir seu próprio negócio.</i>
<i>Sim</i>	<i>Se mostrou um curso que prepara o profissional para o mercado, os professores são excelentes e possuem uma ótima didática, que colabora muito p/ o desenvolvimento dos alunos.</i>
<i>Sim</i>	<i>Pois além de ser um excelente curso, ele também proporciona colocação no mercado de trabalho com muita facilidade!</i>
<i>Sim</i>	<i>O curso é muito bom, e acredito que já melhorou</i>
<i>Sim</i>	<i>É um bom curso, contando com professores muito qualificados e solícitos. Ademais, oferece praticamente todo o material necessário ao aprendizado.</i>
<i>Sim</i>	<i>Eu indico sempre a amigos que querem ingressar na área, pois acredito que hoje na região é a que fornece mais estrutura para formação técnica em Prótese Dentária, além de disponibilizar de ótimos estágios!</i>
<i>Sim</i>	<i>Excelente curso onde trabalha todas as possibilidades possíveis em um laboratório desde a teoria à prática e administração.</i>
<i>Sim</i>	<i>Pois foi aonde descobri que eu era capaz de mudar a minha realidade.</i>
<i>Sim</i>	<i>Pois é muito bom para ingressar no mercado de trabalho.</i>
<i>Sim</i>	<i>O curso é muito bom.</i>

Fonte: dados da pesquisa – elaborado pela autora.

As justificativas dos(as) participantes indicam satisfação pela trajetória vivida no CTPD, já que 100% dos(as) participantes indicariam o CTPD para amigos e parentes. Com estas declarações dos(as) egressos(as) do CTPD, é possível concluir que a ESTES tem ofertado uma educação de qualidade para seus alunos e essa formação profissional impactou positivamente na empregabilidade dos(as) participantes da pesquisa. Daí a importância da escola na formação profissional enquanto instituições capacitadoras para o trabalho.

4.5.2 Sugestões dos(as) participantes da pesquisa para melhorar o CTPD

Tendo em vista obter opiniões e sugestões dos(as) participantes e detectar possíveis melhorias para o CTPD ofertado pela ESTES, pedimos a eles, na Questão 15, sugestões para

melhorar o CTPD. Era esperado algumas críticas ou limitações relacionadas às expectativas não atendidas e que estas fossem manifestadas. Houve egressos que expressaram sugestões pontuais, enquanto outros fizeram comentários amplos, outros alegaram não saber responder a respeito. Do total de respondentes, dois deram sugestões referentes ao período do curso: “que o curso não seja em período integral, ou pelo menos parte dele, como um curso técnico de caráter profissionalizante, ser em período integral restringe o acesso de pessoas que precisam trabalhar durante a realização do curso” e “voltar a ser somente noturno, pois agora com aulas no período da tarde muitos candidatos não poderão cursar pois trabalham em horário comercial”. Essas sugestões dos egressos, sugerem que o público alvo da ESTES sejam trabalhadores que já estão inseridos ou em busca de inserção no mercado e por isso precisam conciliar educação e trabalho. Outro egresso sugeriu técnicas e materiais mais recentes, conforme fragmento a seguir:

Principalmente envolvimento com técnicas e materiais mais recentes, pois de certa forma o mercado de trabalho exige um conhecimento que quando saímos do curso não conseguimos corresponder, e pra atender essa necessidade tive que fazer muitos cursos extras pra complementar minha formação!

Isto não constitui uma crítica, mas reflete o entendimento que o conjunto de atividades aprendidas no curso tem impacto na atuação deles, conforme foi declarado. O entendimento dessa sugestão dada pelo egresso é que a aproximação entre educação e mundo do trabalho deve ser amplamente priorizada pelos cursos técnicos.

No Quadro 8, apresenta-se, de forma detalhada, as sugestões de cada respondente.

Quadro 8: Sugestões dadas pelos(as) participantes para melhorar o CTPD.

Quais sugestões você daria para melhorar o CTPD da ESTES?
<i>Abrir mais bolsas de estudo, para que o aluno possa ter uma renda e ao mesmo tempo se dedicar mais ao curso.</i>
<i>Mais aulas práticas.</i>
<i>Que o curso não seja em período integral, ou pelo menos parte dele, como um curso técnico de caráter profissionalizante, ser em período integral restringe o acesso de pessoas que precisam trabalhar durante a realização do curso.</i>
<i>Voltar a ser somente noturno, pois agora com aulas no período da tarde muitos candidatos não poderão cursar pois trabalham em horário comercial.</i>
<i>Ter mais prática.</i>
<i>Mais didática, assim como aprendemos nos cursos de aperfeiçoamento, as técnicas são mais práticas e fáceis.</i>
<i>Exclusão das aulas aos sábados.</i>
<i>Principalmente envolvimento com técnicas e materiais mais recentes, pois de certa forma o mercado de trabalho exige um conhecimento que quando saímos do curso não conseguimos corresponder, e pra atender essa necessidade tive que fazer muitos cursos extras pra complementar minha formação!</i>
<i>Material didático como apostila em antecipação, onde se pode acompanhar todo os conteúdos com mais registro de anotações.</i>
<i>Ter mais aulas práticas na disciplina de fixa. Na minha época não tivemos tempo suficiente para treinar.</i>

<i>Não sei.</i>
<i>Não tenho sugestões.</i>

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pela autora.

Os depoimentos acima fornecem indicadores das percepções dos egressos quanto aos efeitos formadores do CTPD. A maioria das sugestões feitas pelos egressos, para a melhoria do curso, foi pertinente e algumas podem vir a se constituir objeto de reflexão por parte dos gestores e coordenadores do CTPD, buscando aprimorar ainda mais o curso para futuros trabalhadores.

Concluimos, pelas respostas dos egressos do CTPD, que a ESTES/UFU tem ofertado formação técnica qualificada para os seus estudantes, uma vez que vários elogios foram proferidos tanto para o curso, instituição e a comunidade acadêmica, mas algumas sugestões também foram apontadas, como, mais aulas práticas, abrir mais bolsas de estudos, dentre outras sugestões que podem ser verificadas no Quadro 8.

Analisamos também, o impacto da formação profissional para os egressos do CTPD e foi constatado que a formação profissional contribuiu e impactou positivamente na inserção no mundo do trabalho e empregabilidade, já que 83,3% afirmaram que o atual trabalho corresponde a formação no CTPD. Além disso foi constatado a elevação na renda do egresso, indicando que a ESTES/UFU tem cumprido seu papel, ofertando Educação Profissional, formando e qualificando os trabalhadores para atuarem no mundo do trabalho.

Os dados obtidos também nos forneceram indicadores sobre as competências essenciais como: comunicação oral e escrita, administração de conflitos e liderança, mesmo não sendo foco de uma formação técnica se mostrou indispensável para o exercício da profissão. Estas competências poderiam ser ainda mais valorizadas pelo CTPD, em particular, poderia requisitar algumas horas complementares sob a forma de cursos de extensão, seminários ou workshops, os quais seriam discutidos aspectos relacionados às competências essenciais necessárias no trabalho e também no cotidiano da vida.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Conforme exigência do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), foi feito um produto educacional¹⁴ paralelo a esta dissertação intitulado: “Diálogo Necessário: EPT frente aos desafios atuais do Mundo do Trabalho”.

O evento foi organizado por mim e pelo orientador e professor Dr. Adriano Martins, o qual teve por objetivo promover diálogos e troca de experiências no que se refere ao Mundo do Trabalho, ou seja, como que a EPT impacta na empregabilidade dos egressos de cursos técnicos. Nesse sentido, entendeu-se que esse diálogo foi uma ação necessária e fundamental, posto que possibilitou o aprofundamento das reflexões nas relações e intersecções entre Educação Profissional e Tecnológica, Competências dos Trabalhadores, Mundo do Trabalho e Mercado de Trabalho. O evento também divulgou o resultado do estudo com egressos do CTPD da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia, demonstrando a importância de Pesquisas de Acompanhamento dos Egressos para aprimorar a tomada de decisões e aperfeiçoar investimentos em políticas educacionais com vistas a uma efetiva formação profissional.

Participaram do evento: Joelma Kremer - Coordenadora-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica – CGPA, com o título: "A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e o desafio da aproximação com os arranjos produtivos locais"; Paulo Roberto Wollinger – Professor do Instituto Federal de Santa Catarina -, apresentou “O fazer como fonte de saber: os desafios para articular a Educação Profissional com o Mundo do Trabalho”; Sheila Rodrigues de Sousa Porta – Coordenadora do Curso Técnico em Prótese Dentária da ESTES/UFU -, com o título: "Itinerários formativos e a Educação Profissional" e também foi apresentado por mim o resultado deste trabalho com a seguinte titulação “Educação x Trabalho: Um estudo com os egressos do Curso Técnico em Prótese Dentária da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia”.

O evento foi *on-line* e gratuito, aconteceu no dia 08 de outubro de 2021 das 10:00h às 12:07min e houve emissão de certificados para os participantes e ouvintes. Abaixo (Imagem 3) está o convite do evento:

¹⁴ O produto educacional foi discutido no evento intitulado: “Diálogo Necessário: EPT frente aos desafios atuais do Mundo do Trabalho”, realizado *on-line*, no dia 08 de outubro de 2021 e foi publicado na plataforma do Educapes: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/644617>

Imagem 3: Convite do evento.

DIÁLOGO NECESSÁRIO: EPT FRENTE AOS DESAFIOS ATUAIS DO MUNDO DO TRABALHO

08/10 | 10h

Joelma Kremer
Coordenadora-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica da SETEC - MEC

Paulo Roberto Wollinger
Professor do IFSC

Sheila Rodrigues de Sousa Porta
Coordenadora do Curso Técnico em Prótese Dentária da Escola Técnica de Saúde da UFU

Luciana Aparecida Santos Morais
Mestranda do ProfEPT - IFTM

Inscrições: 27/09 a 08/10
Evento on-line e gratuito

PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

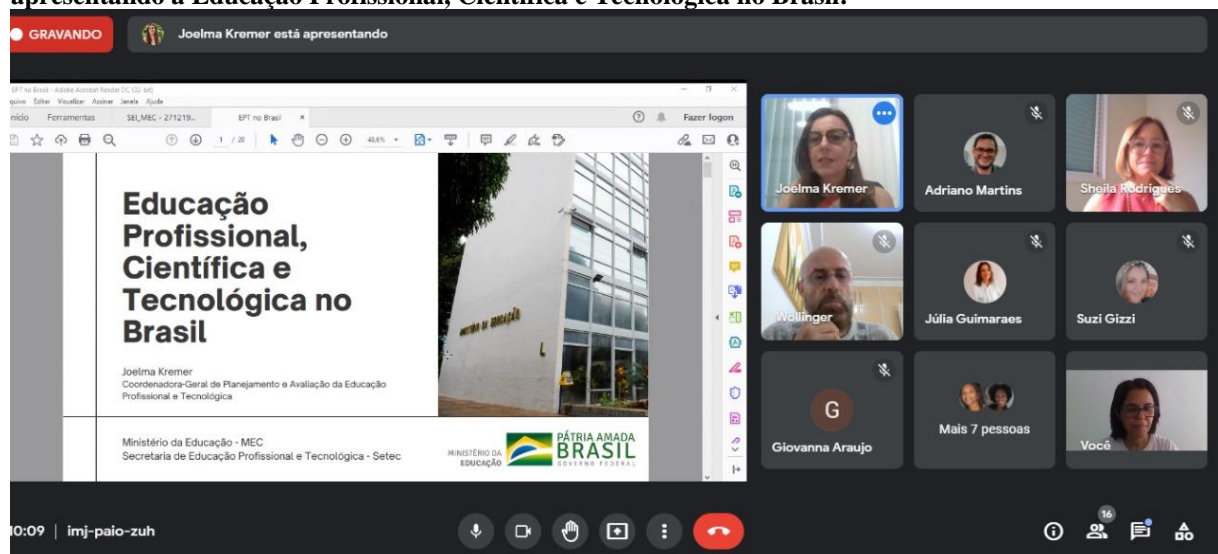
Fonte: Elaborado pela autora.

A Coordenadora-Geral e Planejamento e Avaliação da EPT da SETEC Joelma Kremer iniciou sua apresentação dizendo que foi aluna do Curso Técnico de Mecânica da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, o que a faz se sentir confortável na posição a qual está atuando, isto por ter um histórico na Educação Profissional. Ressaltou que já trabalhou em empresas privadas, que a permite discutir a EPT em outro patamar e trazer para reflexão a relação direta entre Educação e Trabalho. A palestrante fez uma apresentação intitulada: “Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil”, na qual ressaltou os seguintes pontos: Estrutura do Ministério da Educação, Cursos de Educação Profissional, Itinerários Formativos, Atores da EPT, Marco Legal, Órgãos Normatizadores, Catálogos Nacionais, Classificação Brasileira de Ocupações, Quadro Brasileiro de Qualificações, Reconhecimentos de Saberes e Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. A palestrante Kremer destacou que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica teve

uma expansão significativa em 2008, por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro 2008, tornando-se um dos vetores estruturantes para os processos de inclusão social e desenvolvimento do país. Disse que as instituições que integram a RFEPCCT (Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) representam um modelo inovador e são referência em suas áreas de atuação, ofertando 50% de suas matrículas em cursos técnicos, 20% em licenciaturas e, ainda, cursos superiores de graduação tecnológica e pós-graduação, totalizando mais de 700 mil matrículas.

Enfatizou que a Rede Federal tem um papel central na implementação de políticas públicas para o fortalecimento da Educação Profissional no Brasil. Nesse sentido, falou também sobre o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), o qual é o parâmetro para a Educação Brasileira e, também, um desafio para a educação. Abaixo segue um *print screen* da sala do *Google Meet*, a qual a Coordenadora Geral do Planejamento e Avaliação da EPT estava apresentando.

Imagem 4: Coordenadora Geral do Planejamento e Avaliação da EPT da SETEC-MEC, Joelma Kremer, apresentando a Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil.



Fonte: Imagem retirada da sala *Google Meet*.

É percebido como que a Educação Profissional vem se mostrando como uma modalidade de ensino essencial para a educação brasileira, não só para atender às novas configurações do mundo do trabalho, mas, igualmente, a contribuir para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, o que permite perceber a importância deste ramo da educação para e pela sociedade brasileira.

Após a apresentação da Coordenadora Geral Joelma Kremer, passou-se a fala para o professor Paulo Roberto Wollinger. O professor iniciou a palestra dizendo que tem um carinho

especial pela formação profissional e que a Educação Profissional, assim como o ProfEPT, tem campo de estudos próprio, isto é, que conta com concepções e epistemologia própria, didática própria, metodologias próprias, pesquisas próprias e com abordagens educacionais próprias. Abordou a relação da Educação Profissional com o mundo do trabalho e enfatizou que a EP no Brasil é um desafio maior que a educação básica ou a educação superior, isto porque, na educação básica tem-se quase uma totalidade das matrículas conforme a faixa etária, e, na educação superior quase 15% dos jovens na faixa etária matriculados em cursos superiores. No que diz respeito a EP os números são bem menores, por isso, a EP no Brasil se torna um desafio. Disse ser um direito de o estudante de ensino médio escolher qual caminho quer seguir, se seguirão por escolha os estudos em uma faculdade, ou se, ingressarão no mundo do trabalho após o término do ensino médio.

Visto que todo ser humano se tornará um trabalhador, porque a intervenção humana na natureza é necessária para a produção de sua existência e o ser humano não tem sua sobrevivência garantida pela natureza como os animais, e, por isso é obrigado a agir sobre ela e transformá-la por meio do trabalho. Explicou também sobre a nossa herança colonial vinda de um longo processo de escravidão e desvalor do trabalho, ainda que reconhecido como uma atividade humana necessária.

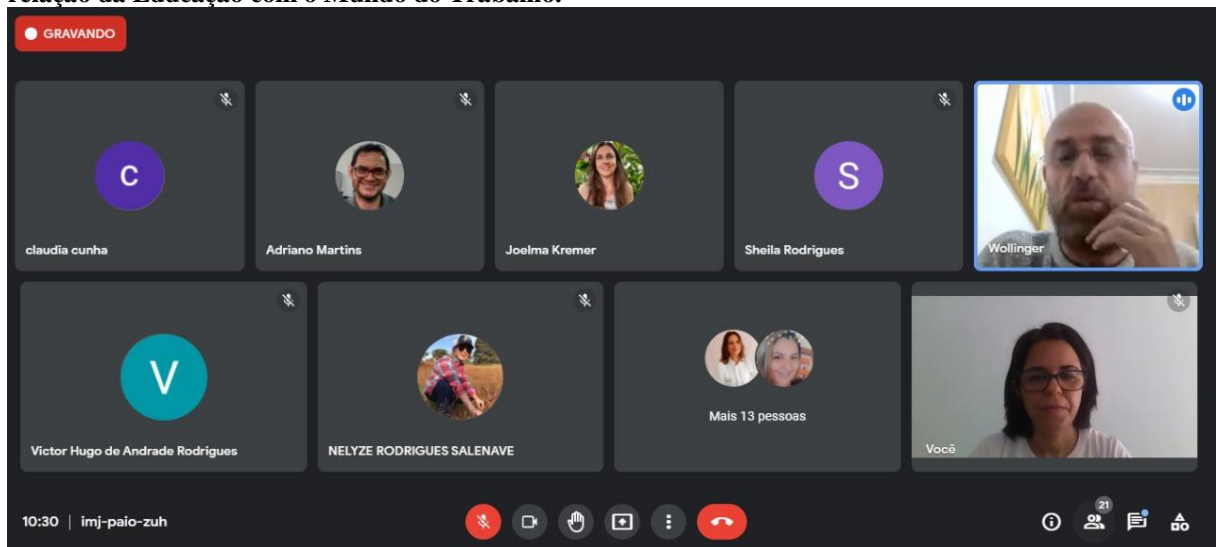
O professor Paulo Roberto Wollinger, também falou sobre a cultura brasileira, a qual é fruto de uma grande mistura, de etnias, concepções, de formações sociais, de religiões e concepções de homem e de mundo. Mencionou a necessidade de romper com a cultura escravocrata, porque a realidade ainda apresenta traços do período escravocrata, no que diz a relação com o trabalho.

E quando se fala em Educação Profissional, é necessário associar Educação e Trabalho, como parte de superar o preconceito com o trabalho, com a atividade humana, pois o EP é um fator de inserção econômica do cidadão na sociedade. Assim, a EP deveria estar encrustada na educação básica e não como uma modalidade de ensino, por isso, o desafio da EP no Brasil é muito maior do que a maioria dos outros países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Enfatizou também que a Educação Profissional é a educação para o trabalho e o trabalho é a atividade humana necessária para a existência. Daí veio o questionamento: Como o trabalho acontece? Pelo exercício social da técnica, a qual é a propriedade humana de intervir na natureza, de produzir sua existência. O homem se torna humano pelo trabalho. A educação e o trabalho são uma construção do cidadão, do ser humano que vive em sociedade e que precisa

de alimento, de abrigo, de lazer, saúde, os quais podem ser conquistados pelo trabalho em busca da construção de uma sociedade mais justa e neste caso, passa necessariamente pela educação. Assim, a educação deve estar sintonizada com o mundo do trabalho. Abaixo (imagem 5) segue um *print screen* da sala do *Google Meet*, a qual o professor Paulo Roberto Wollinger estava apresentando.

Imagem 5: Professor do Instituto Federal de Santa Catarina, Paulo Roberto Wollinger, apresentando a relação da Educação com o Mundo do Trabalho.



Fonte: Imagem retirada da sala *Google Meet*.

Nesta pesquisa e nas proposições dos palestrantes, durante o evento, ficou nítida a necessidade de preparar o profissional para o mundo do trabalho. Essa articulação da educação com o trabalho se mostra como uma necessidade, principalmente em preparar cidadãos e profissionais para um mundo do trabalho em constante mudança. Isto, torna-se um desafio para os(as) estudantes/trabalhadores(as) no sentido de agir de modo ativo dentro e fora do mundo do trabalho, como cidadão, e também como profissional consciente de seus direitos, deveres e além disso, dos valores humanos que devem estar presentes na vida em sociedade.

Após o Professor Wollinger, a Coordenadora do Curso Técnico em Prótese Dentária, Sheila Rodrigues de Sousa Porta, iniciou a sua exposição abordando a correlação entre os itinerários formativos e a educação profissional. Defendeu que esta pesquisa de mestrado com os egressos do CTPD poderá contribuir com a melhoria das atividades no curso, não somente no CTPD, mas também, com todos os cursos ofertados pela Educação Profissional. Haja vista que, são assuntos importantes em relação aos desafios do mundo do trabalho: necessidade de atualizações constantes e a questão das competências essenciais. Estes elementos constituem-

se em problemas que afetam a todos e há a necessidade de todos tentarem juntos elaborar propostas para efetivamente melhorar a prática, no sentido de atender as necessidades da população que procura um curso técnico.

Professora Sheila apresentou um breve histórico da Prótese Dentária. Afirmou que durante séculos, a atividade de Prótese foi baseada em conhecimentos empíricos. Historicamente, a profissão teria derivado dos afazeres dos ‘ouvires’, ‘barbeiros’ ou ‘tira dentes’.

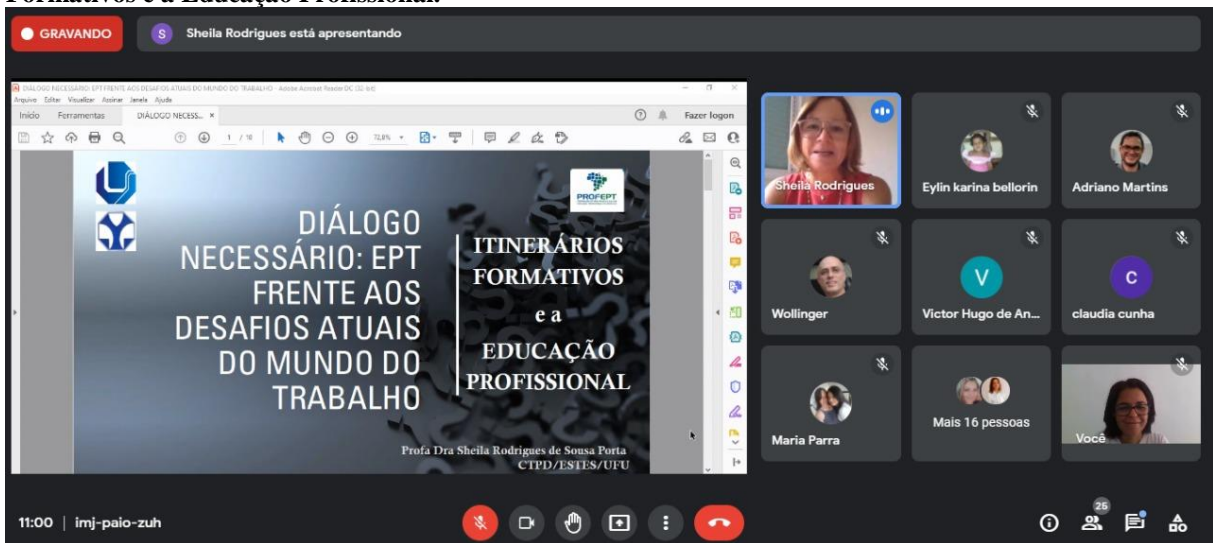
Explicou que o Técnico em Prótese Dentária (TPD) é o profissional de saúde que presta serviços em clínicas, consultórios odontológicos ou empresas do segmento odontológico. Ele é responsável, em conjunto com o cirurgião-dentista, pelo planejamento e execução dos trabalhos técnicos odontológicos que visam restabelecer a capacidade funcional e estética do paciente por meio de próteses dentárias.

A exposição da Coordenadora foi ao encontro dos resultados da pesquisa, no que diz respeito a diversidade do perfil do estudante que procura a educação profissional. Alguns alunos retornam para a sala de aula, numa idade acima de 40 anos, porque precisavam/precisam se atualizar, mudar de área ou irão se aposentar e querem continuar a trabalhar. Assim, o curso técnico é uma oportunidade de atuar na área. Outro perfil dos ingressantes no CTPD é a percepção da necessidade da educação continuada de atualização e de aperfeiçoamento. Isto porque o mundo do trabalho, o trabalho e o conhecimento estão se evoluindo e por isso necessita aprendizado contínuo.

Ressaltou também que para sobreviver no mundo do trabalho, os trabalhadores devem ter determinadas qualidades, e nesse sentido, encontra-se as competências essenciais e, isto se torna um desafio para as instituições. Desafio porque todos os estudantes, tem histórias, proatividade, necessidades e vontades diferentes, o que se torna um desafio lidar com todas essas diversidades. Assim, ela afirma acreditar que é necessário considerar os itinerários pessoais de cada indivíduo, os processos que contribuíram para sua formação como ser humano e que influenciam o processo de ensino aprendizagem. Uma vez que o art. 1º da Lei nº 9394/96 diz que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Por isso, os itinerários formativos devem possibilitar ao estudante uma trajetória de formação coesa e contínua, verticalmente ou horizontalmente.

Disse também que, para fazer frente a esse desafio, a instituição deve monitorar, continuamente, a realidade do mercado, desenvolvendo cenários e identificando tendências, a fim de garantir a flexibilidade da sua organização curricular e o atendimento de realidades locais. Abaixo segue um *print screen* da sala do *Google Meet*, a qual a Coordenadora do CTPD estava apresentando.

Imagem 6: Coordenadora do CTPD, Sheila Rodrigues de Sousa Porta, apresentando os Itinerários Formativos e a Educação Profissional.



Fonte: Imagem retirada da sala *Google Meet*.

Para finalizar o evento, foi apresentado, por mim, os resultados da pesquisa realizada com os egressos do CTPD, na qual foram levantados: o perfil dos estudantes, as motivações, contribuições e impactos na vida profissional, bem como sugestões dos egressos para o curso e, os dados obtidos com os questionários nos forneceram indicadores das percepções dos egressos quanto aos efeitos formadores do CTPD. Todos os resultados da pesquisa podem ser verificados no capítulo 4 deste trabalho (Análise dos dados).

Com base nos pontos abordados durante o evento - Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, arranjos produtivos locais, desafios para articular a educação profissional com o mundo do trabalho, itinerários formativos, Educação e Trabalho -, propomos a continuidade deste tipo de pesquisa com vistas a aprimorar a compreensão e função dos instrumentos que deem suporte para avaliar egressos de cursos técnicos. O acompanhamento de egressos pode contribuir para melhorar as práticas de ensino em qualquer curso técnico.

Assim, conclui-se que este assunto “Educação e Trabalho” está longe de se esgotar, por esse motivo pretende-se a continuidade deste estudo, buscando atualizar as informações que

foram coletadas e incluir em pesquisas futuras os demais cursos técnicos oferecidos pela Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos apresentar, segundo as percepções dos egressos do CTPD da ESTES/UFU, o impacto da formação profissional no mercado de trabalho para esses estudantes.

O percurso metodológico utilizado para atingir o objetivo foi pela realização de uma pesquisa bibliográfica, descritiva de natureza qualitativa, em que, no primeiro momento, foi apresentada de forma sintetizada, a trajetória da Educação Profissional no Brasil, fazendo referências com a teoria e pesquisas relacionadas com esta temática.

Em seguida, discutimos assuntos relevantes no mundo do trabalho como: Educação e Trabalho, abrangendo temáticas como formação e qualificação profissional, trabalho manual e trabalho intelectual e alguns estudos sobre competências essenciais, com o objetivo de compreender, na perspectiva de alguns autores, o significado desses conceitos e de que forma se materializaram no mundo do trabalho.

No que se refere à temática principal, competências essenciais, concluímos que o conceito é complexo, e que não há um consenso na literatura entre os autores, até porque, trata-se de um tema que envolve, sobretudo, relações entre educação e configurações da organização do trabalho. Embora existam controvérsias no conceito, alguns autores concordam que há um conjunto de saberes e fazeres que são comuns a uma multiplicidade de trabalhos, o que conseguimos comprovar com esta pesquisa.

Com vistas a entender como foi a transição entre a formação acadêmica e o Mundo do Trabalho para os Egressos do CTPD da ESTES/UFU no período de 2016 a 2020, aplicamos um questionário *on-line* desenvolvido dentro da plataforma *Google Forms* para esses egressos. O perfil predominante entre os egressos foi: idade acima de 31 anos e com o ensino médio completo na data do ingresso no CTPD. Percebe-se que são pessoas que estavam fora dos processos educativos formais, isto porque 83,3% dos egressos haviam concluído o ensino médio, escolaridade mínima para ingresso no CTPD. Compreende-se que esses estudantes/egressos necessitavam/necessitam dessa ação formativa para tentar um lugar no mercado de trabalho ou até mesmo mudar de especialidade.

A pesquisa constatou que 83,3% dos egressos do CTPD fizeram o curso técnico para ampliar as oportunidades de trabalho, sugerindo que essa escolha poderia ser a oportunidade de inserção no mercado de trabalho. E isto pode ser comprovado com o resultado da contribuição do CTPD para vida dos egressos, pois 75% dos(as) participantes responderam que o curso

técnico contribuiu para a aumentar as oportunidades de trabalho, além disso, 66,7% disseram que o curso contribui para a elevação de sua renda.

Em relação à empregabilidade dos egressos na área de formação, verificamos que 83,3% dos egressos do CTPD estavam trabalhando na área, após concluir o curso. Percebe-se que os(as) participantes da pesquisa passaram por um processo de formação e qualificação profissional durante a realização do curso e adquiriram competências para uma profissão no mercado de trabalho.

É importante lembrar que os dados obtidos com os questionários nos forneceram indicadores das percepções dos egressos quanto aos efeitos formadores do CTPD. As motivações, contribuições e impactos na vida profissional, bem como as sugestões dos egressos para o curso, mostraram que o CTPD trouxe benefícios concretos para a atuação profissional dos(as) participantes. A maioria das sugestões feitas pelos(as) participantes da pesquisa, para a melhoria do curso, foi pertinente. Algumas sugestões apontadas pelos(as) participantes como: mais aulas práticas, abrir mais bolsas de estudos, dentre outras, merecem atenção e podem vir a se constituir objeto de reflexão por parte da coordenadora do curso e direção da ESTES, buscando atender as sugestões apontadas.

Quanto a manifestação da satisfação dos egressos participantes no que se refere as disciplinas e conteúdos ofertados pelo CTPD, são indicadores da qualidade da formação oferecida. Infere-se, assim, que o curso proporcionou desenvolvimento acadêmico e profissional, ampliando as oportunidades de trabalho e renda dos egressos, o que se observa que há a articulação entre educação e trabalho no CTPD, objeto de nossa pesquisa.

Não podemos deixar de relatar aqui algumas limitações por nós encontradas, como por exemplo, com relação ao instrumento de coleta de dados, tivemos algumas dificuldades para obter retorno dos questionários. A nossa persistência em obter o maior número possível de respostas demandou contatos insistentes por meio de e-mails e *WhatsApp*, o que requereu um tempo superior ao inicialmente previsto, sendo necessário realizar o fechamento do questionário por indisponibilidade dos egressos em respondê-lo e por nossas limitações de tempo, mesmo após várias tentativas de sensibilizá-los para responderem os questionários. Conforme intuição nossa, acredita-se que um fator de rejeição, o que explicaria o fato de alguns egressos não terem respondido ao questionário, seja o entendimento por parte dos egressos, que a pesquisa poderia ser de natureza avaliativa do curso. Porém, avaliamos que os(as) participantes da pesquisa nos forneceram dados relevantes sobre o CTPD, permitindo a nós a conclusão deste trabalho com êxito.

Portanto, analisamos que o efeito formador proporcionado pelo curso foi positivo e está de acordo com os objetivos do PPC e conseqüentemente, tem contribuído para a melhoria da atuação profissional dos egressos que participaram desta pesquisa, que foram egressos compreendidos no período de 2016 a 2020.

Assim, avaliamos que a inserção de maiores discussões sobre os estudos das competências essenciais na formação profissional é importante para a formação integral do indivíduo frente as transformações nos processos produtivos e as transformações sociais, mesmo sendo um assunto com certas complexidades, as competências essenciais demonstraram serem aspectos indispensáveis a serem observados, tanto na educação quanto no mundo do trabalho. Para isso são necessários o engajamento e a integração de políticas públicas, Estado, escola, professores, estudantes e mercado de trabalho. Esse é um desafio de buscar estratégias formativas com o propósito de formação profissional qualificada.

Contudo, é esperado que o CTPD tenha conhecimento dos resultados de nosso trabalho e que, pesquisas futuras sobre as competências essenciais na formação profissional possam ser aprofundadas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, ed. 87, p. 335-351, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e a sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2.ed., 10. reimpr. rev. e ampl. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009. - (Mundo do Trabalho).

ASSUNÇÃO, Yluska Bambirra; GOULART, Iris Barbosa. Qualificação Profissional ou Competências para o Mercado Futuro?. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, v. 8, n. 1, p. 175-207, 2016.

BARATO, Jarbas Novelino. *Escritos sobre Tecnologia Educacional & Educação Profissional*. São Paulo: Senac, 2002. 286 p.

BARATO, Jarbas Novelino. *Saber do trabalho, aprendizagem situada e ensino técnico*. In: Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, set./dez. 2011.

BARATO, Jarbas. Novelino. *Fazer bem feito: valores em educação profissional e tecnológica*. Brasília: Unesco, 2015.

BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. Trabalho e qualificação: questões conceituais e desafios postos pelo cenário de reestruturação produtiva Treinamento. In: BORGESANDRADE, Jairo Eduardo. et al (Orgs.). *Desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas*. Porto Alegre: Artmed, 2006. pp.23-40.

BRASIL. *Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1901*. Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Marinha o crédito necessário a satisfazer a despesa com a impressão da obra - Lições de Balística - do lente substituto da Escola Naval, capitão-tenente Narciso do Prado Carvalho. Capital Federal: Diário Oficial da União, 13 set. 1901.

BRASIL. *Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 26 set. 1909.

BRASIL. *Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937*. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 15 jan. 1937.

BRASIL. *Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942*. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 27 fev. 1942.

BRASIL. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 27 dez. 1961.

BRASIL. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 12 ago. 1971.

BRASIL. *Lei nº 6.545, de 4 de julho de 1978*. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 5 jul. 1978.

BRASIL. *Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994*. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 9 dez. 1994.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 30 dez. 2008.

BRASIL. *Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 abr. 1997.

BRASIL. *Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 26 jul. 2004.

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CARVALHO, Iêda Maria Vecchioni; PASSOS, Antônio Eugênio Valverde Mariani; SARAIVA, Suzana Barros Corrêa. *Recrutamento e seleção por competências*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CATTANI, Antônio David. Formação profissional. (Org.) *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CHAUI, Marilena de Souza. Ideologia e educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 1, pp. 245-258, Mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Hkd5kq8TC4k7bgfGBY7PNds/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2021.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? *Revista Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan-abr, 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofício nos primórdios da industrialização* [online]. São Paulo: editora UNESP; Brasília/DF, 2005.

CUNHA, Ernesto Salles. *História da odontologia no Brasil (1500 - 1900)*. Rio de Janeiro: Científica. 1952.

DELUIZ, Neise. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. *Boletim Técnico do SENAC*, v. 27, n. 3, p. 11-22, 2001.

DELUIZ, Neise. *Formação do trabalhador: produtividade & cidadania*. Rio de Janeiro: Shape 1995.

DRUCK, Graça. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. *Revista CRH*, n.1, UFBA, 1996.

ESTES – ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Prótese Dentária. Uberlândia, MG, 2020.

FÍGARO, Roseli. *O Mundo do Trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados*. Ano 5, nº 09, 2008, p.91-100.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio, Maria Ciavatta, Marise Ramos (orgs.). *Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições* – São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. In. *Trabalho, Educação e Saúde*. V. 7. Rio de Janeiro, 2009. p. 67-82.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FONSECA, C. S. (1961). *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica.

GIL, A. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZAGA, Gustavo. *Curso técnico aumenta renda do trabalhador em 18%, em média*. Agência CNI de Notícias: Helayne Boaventura, 29 set. 2017. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/curso-tecnico-aumenta-renda-do-trabalhador-em-18-em-media/>. Acesso em: 3 jun. 2021.

GRAMSCI, Antonio. *Homens ou máquinas?* In: MONASTA, Attilio. Antonio Gramsci. Tradução Paulo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

GUIMARÃES, Cátia (Ed.). Onde o Trabalho e a educação se encontram. *Poli: saúde, educação e trabalho*, Manguinhos - RJ, p.22-25, 2020. Bimestral.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/uberlandia.html>. Acesso em: 7 abr. 2020.

KONDER, Leandro A. Construção da proposta pedagógica do SESC Rio. Rio de Janeiro: Editora SENAC (2000).

LIMA, T. & MIOTO, R. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

LOCATELLI, Aline; ROSA, Cleci Teresinha Werner da. Produtos educacionais: características da atuação docente retratada na I Mostra Gaúcha. *Polyphonia*, [s. l.], v. 26/1, p. 197-210, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/37990/19098>. Acesso em: 3 jun. 2020.

MALVEZZI, SIGMAR. (1999). Empregabilidade e carreira. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, 2, 64-68. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v2i0p64-68>.

MANFREDI, Sílvia Maria; BASTOS, Solange. Experiências e projetos de formação profissional entre trabalhadores brasileiros. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 60, p. 117-143, dez. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301997000300008&lng=p&t&nrm=iso. Acesso em: 7 jun. 2021.

MARCIEL, C. M. *O ensino técnico e a empregabilidade do jovem no Brasil*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Edu Pro: C e T, Brasília, 1(1): p. 99-106, Jul-Dez, 2006.

MÉSZÁROS, István. A Educação para além do capital. São Paulo: *Boitempo*. 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, BRASIL. Educação Profissional e Tecnológica. (2018). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>. Acesso em 16/12/2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, BRASIL. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 24/03/2020.

MORAES, Gustavo Henrique; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. de. *As estatísticas da Educação Profissional e Tecnológica: Silêncios entre os números da formação de trabalhadores*. Brasília/DF: Inep, 2019.

MORAES, Gustavo Henrique. Identidade de Escola Técnica vs Vontade de Universidade: A formação de Identidade dos Institutos Federais. Tese de Doutorado. Brasília: PPGE/UFB, 2016.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. *Holos*, Natal, v.2, p.1-27, 2007. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 08/01/2020.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 14, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a11v12>. Acesso em: 27/12/2019.

OMS. *Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19-11March 2020*. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 10/06/2021.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 01/09/2020.

PACHECO, E. M. Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. 2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013531.pdf>. Acesso em: 04/03/2020.

PEREIRA, W. Uma história da odontologia no Brasil. *Rev. Hist. Perspectiv.*, v.47, p. 147-73, jul./dez. 2012.

PERRENOUD, Philippe. *Construir competencias desde la escuela*. Primeira edição 1997, 2ª. ed. Chile: Dolmen Ediciones. 1999, 125p.

PERRENOUD, Philippe. Construir competências é virar as costas aos saberes? *Pátio - Revista Pedagógica*, Porto Alegre, n. 11, p. 15-19, nov. 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Escola Técnica de Saúde. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Prótese Dentária – Uberlândia, 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. Qualificação, competências e certificação: visão educacional. Humanizar cuidados de saúde: uma questão de competência. *Revista Formação*, v. 1, n. 2, p. 5-16, Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* – 3ª ed., São Paulo. Cortez. 2006.

RAMOS, Marise Nogueira. Concepção do Ensino médio integrado. S.d. 2008. Disponível em: http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf. Acesso em: 29/12/2019.

RAMOS, Marise Nogueira. *História e Política da Educação Profissional*. Curitiba, 2014.

RIBAS, Lineu Ferreira. *Qualificação profissional e a dicotomia emprego-desemprego*. 2005. 152p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005.

SAKUDA, L. O.; FORTIM, I. (Org.). 2o Censo da Indústria Brasileira de Jogos Digitais. Ministério da Cultura: Brasília, 2018.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, v.12, n.32, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 08/01/2020.

SAVIANI, Demerval. Intelectuais, memória e política. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 16, n. 67, p. 141-153, 5 jul. 2016.

STUTZ, Beatriz Lemos. Instituições escolares e a pesquisa em foco: uma análise comparativa entre pesquisas realizadas sobre duas instituições no município de Uberlândia. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 28, p. 204- 213, dez. 2007. Disponível em: < https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5031/art13_28.pdf >. Acesso em: 12/01/2021.

STUTZ, Beatriz Lemos. *Técnico em Enfermagem no município de Uberlândia: a construção histórica de uma profissão e a primeira instituição escolar*. Tese de doutorado. Uberlândia. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

VIEIRA, Adriane; LUZ, Talita Ribeiro da. Do saber aos saberes: comparando as noções de qualificação e de competência. *Revista Organização e Sociedade*, [s. l.], v. 12, ed. 33, p. 93 - 108, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302005000200005. Acesso em: 23 abr. 2021.

VYGOTSKY, Lev. A transformação socialista do homem. Escrito: 1930. Fonte da presente Tradução: Marxists Internet Archive, english version. Tradução de: Nilson Dória para o Marxists Internet Archive, julho de 2004. HTML por José Braz para Marxists Internet Archive, outubro de 2004.

WANDER P.; FAVERO, L. Uma história da odontologia no Brasil. *Rev. História e perspectivas*. Uberlândia, 2012; 47: 147-173

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Questionário:

1) Idade:

- a) 16 a 20 anos
- b) 21 a 25 anos
- c) 25 a 30 anos
- d) Acima de 31 anos

2) Escolaridade na data do ingresso no CTPD.

- a) Ensino Médio Completo
- b) Graduação
- c) Mestrado
- d) Doutorado

3) O que te motivou a procurar o CTPD na Escola Técnica de Saúde?

- a) Ampliar as oportunidades de trabalho;
- b) Melhorar a qualidade no trabalho;
- c) Exigência do local de trabalho;
- d) Ampliar a prática no trabalho;
- e) Outros: _____

4) Quais as contribuições que o CTPD trouxe para sua vida?

- a) Ampliação das oportunidades de trabalho;
- b) Aperfeiçoamento dos conhecimentos e práticas para minha formação técnica;
- c) Aumento da renda;
- d) Não trouxe contribuição.
- e) Outras: _____

5) As disciplinas aprendidas no CTPD foram satisfatórias para sua atuação profissional?

- a) Sim
- b) Não. Qual? _____
- c) Não sei responder

6) Qual disciplina teve mais impacto (contribuiu mais) na sua formação profissional? Por quê?

7) Como você considera seu domínio nas práticas do Técnico em Prótese Dentária?

- a) Satisfatório
- b) Insatisfatório. Por quê? _____
- c) Não sei responder

8) Como você considera seu domínio dos conteúdos ou saberes teóricos do CTPD?

- a) Satisfatório
- b) Insatisfatório. Por quê? _____
- c) Não sei responder

9) Seu trabalho atual corresponde à sua formação no CTPD?

10) Durante sua atuação profissional como Técnico em Prótese Dentária você tem (teve) alguma dificuldade que poderia ter sido aprendida durante sua trajetória estudantil no CTPD?

11) Competências essenciais são saberes e fazeres comuns a quase todas as profissões e deveriam ser aprendidas nos cursos e nas instituições de ensino. Qual destas competências essenciais descritas abaixo é indispensável no exercício de sua profissão?

- a) Comunicação (oral e escrita)
- b) Administração de conflitos
- c) Capacidade de tomar decisões
- d) Liderança
- e) Outras: _____

12) Alguma das competências essenciais descritas acima foi aprendida durante o CTPD?

- a) Sim. Qual? _____
- b) Não
- c) Não sei responder

13) Ter cursado o CTPD contribuiu para a elevação de sua renda?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não quero responder
- d) Não sei responder

14) Você indicaria o curso de CTPD ofertado pela Escola Técnica de Saúde para parentes e amigos? Por que?

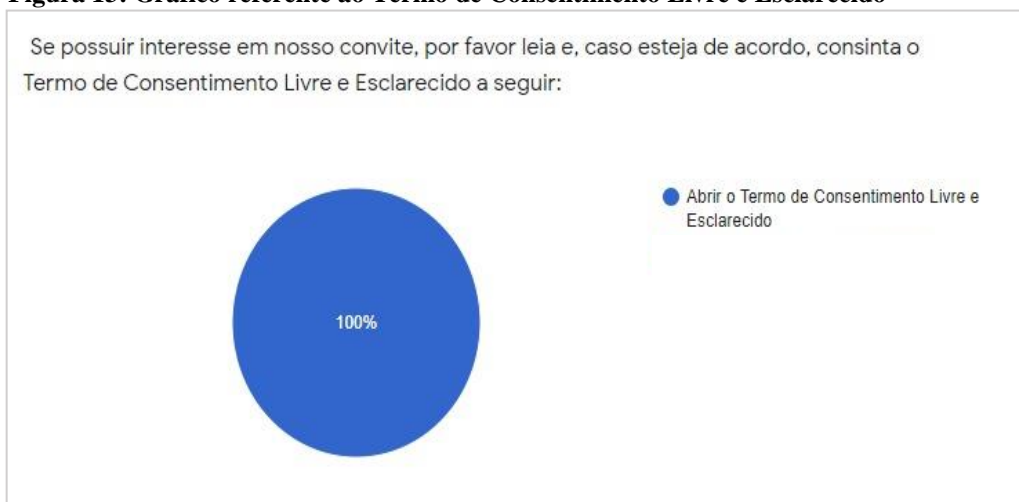
15) Quais sugestões você daria para melhorar o CTPD da ESTES?

APÊNDICE B: SEÇÕES 1, 2 E 3

Seção 01/08 - Convite para participar da pesquisa:

- 1) Convidamos você a participar da pesquisa: Educação e Trabalho: um estudo acerca dos egressos do Curso Técnico em Prótese Dentária da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia (ESTES/UFU). O objetivo desta pesquisa é compreender a transição entre a formação acadêmica e o Mundo do Trabalho para os Egressos do CTPD da ESTES/UFU no período de 2016 a 2020. Sua participação é importante, pois este estudo pretende desvelar a importância da educação profissional para a inserção no mundo do trabalho, e, desenvolverá um estudo abrangente e crítico face à realidade da EPT, especificamente com egressos do Curso Técnico em Prótese Dentária da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia e verificará o compromisso da Educação Profissional com processos de transformação social dos egressos.

Figura 13: Gráfico referente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Fonte: dados da pesquisa – retirado do *Google Forms*.

Seção 02/08 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

- 1) O objetivo desta pesquisa é compreender a transição entre a formação acadêmica e o Mundo do Trabalho para os Egressos do CTPD da ESTES/UFU no período de 2016 a 2020. Sua participação é importante.

Assim, será necessário responder este questionário, on-line; com tempo estimado de 3 a 5 minutos, na data de 23/02/2021 a 25/02/2021.

O risco desta pesquisa é a perda de confidencialidade, ou seja, possibilidade de os participantes serem identificados por terceiros não pertencentes ao grupo de pesquisadores. Essa identificação pode ocorrer devido a perdas de materiais, roubos, vazamento de dados em ambientes virtuais (e-mail), dentre outros. Para minimizar esse risco, todos os dados coletados serão agrupados por meio de códigos, para que os participantes não sejam identificados por terceiros.

Dentre os benefícios esperados, poderemos colaborar com futuras melhorias em relação ao Curso Técnico em Prótese Dentária, contribuindo assim, com o processo de ensino e aprendizagem.

Você poderá obter quaisquer informações relacionadas a sua participação nesta pesquisa, a qualquer momento que desejar, por meio dos pesquisadores do estudo. Sua participação é voluntária, e em decorrência dela você não receberá qualquer valor em dinheiro. Você não terá nenhum gasto por participar nesse estudo, pois qualquer gasto que você tenha por causa dessa pesquisa lhe será ressarcido. Você poderá não participar do estudo, ou se retirar a qualquer momento, sem que haja qualquer constrangimento junto aos pesquisadores, ou qualquer prejuízo. Você não será identificado neste estudo, pois a sua identidade será de conhecimento apenas dos pesquisadores da pesquisa, sendo garantido o seu sigilo e privacidade. Você tem direito a requerer indenização diante de eventuais danos que você sofra em decorrência dessa pesquisa.

2) Contato dos pesquisadores:

Pesquisador(es):

Nome: Adriano Eurípedes Medeiros Martins

E-mail: adrianomartins@iftm.edu.br

Telefone: (34)99166-9483

Endereço: Instituto Federal do Triângulo Mineiro - campus Uberaba

Nome: Luciana Aparecida Santos Moraes

E-mail: luciana.morais@ufu.br

Telefone: (34)99679-1494

Endereço: Escola Técnica de Saúde - UFU

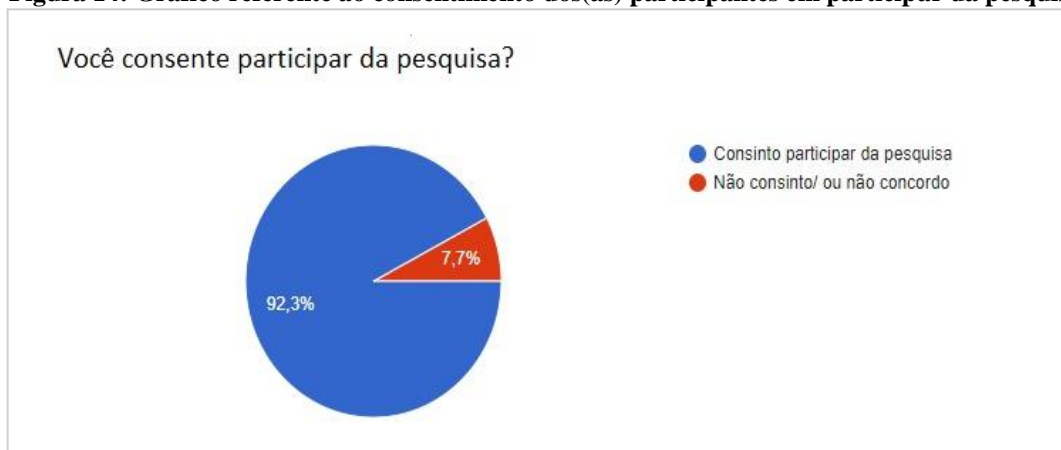
3) Identificação do CEP/UFTM:

Em caso de dúvida em relação a esse documento, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone (34) 3700-6803, ou no endereço Av. Getúlio Guaritá, 159, Casa das Comissões, Bairro Abadia – CEP: 38025-440 – Uberaba-MG – de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 ou pelo e-mail cep@uftm.edu.br. Os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados criados para defender os interesses dos participantes de pesquisas, quanto à sua integridade e dignidade, e contribuir no desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos.

Seção 03/08 - Consentimento Livre, após esclarecimento:

Eu li o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e a quais procedimentos serei submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para participar do estudo. Concordo em participar do estudo “Educação e Trabalho: um estudo acerca dos egressos do Curso Técnico em Prótese Dentária da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia (ESTES/UFU)”, e receberei uma cópia de minhas respostas pelo e-mail fornecido para respostas ao questionário.

Figura 14: Gráfico referente ao consentimento dos(as) participantes em participar da pesquisa



Fonte: dados da pesquisa – retirado do *Google Forms*.

ANEXOS

ANEXO A – DADOS SOBRE A EPT

E-mail enviado para o Coordenador Geral de Instrumentos e Medidas Educacionais e Diretor de Estudos Educacionais (substituto) do INEP, responsável pelos estudos de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE). Gustavo Henrique Moraes é Pesquisador de carreira do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), no qual desenvolve avaliações a respeito dos sistemas educacionais brasileiros. Segue abaixo sua resposta, juntamente com o e-mail enviado por mim.

RES: Dados sobre a Educação Profissional no Brasil
De: Gustavo Henrique Moraes (gustavo.moraes@inep.gov.br)
Para: lucianamorais85@yahoo.com.br
Data: segunda-feira, 4 de maio de 2020 11:57 BRT

Olá, Luciana.

Que bom que você está pesquisando a EPT brasileira.
Terei interesse em ler seu trabalho quando ficar pronto.

Você fez perguntas muito difíceis, a maioria sem resposta. Ainda assim, espero ajudar:

1) Quantos alunos já foram atendidos desde a criação da Educação Profissional no Brasil?

Impossível dizer. Na verdade, é impossível dizer para qualquer nível de ensino. Desde quando temos Censos Educacionais? Eles não existiram desde sempre...

2) Quantas unidades existem de Educação Profissional em 2020? Neste caso poderia ser pública e privada, se possível. Mas darei ênfase na escola pública.

Depende do que você considera unidade de Educação Profissional. Escolas que ofertam cursos técnicos? Instituições que ofertam FIC? Faculdades que ofertam CSTs?
Veja, não é uma pergunta simples.

Se você estiver se referindo a cursos técnicos, deve procurar no Censo Escolar quantas escolas os ofertaram em 2019 (não existe Censo 2020 ainda);
Se for FIC, não há informações;
Se for CSTs, deve-se procurar no Censo da Educação Superior 2018 (o 2019 só sairá no final desse ano).

3) Quantos alunos estão sendo atendidos em 2020 e em quais níveis? Neste caso também poderia incluir escolas públicas e privadas.

A resposta passa pelos mesmos critérios da questão anterior.

Deixe-me te fornecer três ajudas sobre o tema:

1) Você precisa compreender que há MUITAS lacunas estatísticas quando falamos de EPT. Recentemente, no INEP, publicamos um texto que explica com detalhes porque isto acontece. Chama-se "As Estatísticas da Educação Profissional e Tecnológica: silêncios entre os números da formação de trabalhadores". Se puder, leia.

Você pode encontrá-lo em:

http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6688378http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6688378

2) Quando se trata da Rede Federal, você pode acessar a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) que traz informações muito completas. Fui o seu idealizador e coordenador de implantação. Já há informações de 2017 e 2018. 2019 estará saindo do forno em pouco tempo,

Acesse:

<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>

3) Estamos organizando, em um artigo, parte das respostas para as perguntas 2) e 3) que você me fez. Ele sairá publicado em livro no segundo semestre, por volta de setembro. Se chamará "Avaliação da EPT".

Ainda que com todas as limitações, espero ter ajudado.

Cordialmente,

Gustavo Moraes

De: Luciana Santos [lucianamorais85@yahoo.com.br]

Enviado: quinta-feira, 30 de abril de 2020 14:29

Para: Gustavo Henrique Moraes

Assunto: Dados sobre a Educação Profissional no Brasil

Prezado Gustavo Henrique Moraes,

Meu nome é Luciana Aparecida Santos Moraes, sou mestranda em fase de qualificação do ProfEPT (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica), no IFTM (Instituto Federal do Triângulo Mineiro) - *Campus* Parque Tecnológico, uma instituição

pública, localizada em Uberaba/MG.

Venho por meio deste, pedir por gentileza, caso seja possível obter dados oficiais sobre a educação profissional no Brasil.

Os dados solicitados são os seguintes:

Quantos alunos já foram atendidos desde a criação da Educação Profissional no Brasil?

Quantas unidades existem de Educação Profissional em 2020? Neste caso poderia ser pública e privada, se possível. Mas darei ênfase na escola pública.

Quantos alunos estão sendo atendidos em 2020 e em quais níveis? Neste caso também poderia incluir escolas públicas e privadas.

Estas informações irei usar no contexto histórico-social da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, onde fiz um breve histórico da política desta modalidade de educação, expressando leis, decretos e constituições ao longo do século XX até hoje em 2020.

Desde já agradeço.

Atenciosamente,

Luciana Aparecida Santos Morais

ANEXO B – PROJETO DE PESQUISA APROVADO PELO CEP

Ministério da Educação
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

Av. Getúlio Guaritá, 159, Casa das Comissões, – Bairro Abadia – CEP: 38025-440 – Uberaba-MG
Telefone (34) 3700-6803 – E-mail: cep@uftm.edu.br

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Educação e Trabalho: um estudo acerca dos Egressos do Curso Técnico em Prótese Dentária da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia (ESTES/UFU)

Pesquisador: Adriano Eurípedes Medeiros Martins

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 41917221.8.0000.5154

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.547.349

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de retorno de parecer anterior n. 4.525.143, em que os pesquisadores atenderam todas as solicitações do CEP-UFTM.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 e Norma Operacional 001/2013, o Colegiado do CEP-UFTM manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto, situação definida em reunião do dia 19/02/2021.

Situação do Parecer:

Aprovado

UBERABA, 19 de fevereiro de 2021

ANEXO C – E-MAIL ENVIADO PARA A COORDENADORA DO CTPD

E-mail enviado para a Coordenadora do Curso Técnico em Prótese Dentária da Escola Técnica de Saúde, Dra. Sheila Rodrigues de Sousa Porta. Segue abaixo sua resposta, juntamente com o e-mail enviado por mim.

Sheila Rodrigues <sheila@ufu.br>

Para: Luciana Santos

seg., 26 de abr. às 13:57

Boa tarde, Luciana,

Primeiramente quero parabenizá-la pelo trabalho que está desenvolvendo e que, certamente, muito contribuirá para a formação de nossos alunos.

Respondendo ao seu questionamento, informo que o currículo em vigência no período pesquisado não está mais em vigor. O CTPD desenvolve, desde 2020, um novo Projeto Pedagógico. No entanto, em nenhum dos currículos, as competências essenciais citadas foram desenvolvidas em componentes curriculares específicos, mas como atividades didáticas no desenvolvimento dos conteúdos das disciplinas. Assim é que a resposta à sua primeira indagação é sim, as competências essenciais são trabalhadas. A forma em que isso acontece muda de acordo com o conteúdo técnico trabalhado. Assim é que os alunos desenvolvem trabalhos em grupo, apresentam seminários, participam de projetos de pesquisa, apresentam trabalhos em eventos científicos, são envolvidos em situações reais do mundo do trabalho ao ter contato direto com o cirurgião dentista e confeccionar peças protéticas para pacientes em projetos de extensão.

Gostaria de ressaltar que o corpo discente do CTPD é composto por alunos de diferentes faixas etárias, que vão desde o jovem recém-saído do ensino médio até o aposentado que quer desenvolver algo diferente profissionalmente. Fico pensando se faltou para alguns alunos a percepção da contribuição de algumas atividades didáticas na assimilação destas competências essenciais.

Finalizando, enquanto coordenadora do CTPD afirmo meu interesse em discutir a inserção dessa temática no Projeto Pedagógico no sentido de tornar sua importância mais evidente para os discentes.

Profa Dra Sheila Rodrigues de Sousa Porta
PRÓTESE DENTÁRIA /ESTES/ UFU

Luciana Santos <lucianamorais85@yahoo.com.br>

Para: sheila@ufu.br

ter., 20 de abr. às 17:23

Prezada Coordenadora do Curso Técnico em Prótese Dentária, Profa. Dra. Sheila Rodrigues de Sousa Porta.

Com o propósito de compreender como foi a transição entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho para os egressos do (CTPD) da ESTES/UFU, estamos realizando uma pesquisa com os egressos que concluíram o curso nos anos de 2016 a 2020, os quais ingressaram no curso de 2014 a 2018, respectivamente. O questionário foi enviado para um grupo composto por 62 egressos e o critério para seleção dos participantes na pesquisa foi a conclusão do curso, excluindo os estudantes que abandonaram e os que trancaram o curso por algum motivo.

Esta pesquisa buscou identificar saberes e fazeres comuns para todas ou a um grupo de ocupações, definidas operacionalmente competências essenciais. Assim, este trabalho poderá criar congruências entre esta instituição de ensino e as necessidades ou demandas do mercado de trabalho, cujo objetivo é o interesse social.

Cabe acrescentar que o projeto da pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. O questionário foi composto com 15 perguntas, as quais foram divididas em seções: Seção 1, 2 e 3 – apresentação da pesquisa e termos de Consentimento Livre e Esclarecido e Consentimento Livre, após esclarecimento; Seção 4 – Identificação e caracterização dos(as) participantes; Seção 5 – Percepções dos(as) participantes acerca das contribuições do CTPD aos seus projetos de vida; Seção 6 – Percepções dos(as) participantes quanto a atuação profissional e renda; Seção 7 - Percepções dos(as) participantes quanto às competências essenciais; Seção 8 – Avaliação do CTPD pelos(a) participantes.

Tendo por objetivo identificarmos a percepção dos(as) participantes acerca das contribuições das experiências apreendidas no CTPD no que tange a algumas competências essenciais na relação educação/trabalho (comunicação oral e escrita, administração de conflitos, capacidade de tomar decisões, liderança e outras). Assim propusemos-lhes duas questões (09 e 10), compostas por diferentes afirmações, a primeira: questão fechada referente a competência essencial indispensável para exercer com eficiência as tarefas na profissão e a segunda: questão aberta referente se o(a) participante da pesquisa aprendeu alguma competência essencial durante sua trajetória no CTPD.

Em relação à identificação das competências essenciais necessárias para o exercício da profissão, os resultados indicam que a grande maioria dos(as) egressos, 50%, indicaram que a comunicação escrita e oral é indispensável para desenvolver as atividades profissionais com eficiência. Em segundo lugar, com 25%, temos os(as) egressos(as) que entendem que a capacidade de tomar decisões é indispensável para o exercício da profissão. Outros 8,3% afirmaram que administração de conflitos e liderança são indispensáveis.

Os dados também informaram que 50% dos (as) participantes disseram que não aprenderam nenhuma competência essencial durante a trajetória no CTPD, 25% disseram que aprenderam ou tiveram conhecimento sobre comunicação, 12,5% disseram terem aprendido capacidade de tomar decisões e comunicação e na mesma proporção, 12,5%, disseram que aprenderam capacidade de tomar decisões. A partir destes dados percebemos que metade dos(as) respondentes na pesquisa não aprenderam nenhuma competência essencial durante o CTPD. Já os(as) respondentes que disseram ter aprendido alguma competência essencial durante o CTPD, não conseguimos afirmar se essas competências foram aprendidas na carga horária obrigatória da grade curricular ou se aprenderam em cursos que exigiam horas complementares, o que justificaria que nem todos aprenderam alguma competência essencial.

Isto é algo que, aparentemente, não é o foco de uma formação técnica, mas são competências essenciais, que se caracterizam em saberes e fazeres comuns a quase todas as profissões e podem ser aprendidas também nos cursos técnicos das instituições de ensino.

Assim, diante de alguns dados, gostaríamos de informações sobre o assunto. Primeiramente se o CTPD oferece alguma temática nesse assunto (competências essenciais) que justificaria as respostas dos participantes da pesquisa que responderam que aprenderam alguma competência essencial e segundo, se o CTPD não oferece nenhuma temática nesse assunto, tem alguma perspectiva (interesse) de inserir essa temática das competências essenciais na aprendizagem dos estudantes deste curso?

Desde já agradeço pela colaboração e presteza.

Atenciosamente,

Mestranda: Luciana Aparecida Santos Morais

Telefone: (34) 9.9679-1494

Orientador: Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins

Telefone: (34) 9.9166-9483